



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 119, TERÇA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 119ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE AGOSTO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Comentários sobre a proposta de S. Exª de criação do Estatuto do Trabalho; e outros assuntos.	7
Senador Acir Gurgacz – Satisfação com o crescimento e credibilidade das cooperativas de crédito no estado de Rondônia e no restante do País.	12
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional hoje, às 17 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a celebrar os 190 anos da criação dos dois primeiros cursos de Direito do País.	17
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senadora Ana Amélia – Pesar pelos desabrigados da cidade de Lagoa Vermelha - RS, os quais sofreram danos materiais em decorrência de uma intensa chuva de granizo; e outros assuntos.	17
Senador Telmário Mota – Pesar pelo falecimento do Sr. Rivelino Pereira de Souza.	20
Senador José Pimentel – Registro da participação de S. Exª na caravana realizada pelo ex-Presidente Lula no estado da Bahia, no último dia 17 do corrente.	21
Senador Reguffe – Críticas às propostas de reforma política em debate na Câmara dos Deputados. ...	26
Senador Valdir Raupp – Congratulações à Embrapa pelo desenvolvimento de tecnologias que contribuem para o desenvolvimento da agricultura brasileira; e outros assuntos.	28
Senador José Medeiros – Manifestação contrária às críticas sobre a política socioeconômica adotada pelo Governo Federal; outro assunto.	31
Senador Jorge Viana – Comentários acerca da atual situação da segurança pública no País; e outros assuntos.	36



Senador Hélio José – Considerações sobre o andamento dos trabalhos da CPI da Previdência.	43
1.3 – ENCERRAMENTO	44

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 119ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Substitutivo da Câmara nº 6/2017 ao Projeto de Lei do Senado nº 230/2014 (nº 3.376/2015, na Câmara dos Deputados), do Senador Marcelo Crivella, que <i>altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de posse ou porte, de tráfico e de comercialização ilegal de armas de fogo, na forma em que especifica, no rol dos crimes hediondos.</i>	46
--	----

2.1.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 50/2017 (nº 289/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.	50
--	----

2.1.3 – Ofício da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

S/nº/2017, na origem, que encaminha lista de projetos prioritários e solicita que sejam considerados em pauta de reunião de líderes.	84
---	----

2.1.4 – Projetos de Lei do Senado

Nº 281/2017, do Senador Paulo Paim, que <i>acrescenta § 5º ao art. 59, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor que os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.</i>	88
--	----

Nº 282/2017, do Senador Paulo Paim, que <i>dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.</i>	92
--	----

Nº 283/2017, do Senador Telmário Mota, que <i>institui regime temporário de preferência de tramitação processual dos processos judiciais e administrativos fiscais relativos a créditos tributários de natureza previdenciária.</i>	96
--	----

Nº 284/2017-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que <i>regula o art. 146-A da Constituição Federal.</i>	101
--	-----

2.1.5 – Requerimentos

Nº 656/2017, do Senador Valdir Raupp, de retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 48/2017. Deferido.	113
---	-----

Nº 657/2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de informações ao Ministro de Estado da Defesa. (Nova autuação do Requerimento nº 655/2017)	115
--	-----

Nº 658/2017, do Senador Jorge Viana, de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia. ...	122
---	-----



2.1.6 – Término de prazo

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 586/2011, 160/2013 e 128/2016. 126

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	127
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	130
5 – LIDERANÇAS	131
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	135
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	143
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	146
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	193

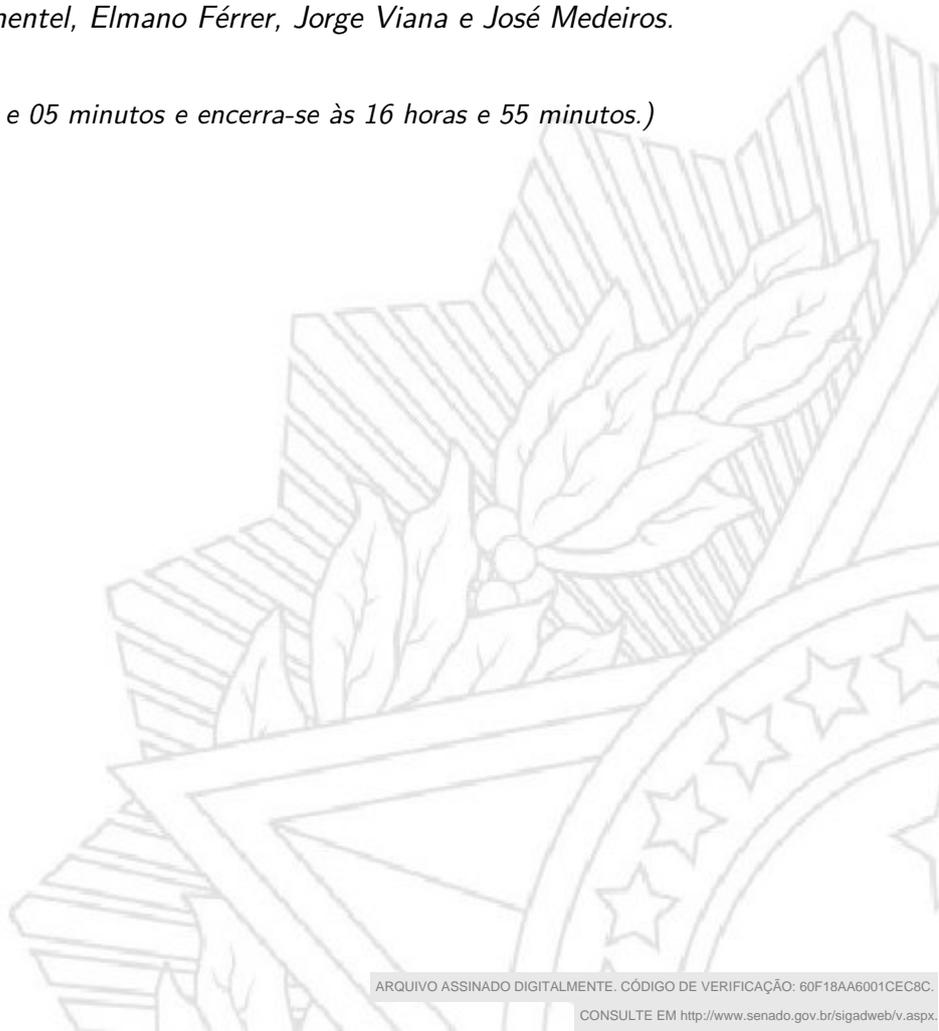


Ata da 119ª Sessão, Não Deliberativa,
em 21 de Agosto de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Pimentel, Elmano Férrer, Jorge Viana e José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 05 minutos e encerra-se às 16 horas e 55 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte do II do sumário**).

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel; Senador Acir Gurgacz, venho à tribuna no dia de hoje para falar um pouco de um tema que está nos envolvendo e envolvendo, com certeza, grande parte dos trabalhadores, que estão indignados ainda, Senador Pimentel, com a história da dita reforma trabalhista, que nem os empresários sabem bem o que é, segundo eles dizem – digo o grosso do empresariado –, mas a Fiesp e a CNI sabem muito bem porque foram elas que formularam essa chamada reforma do empregador, CLT do empregador. O trabalhador não foi ouvido em nenhum momento. Eles aprovaram exatamente aquilo que foi mandado pela cúpula do empresariado em nível nacional.

Mas, ouvindo muitos trabalhadores, Sr. Presidente, nós apresentamos um projeto que visa revogar essa proposta. Claro que não estamos lá iludidos e nem vendendo ilusão em achar que este Congresso que está aí, esta Câmara e mesmo o Senado, vai aprovar esse projeto.

Mas eu sou daqueles que nunca joga a toalha e tenho uma grande esperança em 2018, porque esse é um debate que tem de começar agora e vai permear as eleições – e, oxalá, em 2018, um Congresso com uma matriz diferente, e um presidente da República e um vice, seja homem ou mulher, que tenha compromisso com o povo brasileiro, possam, então, ajudar na sinalização daquilo que eu chamo de um projeto para o mundo do trabalho, para empregados e empregadores, e não esse que foi colocado, querendo ou não, goela abaixo do povo brasileiro, sem nenhuma discussão aprofundada.

Se grande parte do empresariado não conhece, com certeza Deputados e Senadores também não conhecem. É só fazer uma pesquisa e perguntar aos Parlamentares se conhecem a essência. Não conhecem, mas votaram favorável.

Por isso, Sr. Presidente, que nós formulamos, depois de ouvir muita gente, uma proposta que foi acatada pela Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado e criamos assim a Subcomissão para discutir o estatuto do trabalho, que eu gosto de usar a expressão: "O estatuto do mundo do trabalho."

Já foi instalada a subcomissão, composta por três titulares e três suplentes. Como titulares ficou, o Senador Telmário Mota, como Presidente; eu fiquei como Vice; o Senador Valdir Raupp... E na suplência, porque não havia mais espaço, mas ali para mim todos são considerados titulares, ficou a Senador Ângela Portela, eu diria, de novo, como titular também, de fato; o Senador Hélio José, também de fato, e com isso, Sr. Presidente, nós procuramos dividir entre todos os Partidos, na visão proporcional, para que todos estejam lá representados.

Depois da instalação, na semana passada, já nesta sexta-feira, pela manhã, tivemos a primeira audiência pública da comissão. Começou às 10h da manhã e terminou às 2 da tarde. Ouvimos a opinião de representantes sindicais, da assessoria jurídica; ouvimos a Procuradoria-Geral do Trabalho; ouvimos a Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho; ouvimos representantes de sindicatos nacionais, tanto de auditores, fiscais; ouvimos diversos segmentos,



mas, como essa não é uma matéria para votar com pressa, ninguém quer votar isso como eles fizeram a deles, a do empregador — esta não, esta é de empregado e empregador —, nós vamos ouvir a todos, empregados, empregadores, ouvir governantes, ouvir todos os setores da sociedade. E, nesse sentido, já definimos outras audiências públicas: dia 29 de agosto ouviremos experiências internacionais no campo do mundo do trabalho. Teremos convidados da França, do México, do Chile e de outros; dia 11 de setembro, teremos, então, audiência pública para debater princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da própria Constituição, que eu entendo que essa reforma não respeitou nem uma nem outra; dia 25 de setembro, princípios basilares para o estatuto do trabalho, baseando-se nos princípios da própria CLT; dia 9 de outubro, normas gerais de tutela do trabalho, identificação profissional, questão salarial e outras remunerações, como, por exemplo, o salário mínimo — porque essa dita reforma votada não respeita nem o salário mínimo, porque quem tem trabalho intermitente não vai ganhar sequer o salário mínimo mensal. Dia 23 de outubro, normas gerais, de novo, de tutela do trabalho, mas para discutir carga horária, duração do trabalho, férias, Fundo de Garantia; dia 6 de novembro, normas gerais de tutela do trabalho, segurança, medicina do trabalho, e aqui vai entrar, inclusive, claro, a própria previdência ou a seguridade social, melhor; dias 9 e 10 de novembro, vamos realizar, então, aqui em Brasília, um seminário nacional sobre o estatuto do trabalho — dois dias: 9 e 10.

As outras audiências públicas, nós vamos explicando durante o debate da matéria.

Eu aproveito, Sr. Presidente, neste momento, porque, em seguida, vou ter que ir à CPI da Previdência, que está fazendo um belíssimo trabalho, V. Ex^a faz parte. Pela primeira vez, agora, os jornais já começaram a falar que é discutível o tal déficit. Bateram, bateram que nós estávamos faltando com a verdade. Mas, felizmente, não quero fazer críticas, senão vão dizer: "Até quando nós elogiamos, o Paim critica." Não. Eu vi que o jornal *O Globo* e o jornal *Zero Hora* já mostram, com alguns dados inclusive do TCU, mas para nós é importante, que 56 bilhões é uma questão de gestão. Eles já reconhecem que só ali, em 56 bilhões, é uma questão de gestão, mostrando que não dá para defender uma reforma, quando, por uma questão de gestão... Ali diz 56. E eles falam ali muito, respeitosamente eu diria, da questão da fraude envolvendo trabalhadores. Mas só para ajudar mesmo os artigos, eu queria que lembrassem a fraude, aquela que é vergonhosa, que é de 30 bilhões por ano da dita apropriação indébita. É bom falar também sobre aquela.

Então, vamos pegar aqueles 56 mais 30, já vai para 86 bi. Se pegar um pouquinho mais ali as dívidas prontas para serem executadas, já vai para 800 bi; e, se pegar um pouquinho mais, colocar juros e correção monetária das anistias que querem dar aqui, já ultrapassou um tri. Mas isso é um debate que faremos mais na frente.

Mas vamos, então, Sr. Presidente, fazer a leitura deste artigo, que agradeço aqui, porque foi publicado. Os jornais publicaram um artigo que eu escrevi sobre o estatuto do trabalho. Saiu no Jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, saiu nos jornais de Porto Alegre, com destaque no *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, o *Diário, de Canoas*, e *O timoneiro*, de Canoas, ambos do Rio Grande do Sul, e saiu também nos jornais de Caxias do Sul e Vale dos Sinos.

Vamos ao texto. O que é que eu digo no texto do artigo sobre o Estatuto do Trabalho.

Eu digo:

As legislações não podem beneficiar somente um lado da sociedade, setor econômico ou social. Elas devem ser abrangentes. Não podemos [nós] justificar os erros dos outros com os nossos erros [porque estaríamos cometendo um erro se quiséssemos agora fazer o



Estatuto do Trabalhador. Não, porque os outros fizeram o estatuto, que é a mesma coisa, do empregador. Nós estamos fazendo o estatuto do mundo do trabalho].

Para o Brasil voltar a crescer e se desenvolver continuamente é fundamental compreendermos que a relação capital e trabalho deve ser justa e de alto nível. Não pode haver dois pesos e duas medidas.

A Lei 13.467/2017 [mais conhecida como Estatuto do Empregador, Estatuto do Empresário], sancionada no mês de julho pelo Governo Federal, ao sacramentar aquela reforma, incorreu num erro gravíssimo ao pender a balança para apenas um lado, desarmonizando, assim, as relações do mundo do trabalho. É aí que está o problema. Além do mais, vários estudos comprovam que ela não tem o viés modernizador [mas sim do atraso. E muito menos é uma fonte] gerador de empregos.

[Enfim, tomamos essa iniciativa], a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal criou uma subcomissão temporária para discutir o Estatuto do Trabalho [nome fantasia, eu diria: Estatuto do Mundo do Trabalho. Mas é o Estatuto do Trabalho], uma proposta surgida dos diálogos e debates [com todas as frentes, com todas as centrais, federações, confederações, trabalhadores da área pública, da área privada. Eu diria em uma grande frente ampla, em uma visão de um projeto de Nação. Uma visão de um projeto de País] [...]

A ideia é a construção de uma nova carta social e trabalhista que coloque o Brasil em um novo patamar das relações laborais com direitos e benefícios equilibrados. Ou seja, [o estatuto] é uma ousada possibilidade para harmonizar os interesses de classes, dos trabalhadores e dos patrões. É um sonho, porém não utópico.

Buscamos dessa forma um diferencial que julgamos ser o mais importante na construção e na transformação de um país em uma [verdadeira] nação, que é a congregação humanista, solidária e de responsabilidade socioambiental.

O Estatuto do Trabalho é uma possibilidade única de o Brasil voltar a se encontrar com o seu povo e as suas diversidades econômicas e sociais, resgatando o espírito inovador que outrora foi cerne para o desenvolvimento do País e para o crescimento do mercado interno, sem deixar, claro, de capturar as oportunidades globais.

As novas tecnologias, os avanços no campo da ciência e da humanidade estão fazendo com que novas profissões e mercado de trabalho e emprego surjam, como que diariamente. Mas isso não significa que a porta para o futuro, que já é presente, seja a negação de suportes que melhorem as condições de vida da população, buscando a inclusão.

E não como faz essa reforma! É a exclusão, retirando todos os direitos dos trabalhadores e complementando, com a reforma da previdência, que eles querem fazer. Tira direito trabalhista, enfraquece o mundo do trabalho e enfraquece também a Previdência, porque, com isso, eles vão quebrar a Previdência.

"Enfim, trabalhadores e trabalhadoras, que o mercado exige, sejam eles da cidade ou do campo, ou do próprio mundo virtual, que é a realidade da Internet, também merecem ser felizes e ter uma lei básica".

Que é o que nós estamos propondo, que é uma CLT do mundo do trabalho, porque a que eles fizeram...



Eles deixaram os trabalhadores sem lei nenhuma, porque, ali, o tom daquela proposta é o negociado acima da lei. Ou seja, a lei, para o trabalhador, não vale mais nada, e só vale a vontade de quem emprega.

"É preciso que os mentores dessa cruel proposta [que eu chamo monstro] entendam que todos os trabalhadores e as trabalhadoras são cidadãos, com direito à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho, a férias, a um salário decente, a um salário mínimo também decente", porque agora eles querem, inclusive, reduzir em R\$10 o salário mínimo.

Não dá para entender! No mínimo, eu diria, colocasse R\$15, para arredondar para mil. Eu diria até, por uma questão simbólica, que, em vez de tirar R\$10, eu colocaria mais R\$15, para podermos dizer que o salário mínimo, no Brasil, enfim, atingiu R\$1.000. Mas não: eles estão tirando R\$10. Querem tirar R\$10 do dito salário mínimo.

O que iria trazer de prejuízo para a economia? Pelo contrário: aumentando o poder de compra da população, você aumenta o mercado interno; você distribui renda. Todos ganham: a União ganha; o Estado ganha. Mas não: eles retiraram R\$10.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Paim, só para ajudar: são R\$10 por mês...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por mês!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... que dão R\$130 por ano. Multiplicando pelos aposentados, pelas pensionistas e pelo pessoal do BPC, que é o Benefício da Prestação Continuada, vão dar entre 12 e R\$13 bilhões em 2018, só num ano.

Essa pequena conta está tirando dos mais pobres entre 12 e R\$13 bilhões, para que V. Ex^a tenha uma noção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas isso é importante.

Quanto a esse aparte de V. Ex^a, eu peço que incluam aqui, porque foi muito feliz. Foi cirúrgico, como a gente fala, porque a gente fala: "Tiraram R\$10". "Mas R\$10?"

V. Ex^a, que é um estudioso dessa área, foi Ministro da Previdência e sabe muito bem o que é que significa. Por isso, ilustra o meu pronunciamento.

Eu faço questão de repetir. V. Ex^a diz que é mais ou menos R\$13 bilhões o que eles estão tirando dos mais pobres, enquanto que ainda anistiam aqui... Deram, recentemente, para uma negociata naquele tal de Carf, que renegociaram com um banco, lá, R\$25 bilhões de anistia.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – E, além disso, a contribuição patronal rural para a Previdência, que desde 1997 estava suspensa, deveria ter sido retomada em 2001, mas, através de artifícios legais e judiciais, foi sendo retardada, e agora, para que a Bancada ruralista votasse pelo arquivamento do processo contra o Senhor Presidente da República usurpador, ele anistia essa conta e reduz a contribuição, de 2,1%, para 1,5%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vejam bem: quem está falando é um ex-ministro da Previdência, membro da CPI da Previdência, um estudioso desse tema, que está alertando para o fato de que, ao mesmo tempo em que tiram dos trabalhadores em torno de R\$13 bilhões, eles fazem essa negociata. Eu diria que é uma negociata,



porque por trás de tudo aí estão os votos, lá na Câmara, principalmente para que o Presidente não seja processado de acordo com a vontade do Supremo Tribunal Federal.

Muito bem, Senador Pimentel.

Concluindo, Sr. Presidente, "o Estatuto do Trabalho é o início de uma resposta cívica ampla e responsável que será construída debaixo para cima, com a participação de toda a sociedade, dos meios produtivos e com a força da mão de obra brasileira."

Sr. Presidente, nós, que trabalhamos tanto, e V. Ex^a nos ajudou muito... Eu me lembro de que V. Ex^a era ministro na época do debate do salário mínimo, que valia US\$60. E nós, com aquela jornada que fizemos, em nível nacional, conseguimos aprovar inflação mais PIB, tiramos o salário mínimo de US\$60 e chegou a US\$300. E só temos que lamentar muito, muito, muito.

Eu já providenciei emendas para ver se conseguimos barrar. Espero que os Senadores e os Deputados nos acompanhem nessa proposta de não concordar que o salário mínimo tenha esse prejuízo de R\$10, o que vai significar para os mais pobres – aí é para os mais pobres mesmo, ninguém tem dúvida disso – um prejuízo em torno de R\$13 bilhões.

Eu me lembro, e faço justiça, que outro dia, aqui, neste plenário, o Senador Magno Malta, ali, se levantou e falou que não estava acreditando no que ele ouviu o Presidente da República falar na tevê. Aí, diversos Senadores perguntaram a ele: "Mas o que é isso? Vai tirar R\$10 daquilo que já está aprovado baseado no Orçamento da União?" "É, foi isso que eu ouvi mesmo." Aí todos fomos conferir, e era exatamente isso. A intenção é tirar R\$10.

Vá tirar dos grandes, Presidente Temer.

Não vou aqui fazer mais questionamentos outros que eu poderia fazer, mas, se quer tirar, tire de quem tem, de quem fatura, e nós sabemos, milhões por ano. Se for por ano, como a JBS, por exemplo, dá mais de R\$100 bilhões de lucro. Se pegar os principais bancos que, infelizmente, devem também para a Previdência, são bilhões de lucro. E você vai tirar R\$10?

E olhem que foi um Senador que votou pelas reformas, votou com o Presidente ou se absteve, votou pelo afastamento da Dilma. Ele falou aqui indignado, indignadíssimo! Não foi nenhum Parlamentar da oposição que trouxe esse questionamento. Ele disse: "Por amor de Deus, não faça isso!" Espero que não faça.

Eu trouxe esse assunto também, Presidente, porque eu recebi muita correspondência, neste fim de semana, perguntando se eu não iria fazer nada com relação a isso. Eu disse que não, que já fiz, já encaminhei, já falei na tribuna, já comentamos sobre isso. Agora, eu tenho que esperar ele concretizar o ato, para ver se ele vai mesmo tirar esses R\$10.

A denúncia foi feita aqui no plenário, nós mesmos fomos conferir, e as informações que nos chegaram foram essas, que, de fato, vai tirar os R\$10. Eu ainda faço um apelo aqui para que não tire. Pelo contrário: arredonde para R\$1 mil. Vai dar, hoje, pelos cálculos do Orçamento, em torno de R\$980, quase R\$990. Coloque mais R\$10, em vez de tirar mais R\$10, e arredonde para R\$1 mil. Fica até mais fácil o troco.

São mais R\$13 bilhões que entrarão na economia, ajudarão muito a economia e, principalmente, por que não dizer, aqueles que ganham um salário mínimo. E aí nós temos, nessa conta, quase que... Eu iria dizer 90, mas acho que o número mais preciso é que 85% dos aposentados ganham o mínimo. E poderiam ter esses R\$10 a mais e não a menos, como está sendo proposto.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a, e eu vou para a CPI da Previdência, que se inicia às 14h30.



O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Parabéns pelo pronunciamento.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado.

Senador Pimentel, que preside a sessão nesta tarde de segunda-feira.

Uma grata surpresa nesses tempos de crise, crise política, política e financeira, é a notícia de que as cooperativas estão resistindo bem a essa crise, inclusive com melhor desempenho do que muitas empresas tradicionais que operam no nosso País.

Isso não ocorre por acaso. Historicamente, sempre que o homem enfrenta dificuldades financeiras, busca uma saída na cooperação, na ajuda mútua, no cooperativismo, na parceria com a sociedade. E é isso que está acontecendo de forma muito positiva no nosso Estado de Rondônia.

Em Ji-Paraná, houve um encontro das cooperativas de crédito do Estado, que são as que mais têm crescido não só no Estado de Rondônia, mas em todo o Brasil. Mas, especificamente no Estado de Rondônia, as cooperativas de crédito têm tido uma participação muito grande hoje na vida de toda a população do nosso Estado. O evento contou com a participação de dois diretores do Banco Central, o que demonstra o respeito e a credibilidade das cooperativas de crédito do nosso Estado.

No ramo do crédito, temos em Rondônia a presença de cinco centrais cooperativas: o Sicoob, a Credisis, a Sicredi, a Unicredi/Sicoob e o sistema Cresol, com pontos de atendimento ao cooperado, ou agências, em todos os Municípios do nosso Estado.

Enquanto vemos os grandes bancos, como o Banco do Brasil, fechando agências em diversos Municípios de Rondônia não só no Estado, mas no País também, as cooperativas de crédito abrem praticamente um ponto de atendimento por mês no Estado de Rondônia.

Além do cooperativismo de crédito, muitas cooperativas rurais e nos ramos de transporte, serviços, saúde e educação estão surgindo e se fortalecendo no nosso Estado. Rondônia já conta com 116 cooperativas registradas na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e tem cerca de 150 mil cooperados, pessoas que fazem parte das cooperativas.

Essas cooperativas já movimentam cerca de 20% do PIB de Rondônia e, com certeza, estão contribuindo de forma decisiva para o desempenho da nossa economia, que tem crescido, em média, 5% ao ano nos últimos dez anos. Portanto, parabenizo o trabalho da OCB/SESCOOP RO, que tem o nosso amigo Salatiel Rodrigues como Presidente, e parabenizo todas as cooperativas e também os cooperados que estão acreditando nessa forma solidária de somar forças para empreender, para fazer negócios, para oferecer serviços e produtos e para fomentar a agroindústria no Estado de Rondônia.

E o mais importante é que a população de Rondônia está entendendo que as cooperativas de crédito são as melhores instituições financeiras, pois estão mais próximas dos clientes, movimentam a economia regional e oferecem as menores tarifas pelos serviços que oferecem, bem como as menores taxas de juros também. Ou seja, as cooperativas cobram juros e taxas menores justamente porque o dinheiro que elas movimentam é do próprio cooperado, que é dono, usuário e investidor do negócio.

Além desses fatores, somam-se o apelo social, o atendimento diferenciado e a profissionalização das cooperativas de crédito, que têm se mantido sólidas financeiramente,



registrando aumento de capital, devido ao reconhecimento dos consumidores quanto à segurança e à confiabilidade. O mesmo ocorre com as cooperativas da agroindústria, que são hoje a melhor alternativa para quem quer produzir, escoar ou beneficiar a sua produção compartilhando os custos e também dividindo os seus lucros.

As cooperativas agrícolas de Rondônia estão obtendo resultados positivos, incrementando seus negócios, crescendo e contribuindo para a melhoria da qualidade dos alimentos e serviços. E isso resulta na melhoria de qualidade de vida dos nossos agricultores. As cooperativas da agricultura familiar e do agronegócio têm conquistado um espaço cada vez maior também nas exportações brasileiras. O reflexo desse desempenho é que, cada vez mais, as pessoas estão escolhendo o modelo de empresa cooperativa para enfrentar as novas realidades econômicas, justamente porque a cooperativa é um modelo de empresa que focaliza as pessoas, é uma empresa em que cada cooperado representa um voto na decisão que se toma do empreendimento à distribuição do lucro, ou melhor, das sobras que é feita entre os cooperados.

Diante do cenário atual de consolidação da agricultura intensiva com produção em grande escala em cadeias produtivas verticalizadas e da concentração do comércio de alimentos nas mãos de poucos conglomerados transnacionais, o cooperativismo também se consolida como alternativa de sobrevivência e de manutenção da competitividade para os pequenos e médios agricultores, principalmente os da base familiar. É por esse motivo que tenho estimulado o cooperativismo como a melhor alternativa para os produtores rurais do nosso Estado de Rondônia e para os agricultores familiares de todo o nosso País.

Somente com a organização dos pequenos agricultores em cooperativas é que Rondônia poderá se tornar uma potência agrícola e se industrializar, como hoje são os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que tiveram o cooperativismo como base para a sua economia agrícola, e hoje todas essas cooperativas do sul são um sucesso.

Nós queremos e estamos trabalhando para que, no nosso Estado de Rondônia, as cooperativas da agroindústria possam ser fortes e fornecerem alimentos, como as cooperativas que estão produzindo e estão instaladas no sul do País. Entendo que somente dessa forma, com base no associativismo e na cooperação, vamos acabar com a pobreza em nosso País, fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento regional.

Um dos fatores que tem dificultado o crescimento das cooperativas é justamente a base legal para o funcionamento das mesmas, o excesso da burocracia e as dificuldades para que elas possam participar, por exemplo, de licitações públicas. Essa discussão é antiga entre as cooperativas e também aqui no Congresso Nacional, onde resultou na formulação do projeto de lei geral das cooperativas, do qual tratam o PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, do PDT, e o PLS 153, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, do PT, que fortalecem mais, Senador Pimentel, as cooperativas do nosso País e diminuem a burocracia para que elas possam ter um acesso maior aos nossos agricultores, principalmente os da agricultura familiar que precisam desse conglomerado para trabalharem em grupo e não só produzirem...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.



O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Esse estatuto das cooperativas é fundamental como nós fizemos com o Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

Esse setor, até 2003, era basicamente impedido de operar e de atuar, porque o Banco Central queria enquadrá-lo no Acordo de Basileia, que é voltado para os grandes bancos. Foi feita uma melhoria na legislação das cooperativas de crédito, como também em outros ramos do cooperativismo, mas precisamos avançar ainda mais. E acredito que o estatuto do cooperativismo brasileiro é o passo que permitirá esse setor da economia se organizar, como fizemos com a micro e com a pequena empresa.

Parabéns.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem dúvida, a micro e a pequena empresa são um sucesso hoje, no País, exatamente por conta da desburocratização, que foi feita para que elas pudessem crescer, produzir e se ampliar no Brasil inteiro. Em Rondônia, elas são fortes. Da mesma forma, queremos fazer isso também, para que as cooperativas possam avançar cada vez mais.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas elas são fortes em vários Estados, e queremos fortalecê-las também no Estado de Rondônia.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – Nobre Senador Acir Gurgacz, V. Ex^a aborda um tema, nesta tarde, muito importante para o Brasil, sobretudo para o Estado de Rondônia. Eu sempre fui um entusiasta das cooperativas e das cooperativas de crédito, porque elas ajudam diretamente o pequeno produtor – e o pequeno empresário, não só o pequeno produtor. Hoje, são o pequeno, o médio, o grande, porque os grandes estão dizendo que é menos burocrático, é mais fácil ter acesso a crédito nas cooperativas do que nos bancos oficiais ou nos bancos privados. Eu levei essa semente, quando fui Governador em Rondônia, coloquei no meu programa de governo o incentivo às cooperativas, porque não havia no Estado, ainda, naquele momento, em 1994, nenhuma cooperativa de crédito em Rondônia. Aí havia um gaúcho lá, que fazia parte do meu planejamento de campanha, do meu programa de governo, que é o Pedro Beber, que depois foi Coordenador do programa do Banco Mundial, e nós conseguimos... Eu venci a eleição e cumpri à risca o que estava no meu programa de governo, incentivando, inclusive, com dinheiro. Nós fornecemos convênios para as três primeiras cooperativas de crédito – se não me falha a memória, foi em Pimenta Bueno, Ouro Preto e Porto Velho; depois veio Ji-Paraná e outras –, que hoje são grandes cooperativas, grandes centrais de cooperativas, espalharem-se pelo Estado de Rondônia. Então, foram doados computadores, móveis, convênios, para que eles pudessem se equipar e abrir as primeiras cooperativas de crédito em Rondônia. Isso deu muito certo, e hoje até os distritos... V. Ex^a, que anda por Rondônia, como eu ando, nos quatro cantos de Rondônia, há distritos com cooperativas de crédito com prédio de dois andares – distritos –, e nos Municípios elas são verdadeiros bancos, que atendem a toda a clientela de produtores rurais e também de pessoas de empresas urbanas. Nesses dias, um empresário do ramo de energia elétrica, que constrói PCHs, disse que, quando se aperta, procura as cooperativas, porque é mais rápido. Para arrumar até R\$2 milhões, R\$3 milhões, para socorrer numa obra, numa frente de obra, a cooperativa é rápida, dinâmica, libera sem muita burocracia. Se fosse num banco, ele iria demorar dois, três, quatro ou até mais tempo para fazer esse empréstimo. Então, parabéns às cooperativas de crédito do Brasil,



sobretudo as de Rondônia; ao Salatiel, que é o Presidente da OCB, cujo nome V. Ex^a citou, e que é muito determinado. Antes era o Gustavo, agora é o Salatiel, muito determinado no incentivo, no apoio, levando seminário, congresso, sempre para poder capacitar aqueles que trabalham nas cooperativas de crédito. Eu visito as feiras de exposição, as feiras agropecuárias, e, em todas elas, um estande que não deixo de visitar, quando está lá, é o das cooperativas de crédito – gosto muito e é muito importante –, assim como o da Emater, da Embrapa, da Secretaria de Agricultura e tantos órgãos que fomentam, incentivam o agronegócio, as agroindústrias no Estado de Rondônia. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp. De fato, as cooperativas de crédito têm uma função muito importante na economia do Estado. E nós queremos, Senadora Ana Amélia – antes de passar a palavra a V. Ex^a –, que o Estado de Rondônia tenha um crescimento, com relação às cooperativas, como aconteceu no Rio Grande do Sul, que fortaleceu o agronegócio não só na produção, na industrialização e também na comercialização, na exportação.

As cooperativas têm um papel importantíssimo no seu Estado, já com 2,5 milhões de pessoas, de cooperados no Estado do Rio Grande. Rondônia está com 160 mil cooperados. É um Estado jovem ainda, mas nós vamos chegar lá, com certeza.

Com prazer, ouço a Senadora Ana Amélia.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – Eu só me esqueci de falar, Senadora Ana Amélia, que esse Pedro Beber, é um gaúcho, levou esse modelo do Rio Grande do Sul. Ele disse assim: "Vamos implantar esse modelo, que é lá do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, que é muito bom para as cooperativas de crédito." Ele está de aniversário hoje. Pedro Beber está de aniversário hoje. Então, parabéns ao Pedro Beber, por ter incentivado as cooperativas de crédito e outras cooperativas no Estado de Rondônia. Muito obrigado.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fico feliz que o Senador Raupp tenha feito esse registro de reconhecimento, porque, de fato, o berço do sistema de crédito cooperativo é no Rio Grande do Sul, espalhou-se por Santa Catarina e pelo Paraná, o sistema Sicredi. Posteriormente, vieram outros sistemas cooperativos, como o Cresol e o Crehnor. E o próprio Banco Central... Eu sou autora de um projeto de lei que prevê que, nos repasses do BNDES, via Finame, as cooperativas de crédito possam operar esses financiamentos a um custo menor para todo o setor produtivo, uma vez que conhecem profundamente a ficha cadastral de uma clientela que é pulverizada em vários setores, não apenas na agricultura familiar, mas na agricultura também, das próprias cooperativas e de todo o sistema. Então, eu queria me associar a essa manifestação de V. Ex^a, porque alguns setores não só de crédito, mas de produção, setor de vinhos, estão em grande parte dependendo de cooperativas. O setor de carnes também depende de cooperativas, como o de leite, o de queijos. Há cooperativas de mais de cem anos no Rio Grande do Sul nesse setor da agroindústria e fazendo um grande sucesso. Então, eu chamo esse de o capitalismo mais social, um capitalismo que reparte o lucro e o resultado com os seus associados, seus cooperativados. Então, V. Ex^a, que presidiu a Comissão de Agricultura – posteriormente tive a honra também de presidir essa mesma Comissão –, teve sempre um olhar muito atento à questão também da regularização fundiária, sou testemunha da sua luta, e agora por essa luta. O Banco Central, Senador Acir, para terminar, tem uma visão muito positiva. Com o Dr. Alexandre Tombini, quando presidia a instituição, debatemos essa matéria. Eu questionei o Banco Central, ele disse que as cooperativas não têm nenhum problema do ponto de vista da



fiscalização, operam com muito rigor na concessão do crédito e têm uma grande participação nessa massificação do crédito. Como eu disse, em alguns lugares, não há as agências bancárias convencionais, mas uma cooperativa de crédito está lá para atender à clientela. Então, esse papel tem que ser reconhecido em todo o Brasil, e o sistema Sicredi no Rio Grande e os demais também têm uma força extraordinária. Então, cumprimento o Vergílio Perius, que é o Presidente da Federação das Cooperativas do Rio Grande do Sul, e também todos os demais dirigentes que têm um cuidado muito grande com a cooperativa de crédito. Parabéns, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pelo seu aparte.

De fato, nós estamos trabalhando muito nessa linha de crescimento no nosso Estado de Rondônia, que tem uma produção grande de carne, soja, pescado, café, cacau. E agora nós queremos passar a industrializar esses produtos. Parte vai ser sempre exportada *in natura*, mas nós queremos, aquilo que for possível, industrializar e exportar já manufaturado, já industrializado. E é através das cooperativas que nós vamos conseguir isso, não só na produção, mas também nas agroindústrias – as agroindústrias têm uma participação muito forte na economia do nosso Estado –, e é através das cooperativas que nós vamos nos fortalecer. A exemplo do que aconteceu no seu Estado, nos Estados do Sul do País, acontecerá também no nosso Estado de Rondônia.

Não é diferente no Estado do Mato Grosso: as cooperativas têm uma participação muito forte. Nós, que somos corredor de exportação daquilo que produz o Mato Grosso, queremos trilhar esse caminho também.

Com prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Acir, quero lhe parabenizar por trazer esse assunto, porque Mato Grosso também tem uma relação muito importante com as cooperativas, principalmente porque os bancos, notadamente Caixa Econômica e Banco do Brasil, têm se retirado de cidades – cidades importantes até. Eu não sei se estão com uma política de se estabelecer só nos grandes centros, mas o Mato Grosso é feito de pequenas e médias cidades. Então, uma cidade em Mato Grosso considerada grande é uma cidade de 200 mil habitantes, o que para eles parece que já não é importante. O fato é que, na minha cidade, têm sido fechadas agências – em outros Municípios também –, hora com a desculpa de falta de segurança, hora com outros argumentos. O fato é que essas cidades acabam sendo socorridas pelo sistema cooperativo. E o senhor citou muito bem o Sicoob, o Sicredi, que também já vi que fazem história em Rondônia. Lá na minha cidade, por exemplo, o Sicredi que tem socorrido as pessoas nos empréstimos. A gente tem tentado, inclusive junto ao Banco do Brasil, que possa ser liberada – junto ao Condell, aliás – uma margem melhor de empréstimo. Porque, como foi falado aqui pelo Senador Valdir Raupp, a burocracia que esses organismos oficiais têm feito para emprestar dinheiro é uma via-crúcis. E as cooperativas têm sido mais ágeis e têm demonstrado que menos burocracia não tem nada a ver com a questão da inadimplência ou adimplência, porque o fato é que as cooperativas lá em Mato Grosso estão bem saneadas. Então, quero lhe parabenizar por trazer esse assunto tão importante e que às vezes passa ao largo. Mas as cooperativas têm beneficiado muito o Brasil em todos os Estados. Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pelo seu aparte. De fato, as cooperativas têm menos burocracia, um juízo mais



barato e as taxas também são menores, o que possibilita e facilita a relação do cooperado com as cooperativas.

Mas a nossa preocupação agora, Sr. Presidente, é avançarmos nas cooperativas da agroindústria, para que a gente possa industrializar aquilo que produzimos, para produzir alimentos não só para o Estado de Rondônia, para o nosso País, mas para exportar aquilo que for possível, já industrializado.

Considerando que as cooperativas são comprovadamente uma boa alternativa para o enfrentamento da crise financeira internacional, além de promotoras do desenvolvimento humano, creio que, se nós conseguirmos aprovar essa lei geral do cooperativismo, nós daremos uma grande contribuição para que esse segmento possa contribuir, com mais efetividade ainda, para o fortalecimento da economia brasileira, gerando emprego e renda para os nossos agricultores no Brasil inteiro. E aí eu puxo uma brasa para a sardinha do nosso Estado, Senador Pimentel, cuidando dos nossos agricultores rondonienses para que eles possam ter uma qualidade de vida melhor. Quando nós falamos em apoiar o nosso agricultor, em dar mais condições para que ele possa trabalhar, é exatamente para que eles possam ter uma renda melhor e, com essa renda, produzir e proporcionar à sua família uma qualidade de vida melhor, para os seus filhos, na escola, na saúde, enfim, na sua segurança. Este é o grande objetivo: vamos fortalecê-los para que eles possam produzir mais, com uma melhor qualidade e ter uma renda melhor. Esse é o nosso grande objetivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Parabéns pelo pronunciamento.

Quero registrar a presença dos alunos do Escola Veredas, de Campinas. Sejam bem-vindos!

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

Enquanto ela se desloca para a tribuna, vou ler. A Presidência lembra às Sr^{as}, aos Srs. Senadores e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se hoje, dia 21 de agosto, segunda-feira, às 17h, no plenário do Senado Federal, destinada a celebrar os 190 anos da criação dos dois primeiros cursos de Direito do Brasil: Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente (*Fora do microfone.*) desta sessão, Senador José Pimentel, caros colegas Senadores e Senadoras, caros visitantes, saúdo-os – e também os nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

O que me traz à tribuna hoje, Senador, é a tristeza que se abateu sobre a comunidade da minha cidade natal, Lagoa Vermelha, na região nordeste do Rio Grande do Sul, que, em dez minutos de uma inesperada e intensíssima chuva de granizo – que nós gaúchos chamamos de chuva de pedra porque, realmente, eram pedras do tamanho de uma bola de pingue-pongue; e imagine o peso disso? –, uma chuva extremamente forte, em dez minutos, destruiu, no mínimo, 2 mil casas.

O meu Município de Lagoa Vermelha, onde eu nasci, tem quase 30 mil habitantes. O que mais, digamos, se pode lamentar é do prejuízo material com essa destruição em zonas periféricas, em pelo menos três bairros da cidade, porque não houve feridos nem mortes. Então, isso já foi um



ganho desse ponto de vista. Foram apenas graves e grandes prejuízos materiais em zonas de população bastante carente.

Mas sobressaiu, Senador Telmário, caros colegas Senadores que estão aqui, o espírito comunitário, solidário da minha cidade, o que me deixou extremamente feliz para revelar mais um ato de grandeza de uma cidade que foi, de uma hora para outra, vítima dessa intempérie.

Em 1965 – eu ainda estava lá – houve uma nevasca, uma neve de mais ou menos 50cm, 60cm, que cobriu a cidade de branco. Agora foi essa destruidora chuva de pedra, que, devido ao peso da pedra e à quantia de pedras, de fato, prejudicou, destelhou e destruiu 2 mil habitações.

E, graças a esse espírito comunitário, já está lá no ginásio esportivo de Lagoa Vermelha, sob a liderança do prefeito, a Defesa Civil do Município de Caxias do Sul – hoje as lideranças estão em Porto Alegre. E amanhã, às 9h da manhã, estarei junto com uma delegação do meu Estado também, de Lagoa Vermelha, para conversar com o Chefe da Defesa Civil aqui, Renato Newton, sobre os problemas e sobre como poderemos agilizar a decretação de emergência, que já foi feita no dia de hoje, e qual vai ser o auxílio mais rápido para socorrer essas vítimas, que estão recebendo da comunidade um esforço menor.

Aqueles que não tiveram nenhum dano foram ao ginásio para socorrer aqueles que foram prejudicados. Nesse momento, Senador Pimentel, você vê a diferença de uma comunidade solidária, cooperativa e que, sob a liderança do Prefeito Gustavo Bonotto, foi capaz de mostrar e de se reerguer. Estão escrevendo uma bonita história de solidariedade lá em Lagoa Vermelha.

E eu quero terminar aqui, porque tenho agora que ir a uma reunião no DNIT, e quero agradecer ao Senador Telmário, que me sucede na tribuna.

Eu estive, neste final de semana, visitando Municípios produtores de calçados: Município de Morro Reuter, que tem um café colonial alemão muito famoso; Nova Hartz, também de colonização alemã; e também Parobé. Ficam todos eles na mesma região do Vale do Paranhana. E o que eu mais ouvi lá – e falo para um ex-Ministro da Previdência, agora ocupando a mesa – foi uma grande preocupação, porque, além dos dilemas decorrentes de um câmbio desfavorável para quem exporta, decorrentes do problema do desaquecimento do mercado interno pelo desaquecimento econômico – calçado é um bem de consumo, que se enquadra em vestuário. Algumas empresas estão trabalhando três vezes por semana, Senador; são produtores para mercado interno e também para exportação –, além desse problema, existe um problema que não é só para indústria calçadista, está mais agravada, porque ela é altamente empregadora de mão de obra, e de muita mão de obra feminina, a legislação obriga que toda indústria, toda empresa tenha 5% do seu contingente de pessoas portadoras de deficiência, pessoas deficientes. Ora, num Município como Nova Hartz, que é pequeno em população, que tem três ou quatro ou cinco grandes empresas ou médias empresas calçadistas, as empresas não conseguem, apesar de botarem anúncio nos jornais, percorrerem as instituições que dão assistência às pessoas com deficiência, preencher essa cota determinada pela lei. Resultado: apesar do esforço que fazem e também do gasto que têm no anúncio, na divulgação, Senador Elmano, elas são multadas porque não têm condição de cumprir a lei.

A razão disso é porque essas pessoas já têm cobertura social de um benefício que recebem e, na hora em que elas têm a carteira assinada, esse benefício lhes é suprimido. Então, essa pessoa, com toda... Eu entendo perfeitamente e, se eu estivesse no lugar dessa pessoa, faria a mesma coisa. Por que ela vai sair da sua casa, de cadeira de rodas muitas vezes, com dificuldade de veículos com acessibilidade para se deslocar da sua casa até a fábrica de sapatos... E ela, então, para evitar



esses problemas todos decorrentes dessa dificuldade de mobilidade urbana, prefere ficar em casa porque recebe um benefício por ser deficiente. E a indústria não consegue, então, que haja candidatos para ocupar as vagas dos deficientes, e ela é multada. Todo mês ela tem uma multa por causa disso.

Não é justa, convenhamos, essa distorção de uma lei justa, de uma lei boa – e que não deve ser modificada. Mas, quando confirmada a razão da impossibilidade de, naquela comunidade ou mesmo na região, haver pessoas deficientes para trabalhar, e a empresa, por mais esforço que faça, não consegue... Uma até brincou: "Será que querem que a gente mutile as pessoas para haver um deficiente trabalhando?" Quer dizer, veja a insólita situação a que se chegou. Então, essa multa é uma questão de injustiça, porque o esforço é feito: procuram, anunciam, chamam, percorrem as instituições que lidam com as pessoas deficientes e não encontram.

Então, Senador José Pimentel, eu sei e falei até com o Senador Paim e com V. Ex^a também, que, como foi Ministro da Previdência, sabe. Nós temos que encontrar um meio termo, porque, se queremos que aumente o nível de empregos, nós temos que criar, pelo menos, as condições para que o empregador não seja penalizado numa circunstância dessa. Então, nós estaremos até criando mais problemas do que resolvendo os problemas.

A questão social é indiscutível. Temos que continuar dando essa proteção para essa comunidade de pessoas portadoras de deficiência, mas não podemos penalizar quem faz tudo para conseguir e não pode. São comunidades pequenas. Então, em uma cidade, vai haver 1%, 2%. Ótimo que não haja. É muito melhor que não haja pessoas com essas dificuldades, mas trago esse tema hoje porque foi o tema recorrente nesses Municípios, Senadores, de Morro Reuter, Nova Hartz e também Parobé, todos eles indústrias importantes de calçados.

Então, eu queria ressaltar e termino lembrando o que disse o Presidente do Paraguai, Horacio Cartes, em visita ao Senado Federal – V. Ex^a estava lá, o Senador Telmário estava lá, todos os Senadores estavam lá presentes –, que, comentando sobre o problema da fronteira, falou sobre a questão do crime organizado e que o Paraguai, em contato com a inteligência das áreas de segurança do Brasil, já capturou pelo menos oito membros do crime organizado do PCC e devolveu ao Brasil. Essa situação é muito grave e vai se agravar ainda mais porque esse crime organizado chegou à Região Norte do Brasil – ao Nordeste, primeiro, e, depois, foi para o Norte –, na região vulnerável da fronteira da Amazônia. Há o risco de aumentar ainda mais essa questão por conta de ali nós termos o narcotráfico, a narcoguerrilha, o contrabando de armas e todos os problemas decorrentes dessa associação criminosa: crime organizado com o narcotráfico ou a narcoguerrilha. E o corte das Forças Armadas de 45% no Orçamento vai impactar, a partir de setembro, diretamente no Comando Militar da Amazônia.

Estou falando isso, Senador Telmário – V. Ex^a é de lá –, porque eu estive em Maturacá, lá na Amazônia, na chamada Cabeça do Cachorro, naquela região em São Gabriel da Cachoeira. Maturacá fica a 30 quilômetros da fronteira da Amazônia. Lá o que sobra de responsabilidade e cuidado na fronteira são as Forças Armadas. E o Comandante Militar da Amazônia, General Miotto, que é do meu Estado e está fazendo um extraordinário trabalho, alertou para o risco de ficar ao vazio a fronteira da Amazônia, com áreas extremamente sensíveis.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Telmário Mota.

Não só porque o Comandante é do Rio Grande do Sul, mas porque esse é um problema nacional. Veja o que está acontecendo no Rio de Janeiro para entender um pouco melhor a gravidade dessa situação.



O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora, primeiro, quero começar sendo solidário a V. Ex^a e ao pessoal de Lagoa Vermelha, por mais uma vez sofrer. Eu sempre digo que o pessoal do Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina – tem essa capacidade de ser solidário, de socorrer, de enfrentar. Inclusive, é o único lugar do Brasil, praticamente, fora o Nordeste, com a seca, que sofre alguma consequência climática, mas ele se supera, como os americanos fazem isso muito bem. Então, eu quero aqui ser solidário com o povo de Lagoa Vermelha.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador. Muito obrigada.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – Quero parabenizar a ação do prefeito, a liderança do prefeito, e, naturalmente, desejar a ele que, na sua companhia... Com certeza absoluta, V. Ex^a vai abrir todas as portas do Governo Federal para dar suporte o mais rápido possível àquelas pessoas que foram atingidas em Lagoa Vermelha para restabelecer a sua paz, a sua harmonia, para voltarem aos seus lares, aos seus doces lares. E com relação, por exemplo, às pessoas com deficiência, quando eu fui vereador, quando saíram aquelas casas do Minha Casa, Minha Vida, eu fiz na minha região um projeto para que chegasse a até 10% o número de casas adaptadas às pessoas portadoras.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Correto.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – Isso foi muito bom. Agora eu estou iniciando um projeto aqui, porque nós temos notado que há muitas pessoas portadoras de deficiência que não têm especialidade, e caem exatamente nessa situação. Eu estou deliberando um projeto hoje, estou com esse projeto pronto, está saindo hoje para dar entrada aqui no Senado, no sentido de que a escola profissionalize o mais rápido possível essas pessoas, porque elas já têm dificuldade por serem portadoras, e ainda, ao não estarem com especialidade, caem nesse vazio que V. Ex^a traz à tona. Com relação à questão da fronteira, é uma verdade o seu depoimento e eu me somo a ele. Quero parabenizá-la.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Telmário.

Quero lhe dizer que o nosso Prefeito Gustavo Bonotto conta também, por essa solidariedade... Não houve mais partido político na Câmara de Vereadores, nossos vereadores vestiram a camisa da solidariedade; isto é a coisa mais importante. As diferenças partidárias ficaram de lado, e, por isso, eu tenho também muito orgulho da minha cidade de Lagoa Vermelha, pelo que está acontecendo agora. Lamentamos, todos nós, e agradeço a solidariedade às vítimas, que perderam o seu patrimônio, as suas casas.

E queria dizer também que, nessa questão da Amazônia, eu trago essa matéria não apenas pela solidariedade ao Comandante Militar da Amazônia, General Miotto, mas porque eu sou membro titular da Comissão de Relações e Defesa Nacional, e esse é um tema que nós temos que olhar com prioridade na nossa agenda.

Muito obrigada, Presidente desta sessão, Senador José Pimentel, e obrigada, Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para uma comunicação inadiável, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel, quero começar



agradecendo a V. Ex^a, que me cedeu este horário em função de nós termos a CPI da Previdência, que está precisando, naturalmente, da nossa participação.

Mas, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna hoje com o coração partido. Com imenso pesar, Sr. Presidente, eu venho aqui a esta tribuna registrar o falecimento de um grande amigo, um primo, um companheiro de luta, que foi o companheiro Prof. Rivelino Pereira de Souza. O Prof. Rivelino, que era descendente da etnia macuxi, era indígena, morreu ontem, Sr. Presidente, por afogamento, no Rio Cotingo, no Município de Pacaraima, no interior do Estado de Roraima.

O Rivelino, de forma precoce, partiu, mas, no pouco tempo que esteve nesta terra, jovem, ele deixou um legado de luta, de perseverança, de amizade, de fidelidade, de companheirismo. Sobretudo, ele foi um grande nome na luta dos povos indígenas, principalmente nessa questão que hoje há no Município de Pacaraima e na região de São Marcos, onde ele comandou um agrupamento que existiu, que era o Programa São Marcos. E ali ele trabalhou com muito boa desenvoltura. O Rivelino foi também o primeiro indígena no Ministério do Esporte, onde ocupou uma diretoria, um departamento, também levando o esporte para os povos indígenas.

Muito precocemente ele parte e, neste momento de muita dor e consternação, só nos cabe, Sr. Presidente, pedir a Deus que o acolha e lhe dê toda paz; que conforte a sua família e todos nós, seus amigos, diante da imensurável dor dessa perda inesperada. E aqui, Sr. Presidente, falo em nome de seus familiares e dos amigos que deixou. Nós que convivíamos com ele iremos sempre lembrar do Rivelino leal, do Rivelino profissional, do Rivelino honesto, do Rivelino inteligente, competente, sensível, de uma pessoa que lidava com a diversidade humana sem igual.

Portanto, é lamentável a perda do Prof. Rivelino. Hoje, sem nenhuma dúvida, neste momento de dor que realmente estamos passando, como os familiares, a própria família dele... Mas tenho certeza de que o Rivelino cumpriu com a sua parte, com a sua tarefa, com a sua obrigação e deixou um grande legado de luta, de perseverança e de esperança para os povos indígenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. José Pimentel, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Eu agradeço as palavras de V. Ex^a. Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Elmano Férrer, nosso conterrâneo, nascido no nosso Ceará e Senador pelo Estado do Piauí, nossos Senadores e nossas Senadoras, eu quero começar registrando que no último dia 17, quinta-feira última, o Presidente Lula iniciou a Caravana da Esperança pela Bahia.

Com essa caravana, ele vai frequentar os nove Estados da Região Nordeste inicialmente. Começou pela Bahia; hoje, está concluindo Sergipe; amanhã, inicia em Alagoas; depois, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte. No nosso Ceará, ele estará nos dias 29 e 30 deste mês. Nos dias 31, 1º e 2, estará no Estado de V. Ex^a, o nosso Piauí. Eu nasci em Picos, no Piauí. Portanto, sou piauiense por vontade de Deus. Tenho muito orgulho de ter nascido ali e sou Senador da República pelo nosso Estado do Ceará. Ele completará a sua agenda no dia 5 de setembro, lá no nosso Maranhão. E esta caravana tem o objetivo de discutir um novo projeto para o Brasil, que devolva a esperança ao nosso povo, às nossas famílias, à juventude.



Essa caravana, por onde passa, Senador Elmano, tem a participação muito forte da população, dos mais pobres, dos vários setores da sociedade. Eu tive o privilégio de estar na última quinta-feira em Salvador, e ali fizemos uma visita a uma obra, o metrô de Salvador, nos reunindo com os vários trabalhadores, com os vários sindicatos, com uma participação muito forte. Em seguida nos deslocamos de metrô até a estação próxima ao estádio daquela cidade e ali fizemos um grande evento, com muitas pessoas participando. No dia seguinte, o Presidente Lula se deslocou para as cidades polos da Bahia, e essa forma de fazer está sendo desenvolvida em toda a região Nordeste, com a participação dos mais variados setores da sociedade.

Um dos temas que têm aparecido com muita intensidade é o mundo da educação. Nós sabemos que a Região Nordeste, historicamente, foi uma Região que teve uma qualidade de ensino um pouco inferior, comparando com os outros setores do Brasil, em face da baixa remuneração dos nossos professores. Se voltarmos a 2003, o salário médio dos nossos professores das creches, da pré-escola, do ensino infantil, do ensino fundamental era de meio salário mínimo. Lá, no nosso Piauí, não era diferente; no nosso Ceará, era essa a prática.

Com a criação do Fundeb no segundo governo Lula, em 2007, com a participação de recursos da União, com a vinculação de parte dos *royalties* do petróleo para viabilizar a escola pública brasileira, esse piso nacional, que foi criado em 2009 por lei federal de iniciativa do Presidente Lula e, em seguida, declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal já em 2011, hoje nós praticamos um piso de R\$2.198, de quase R\$2,2 mil, e aprovamos o Plano Nacional de Educação por unanimidade aqui no Senado Federal, sancionado sem nenhum veto. Entre as 20 metas do Plano Nacional de Educação, uma delas é exatamente a valorização da remuneração dos nossos professores. Esse processo deverá chegar em torno de R\$5 mil ali, no final do Plano Nacional de Educação, ao completar os seus dez anos, em 2023.

Nós temos feito um debate muito forte de que a emenda constitucional que trata do teto dos gastos públicos, que congela a atualização desses valores apenas pela inflação, não vai permitir cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, que são prever um investimento mínimo de 10% da riqueza nacional na educação brasileira. Se voltarmos a 2003, o investimento nacional na educação pública brasileira era de 5,7%. Foi feito um processo, um esforço muito forte. Chegamos a 7,1%, em 2015; em 2016, ficou basicamente o mesmo percentual; e, neste 2017, no ritmo em que as coisas estão acontecendo, provavelmente não teremos também elevação da participação do investimento na escola pública, a partir dos recursos públicos, no Estado nacional.

Nós já assistimos a isso, Sr. Presidente, quando frequentamos as creches. Tivemos um documentário muito forte na semana passada, por ambos os setores dos meios de comunicação mostrando que, desde 2016, a construção das creches no Brasil está parada. Existem creches ondem faltam menos de 10%. Para concluir, lá no nosso Estado, o Estado do Ceará, temos parte delas, mas não há mais repasse por parte do Ministério da Educação, e o construtor terminou parando essa obra. Ali se mostrava que, das 6 mil creches projetadas em 2012 para serem construídas no Brasil... E essa construção é uma parceria em que o Governo municipal doa o terreno da construção da creche, o Governo Federal constrói e equipa, e os professores são pagos com recursos do Fundeb, envolvendo o Município, o Estado e a União. Portanto, essa parceria chegou a integrar mais da metade das 6 mil creches. Nós temos outras que estão paralisadas por questões de terreno, por questões ambientais e por questões de licenciamento, e temos uma boa parcela, conforme mostrado por amplos setores da imprensa brasileira, que está parada por falta de recursos.



Se nós vamos para o ensino fundamental, a pré-escola, o Ensino Fundamental 1 e 2, em que se vinha num processo de construção de escolas, escolas nas cidades e escolas no campo, para que nós pudéssemos implantar a escola de tempo integral, também esse conjunto de obras que estavam em construção está todo paralisado, retardando essa possibilidade de termos a escola de tempo integral.

Quando nós analisamos o ensino médio, o objetivo do Brasil no Plano Nacional de Educação é que toda escola do ensino médio tenha um curso profissionalizante e que seja também de tempo integral. Só no meu Estado, o Estado do Ceará, foi autorizada a construção de 148 escolas do ensino médio profissionalizante. Dessas 148 escolas, foram entregues 115 até 2016. Em 2017, as escolas remanescentes também estão todas paralisadas. É uma parceria em que o Governo estadual doa o terreno, juntamente com o Município, o Governo Federal constrói – o custo médio dessas escolas é de R\$8 milhões para cada uma –, monta os seus laboratórios... Lá no Piauí nós temos algumas. E, em seguida, o Governo do Estado paga a mão de obra.

E no que diz respeito às escolas federais profissionalizantes, que, na minha época, eram as antigas escolas técnicas da época do Elmano e de nós que temos cabelos brancos, particularmente os mais novos viram o Instituto Federal de Educação, que é o nome mais recente, quando cada escola do ensino técnico passou a ser também uma universidade. Nós tínhamos, até 2003, 179 escolas profissionalizantes no Brasil. O Presidente Lula e a Presidenta Dilma entregaram 580 novas escolas. Para se ter uma ideia, o nosso Ceará tinha apenas três escolas técnicas federais; hoje está com 32 funcionando e tem mais três sendo concluídas nesse processo para que nós possamos chegar a 35 escolas profissionalizantes.

É esse um debate muito forte na caravana por onde o Presidente Lula passa. As escolas, os seus dirigentes, parte da sociedade para o ônibus, discute com o Presidente e deixa claro que nós precisamos, Sr. Presidente, retomar essa política de uma melhor educação, de uma melhor estrutura para que nós possamos deixar um legado para a nossa família, o legado do conhecimento. Essa é uma das agendas que o Presidente está discutindo com a sociedade.

E lá em Quixadá, no Estado do Ceará, onde ele estará presente no dia 29 de agosto, um dos temas é receber exatamente os grêmios estudantis, os centros acadêmicos, os professores e o alunato, para discutir a retomada da escola técnica federal com a escola do ensino médio profissionalizante de tempo integral, por ter clareza de que, se nós resolvermos investir na educação em tempo integral, necessariamente a violência vai diminuir, porque essas crianças, que hoje ficam apenas três ou quatro horas na escola, no resto do tempo ficam na rua, ficam expostas ao traficante, àquele que explora a boa-fé da nossa juventude. Eles têm ali uma presa fácil, e a melhor forma é estar com essas crianças no prédio, na sala de aula, profissionalizando, fazendo cultura, praticando esporte, para que nós possamos tirá-las da mão do traficante.

Nós fizemos um estudo, quando estávamos aqui no Senado Federal, discutindo, elaborando e aprovando o Plano Nacional de Educação. E, ali, ficava claro para nós que o investimento médio de R\$6 mil/ano por aluno nos permite ter um aluno em escola de tempo integral. Quando você levanta um custo desse jovem que tem a infelicidade de enveredar pelo crime, pelas drogas, o custo dele, numa dessas casas de acolhimento, é de R\$4 mil por mês. Portanto, o Brasil gasta hoje, em média, R\$50 mil com uma criança, com um jovem que vai para uma dessas casas tidas como de recuperação, enquanto este mesmo País poderia gastar R\$6 mil por ano para levar essa criança para o bom caminho, o caminho de ser um profissional, o caminho de ser um homem, uma



mulher responsável e ter a sua família. Essas são opções que o Estado nacional precisa pensar, precisa fazer.

Lamentavelmente, ao que a gente assiste hoje é faltar papel higiênico nas escolas técnicas federais, nas universidades, porque o Estado brasileiro resolveu trilhar por um outro caminho, o caminho da recessão, o caminho do desemprego, o caminho... Como diz o programa de um partido que foi ao ar na semana passada, que é base deste Governo: o caminho da cooptação.

Portanto, este Brasil precisa ser repensado. Se nós vamos para o mundo da agricultura familiar, para o mundo do agronegócio, que é outro setor que gera muita renda no Brasil... Para nós termos uma ideia, 70% de toda a produção brasileira que vem para a nossa mesa, que nos alimenta, vem da agricultura familiar. E nós assistimos ao Banco do Nordeste, que tem um fundo constitucional para o qual toda a sociedade contribui, a fim de que 3% de todo o Imposto de Renda, de todo o IPI, vá para o Fundo Constitucional do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste... Esse banco está fechando agências.

Eu ouvi aqui, há pouco, um Senador falando do fechamento de agências no seu Estado. Essa é uma política generalizada dos bancos públicos do Brasil. Agora mesmo, o acionista controlador determinou que o banco feche 15 agências na Região Nordeste; ao Banco do Brasil foi determinado que feche 900 agências em todo o Brasil. O Banco do Brasil está retirando 18 mil funcionários – 18 mil funcionários!

A mesma política a que nós assistimos nos anos 90, de fechamento de agências, de demissão de trabalhadores, está se repetindo neste 2017.

O BNB (Banco do Nordeste do Brasil) tem dinheiro sobrando no seu caixa, porque não tem pessoas para fazer a parte operacional.

Em 2016, sobrou R\$1,5 bilhão no FNE, no Fundo Constitucional do Nordeste. Neste 2017, a previsão é que vão sobrar mais de R\$2 bilhões para uma região que necessita de investimento, que necessita de desenvolvimento. Tem dinheiro, mas não consegue aplicar, porque há uma determinação de fechamento de agências bancárias, de demissão de trabalhadores desses bancos. E é por isso que têm dificuldade na sua operação. Sem esquecer do custo do dinheiro, que está muito alto nessas operações.

E ali se discute exatamente a necessidade do fortalecimento da agricultura familiar, da regularização fundiária que se iniciou com o Programa Terra Legal, em 2009, e foi interrompido em 2016. E, neste 2017, o Programa Terra Legal ainda não entregou um único título de propriedade. E, enquanto isso, nós aprovamos aqui, por maioria de votos, uma medida provisória que determina a chamada "emancipação", entre aspas, dos assentamentos, sem fazer a infraestrutura necessária para que eles possam produzir.

Essa medida provisória já foi aprovada, já foi sancionada, e está vindo agora o seu decreto. E isso levará vários assentados... Que hoje estão ali produzindo com dificuldade, é verdade, mas a tendência é voltar à velha incorporação das pequenas e médias propriedades, voltando a existir o velho latifúndio da exploração da terra, como nós vimos em épocas anteriores. Basta ver no nosso Piauí, no nosso Ceará, no nosso Nordeste, essa realidade. E esse é um outro tema sobre o qual o Presidente Lula tem ouvido muito das federações, dos sindicatos, daqueles que compram essa produção.

Um outro item que vem com muita intensidade é a questão do Programa Luz para Todos.

Nós, até 2006/2007, em qualquer cidade, em qualquer Município do Nordeste que nós frequentávamos – e não era diferente no resto do Brasil –, havia a demanda pela energia de



qualidade, a trifásica, porque até ali o que nós víamos era uma energia monofásica, mas tão fraca, tão fraca, que, se você ligasse dois bicos de luz ao mesmo tempo, na casa, a energia caía, porque a rede não suportava. Isso tudo foi superado. Hoje não se discute mais a falta de energia. O que se está discutindo é o custo da energia, a dificuldade para pagá-la e o que fazer. E grande parte dessas famílias têm, no aposentado e na pensionista, uma das fontes para ajudar a pagar essas contas mínimas.

E nós estamos vendo que aquela política de ganho real para o salário mínimo, que permitiu elevá-lo e dar poder de compra aos quase 24, 25 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social), que havia melhorado essa renda, essa política, de uns anos para cá, particularmente a partir de 2016, deixou de existir. E, para 2018, o salário mínimo estava aprovado na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o valor de R\$979 – ou seja, a reposição da inflação. Nesse pacote fiscal que tira dinheiro de todos, principalmente dos mais pobres, divulgado ontem, que está sendo uma parte inserida no Orçamento de 2018 – uma outra parte está vindo através de medidas provisórias e outra parte através de decreto –, temos um conjunto de medidas para empobrecer ainda mais o Estado nacional e a nossa população.

E a previsão, conforme comunica o Sr. Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é a de que vão retirar R\$10 do salário mínimo, para que cada aposentado e cada pensionista possam dar a sua contribuição – R\$10 por mês, o que dá R\$130 por ano, para cada aposentado, cada pensionista e cada beneficiário da Lei Orgânica da Assistência Social. Talvez, para quem pague jantares de R\$500, de R\$800, de R\$1.000, R\$10 não representem nada; mas, lá no meu Ceará, R\$10, R\$130 por ano, na mão de um aposentado...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... e de uma pensionista, é a certeza de fazer a sua feira, a sua cesta básica, a compra ali no mercadinho, na mercearia – que eu chamo de bodega lá na nossa região. E são essas questões em que é injustificável...

E diz o Ministro da Fazenda: essa "pequena contribuição", entre aspas, de R\$130 por ano, que virá de cada aposentado, de cada pensionista, de cada pessoa que recebe o BPC, o Benefício de Prestação Continuada, vai nos permitir uma economia de R\$12 a R\$13 bilhões. Para quê? Para dar para banqueiro.

Às vezes, eu brinco: se um dia um cidadão precisar de um coração, e o médico, com toda a gentileza que tem, com a sua vontade de nos recuperar o quanto antes, nos apresentar dois corações, numa bandeja, o coração ainda de um jovem, de um jovem padre, de um jovem pastor, de uma jovem freira, e, na outra bandeja, o coração de um velhinho, bem velhinho, banqueiro, não pense duas vezes: pegue o coração do velhinho banqueiro, porque esse está intacto, está são, não tem dó de ninguém. E o Brasil hoje trabalha exclusivamente para dar dinheiro a banco.

Por isso, eu quero parabenizar o Presidente Lula, que resolve, mais uma vez, correr o Brasil de ônibus, para receber as pessoas. Por onde ele está passando, as comunidades param, param o ônibus. Ele desce, conversa, faz os seus atos regionais. E, nos dias 29 e 30, estará em Quixadá, no Ceará. E, no dia 30, em Juazeiro do Norte, a terra do meu Padre, Padrinho Cícero. Portanto, lá no nosso Piauí, no dia 31 ele chega e fica nos dias 1º e 2 de setembro.

Muita sorte ao nosso Presidente, muita saúde, porque é uma agenda pesada. Mas quem tem compromisso com uma Nação como a nossa, que já foi a sexta potência econômica do Planeta... E



quando ele o recebeu, lá em 2003, o Brasil era a 12^a potência econômica do Planeta. Com o ânimo, com a esperança de todo o nosso povo, dos trabalhadores, das famílias, dos empresários, conseguimos levar este País a ser a sexta potência econômica do Planeta. É um povo extremamente trabalhador, Senador Elmano Férrer. No mundo, só havia cinco países com riqueza maior do que a nossa, mas uma riqueza muito concentrada. E, nesse 2016, nós crescemos como rabo de cavalo: crescemos para baixo. Passamos a ser a sétima potência econômica. E a previsão, no ritmo em que se vai, é a de que, nesse 2017, nós deveremos ir para a nona posição.

Ou seja, não obstante tudo aquilo que nós acumulamos ao longo do nosso tempo, em face de uma incompreensão, de um golpe parlamentar, o Brasil infelizmente saiu dos trilhos, e só através de eleições diretas, com um novo contrato social, com nova composição da nossa sociedade brasileira, é que o Brasil vai sair dessa situação vexatória, devolvendo a esperança a nossa juventude, a nossas famílias, e estimulando o investimento público e privado, porque só dessa forma o Brasil vai se desenvolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e ressalto a importância e relevância dos temas tratados no pronunciamento de V. Ex^a.

E, como orador, para uma comunicação inadiável, eu convido o nobre Senador Reguffe, para ocupar a tribuna por dez minutos.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu tenho uma sugestão ao grupo de Parlamentares, de Deputados Federais e também ao grupo de Senadores, que está articulando essa reforma política que vai ser votada primeiramente na Câmara: deveriam colocar logo no texto que ficam reeleitos os atuais Parlamentares para sempre; que ficam reeleitos os Parlamentares para sempre, porque seria mais sincero, visto que o que está sendo proposto é isso ou quase isso; é simplesmente perpetuar poder nos atuais Parlamentares.

A proposta de se criar um fundo de R\$3,6 bilhões para financiar as campanhas do ano que vem – à qual, aliás, eu já anunciei nesta tribuna que votarei contrariamente aqui, no Senado Federal – simplesmente vai passar esse dinheiro para os presidentes dos partidos, e eles, podendo escolher para quem distribuir, vão priorizar os que estão aí, e isso vai facilitar a reeleição dos atuais Parlamentares e vai aumentar a desigualdade do processo, que já é enorme. Então, seria mais sincero propor que ficam reeleitos, logo, de uma vez, os atuais Parlamentares.

Na dificuldade de se obter o voto da população, que hoje tem grandes críticas a muitos dos atuais ocupantes dos mandatos, querem criar um sistema para facilitar essa reeleição, aumentando a desigualdade do processo.

Eu propus aqui, nesta Casa, nove PECs sobre reforma política, na minha primeira semana como Senador. Por que é que não são analisadas essas propostas de emenda à Constituição? Propus, por exemplo, a PEC 6, de 2015, que permite as candidaturas avulsas, sem filiação partidária. Se a pessoa quiser se filiar a um partido político, ótimo! Mas, se ela quiser ser candidata sem a filiação a um partido, por que é que ela não pode ser?

Cabe à população decidir em quem ela quer votar. Alguns falam: "Mas isso prejudica a governabilidade." Que governabilidade? Essa que está aí? Esse fisiologismo que a gente vive neste País, onde se trocam votos no Parlamento por cargos no Executivo como se isso fosse a coisa mais normal e natural do mundo, onde entra governo, sai governo e é assim que as coisas acontecem?



Eu protocolei nesta Casa o Projeto de Resolução 52, de 2015, que tipifica como quebra de decoro parlamentar o Parlamentar que indicar cargos no Executivo. Alguns dizem: "Mas isso é muito irreal. Isso é fora do mundo real." Isso melhoraria a qualidade do Poder Legislativo que nós temos e também do Poder Executivo, porque hoje o Executivo dá cargos para os Parlamentares indicarem, os Parlamentares indicam e ficam devendo para o Executivo. Ou seja, têm que votar com o Executivo e não com as suas consciências, prejudicando o Legislativo, porque o Legislativo acaba votando muito mais pensando em agradar um governo ou desagradar esse governo, se não conseguiu o que gostaria, do que pensando no que é melhor para a população. E prejudica o Executivo, que é obrigado a nomear muitas pessoas que não gostaria de nomear, muitas das quais sem qualificação técnica para exercer aqueles cargos. Isso melhoraria. "Ah, mas é impossível passar." Vou continuar defendendo o que eu acredito. Nós teríamos Parlamentares totalmente independentes, que não iam pensar se iam beneficiar um governo, se iam ter cargo em governo, iam pensar apenas se aquilo é bom ou ruim para a população.

Eu fui Deputado Distrital, Federal e sou Senador, e nunca tive um cargo indicado em governo nenhum, nem local, nem federal. Voto com a minha consciência, analisando o mérito de cada proposição, lendo cada proposição e vendo se aquilo é bom ou ruim para a população, que é quem eu represento aqui.

Quanto a essa reforma política na Câmara, primeiro tentaram o voto em lista, a que eu também me posicionei contrário, que tira do eleitor o direito de ele escolher quem ele quer e quem ele não quer. Como não conseguiram 100% das cadeiras por voto em lista, querem agora aprovar um sistema misto em que 50% das cadeiras estão para o voto em lista. Deveriam criar logo essa proposta segundo a qual ficam reeleitos os atuais para sempre. É mais sincera.

Eu propus o voto distrital, propus o voto facultativo, propus um sistema de revogabilidade de mandatos, em que, se a pessoa não cumprisse aquilo a que ela se comprometeu e registrou como compromisso de campanha, ela perderia o mandato. Propus a perda de mandato para quem se elegeu Parlamentar e for ocupar um cargo no Executivo, for assumir um ministério ou uma secretaria, porque está indo para um cargo diferente daquele que pediu procuração do eleitor para exercer. Entre várias outras propostas, protocolei também o limite de uma única reeleição para o Legislativo, para que as pessoas não fiquem eternamente nos cargos, para oxigenar o sistema, para dar chance a outros. Isso eu acho que seria uma reforma política, não vir com essas ideias de se criar um fundo de R\$3,6 bilhões para financiar campanha. Pior, vai haver uma desigualdade entre os partidos, porque os partidos grandes vão ter muito mais. E, dentro dos partidos, quem escolhe é a direção, é o presidente, vão favorecer os que estão aí.

Por que não se caminhar para o voto distrital? Reduz-se o Estado em distritos, cada distrito escolhe um. Isso aproxima eleitor de eleito, facilita a fiscalização sobre o eleito, diminui o custo da campanha, porque diminui a área geográfica dessa campanha. Acho que nós precisamos fazer uma reforma política profunda – profunda –, não um simples arremedo para perpetuar poder nos atuais Parlamentares.

Eu penso que as candidaturas avulsas, sem filiação partidária, seriam um gesto. Se se quer modificar o sistema eleitoral, permita-se que também a pessoa possa ser candidata sem a chancela de um partido político, para que ela chegue ali e represente as ideias dela. Se ela quiser depois se reunir em blocos com pessoas que pensam de forma convergente, mas sem essa coisa de toma lá dá cá, de cargo em governo.



Um Parlamentar, na hora de votar um projeto, tem que pensar apenas se aquilo beneficia ou prejudica a sociedade que ele representa, e não se vai ter cargo em governo, se não vai ter cargo em governo. Com esse PRS, esse Projeto de Resolução 52, de 2015, que eu protocolei e que proíbe a indicação de cargos no governo, nós teríamos um Legislativo independente e nós teríamos um Executivo livre também de pressões de Parlamentares, podendo escolher aqueles mais qualificados, mais capacitados para exercer os cargos públicos, sem pensar se aquilo vai ter um voto no Congresso ou não. Teríamos um Congresso mais independente, um Legislativo mais independente e, por consequência, que representasse melhor a população brasileira.

Eu gostaria de ver essas PECs sendo aprovadas.

Eu quero registrar aqui, mais uma vez: para essa PEC que está tramitando na Câmara, meu voto será contrário aqui no plenário deste Senado. Pode ser minoria, mas eu vou representar com dignidade...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... quem votou em mim para estar aqui. Meu voto será contrário a essa proposta desse fundo irresponsável, inadmissível, antipatriótico de R\$3,6 bilhões para campanhas eleitorais.

Num momento em que o País precisa de recursos na saúde e em educação, criar um fundo com essa soma de recursos de R\$3,6 bilhões para isso é algo, na minha concepção, absolutamente inaceitável. E meu voto aqui será contrário a essa proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Convido o nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB, de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu queria dizer ao nobre Senador Reguffe que o meu voto também será contra. Eu votarei contra o fundo partidário de R\$3,6 bilhões. Eu já me manifestei, acho que há duas semanas, e tenho me manifestado sempre que tenho oportunidade. V. Ex^a tem razão quando diz que, enquanto faltam recursos para a educação, para a saúde, para a infraestrutura, para a segurança pública e para tantas outras áreas essenciais para o País, você aprovar um fundo de R\$3,6 bilhões para financiar mais de 30 partidos políticos...

Eu venho defendendo, neste Senado Federal, há muito tempo, há mais de dez anos, uma redução, um enxugamento do número de partidos, para que se possa fazer campanhas mais baratas. Se isso não for possível, defendo o fim das coligações proporcionais. Uma cláusula de barreira em que cada partido lançaria os seus candidatos já seria uma espécie de uma reforma eleitoral. Agora, do jeito que está, com o voto proporcional, com 35, 40 partidos – e daqui a pouco vai haver 50, 60 –, a sociedade brasileira, a democracia brasileira não vai aguentar, Senador Reguffe. Eu posso dizer, com absoluta certeza, que a democracia brasileira não vai resistir. Um país, com todo o respeito – eu já falei um dia na CCJ –, com uma esculhambação como está nessa questão da quantidade de partidos, da quantidade de candidatos, e agora com financiamento público de campanha é realmente inaceitável. Parabéns a V. Ex^a!

Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar sobre a Embrapa. Mas antes de falar sobre a Embrapa, como eu tenho feito quase todas as semanas, farei uma breve prestação de conta sobre a minha jornada no Estado de Rondônia, inaugurando obras, entregando obras, dando ordem de serviço, visitando obras, fazendo vistorias em obras. E, nessa última semana, eu passei



inicialmente por Porto Velho, onde participei de uma homenagem à CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais).

Essa empresa presta um relevante serviço à geologia brasileira, à prospecção, à pesquisa na área mineral e também na hidrologia. Foi a CPRM que melhor informou a população de Rondônia, do Acre – e até da Bolívia – e de outros Estados, sobre as enchentes históricas que tivemos em 2014. A CPRM media diariamente – acho que durante várias vezes por dia –, dando conta de como estava o nível das cheias e de como iria ficar nos dias seguintes, se estava subindo ou se estava abaixando. Então, a CPRM, além de prestar esses relevantes serviços à geologia brasileira, presta também à hidrologia do nosso País. A CPRM, no dia 15, completou 49 anos – então, no ano que vem, vai completar 50 anos – de serviços prestados ao Brasil. Então, parabéns à CPRM nacional e à seção de Rondônia, com o Dr. Júlio, que é o Coordenador da CPRM em Rondônia!

Estive também na cidade de Espigão d'Oeste, no mesmo dia, na quinta-feira. Pela manhã foi a homenagem à CPRM, e à tarde estive com o Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho, na cidade de Espigão d'Oeste. Houve lá um grande evento evangélico da Ordem dos Pastores de Espigão d'Oeste, com um *show* à noite de Samuel e Daniel. Havia mais de 5 mil pessoas na praça da cidade, uma cidade que, como todas de Rondônia, conta com uma incidência forte de evangélicos.

No dia seguinte, estive na cidade de Ariquemes, inaugurando uma grande fábrica de ração, que já derrubou o preço da ração. Olha só, essa fábrica de ração é do grupo Zaltana, que é um grupo local, com parcerias de empresários de outros Estados, mas predominam sócios locais, de Ariquemes, de Rondônia. Eles já haviam inaugurado o frigorífico de peixe, inclusive produzem o peixe sem espinha, o tambaqui sem espinha, que é um peixe maravilhoso, e outro peixes da Amazônia, sobretudo de Rondônia. E Rondônia é um grande produtor; talvez o maior produtor de peixe em cativeiro hoje do Brasil seja Rondônia. E esse grupo Zaltana se instalou em Ariquemes, produzindo ração e beneficiando o pescado, o peixe, com o frigorífico de peixe. Então, parabéns ao grupo Zaltana.

Estivemos, logo em seguida, ainda na sexta-feira, no finalzinho da tarde, início da noite, na cidade de Theobroma – Theobroma fica próxima de Jaru –, onde eu inaugurei um campo sintético, emenda parlamentar minha e da Deputada Marinha. E há mais três campos de futebol iluminados para serem inaugurados no mesmo Município. Lá eu pude jogar: joguei por 30 minutos e fiz dois gols. Eu vou fazer 62 anos, Presidente, agora no dia 24, nesta semana, quinta-feira, e fazia muito tempo que eu não jogava bola. Joguei muito no passado, mas depois fui parando, parando... Agora, como eu faço muita caminhada e até corrida, estava mais ou menos em forma, pude jogar 30 minutos e, nesses 30 minutos, ainda fiz uns golzinhos, que eu fazia tanto no passado; e ainda voltaram a acontecer nesse jogo lá na cidade de Theobroma, com o prefeito, os vereadores, empresários e a comunidade local. Logo, logo, vou voltar para inaugurar os outros campos de futebol lá no Município de Theobroma.

No sábado, estive na cidade de Rolim de Moura. Em Pimenta Bueno, participei de entrevista em uma rede de dez emissoras de rádio, também prestando conta do nosso trabalho. Fui a Cacoal, cidade onde eu fui Vereador há mais de 35 anos, para visitar obras de asfaltamento e de pavimentação feita pelo Governo do Estado e pelo DER, inclusive ruas e avenidas, uma delas que liga a um *shopping* que vai ser inaugurado agora na sexta-feira, dia 25. Vai ser um *shopping center*



muito moderno, do Dr. Ivan, que é um empresário em Cacoal e Rolim de Moura. Eu estarei lá também na inauguração desse *shopping* na cidade de Cacoal.

Depois me dirigi ainda à cidade de Pimenta Bueno, onde inaugurei à noite um ginásio de esportes, emenda da Deputada Marinha e nossa, um ginásio moderno, onde houve um campeonato de kung fu e de outras modalidades de artes marciais. Sempre ajudando o esporte, a cultura e o lazer no Estado de Rondônia.

Nessa andada lá, ainda passei pela cidade de Ouro Preto, entre Ouro Preto e Jarú, onde o DNIT está restaurando a BR-364, com asfalto usinado, com terceiras faixas. Na madrugada ainda foi fechada, entre 4h e 10h da manhã de domingo, para que pudesse fazer a detonação de uma pedra, por onde vai passar a terceira faixa daquela rodovia nas partes mais altas, nas lombas.

Passamos também, é claro, por Jarú, Ouro Preto e Ji-Paraná, onde há um anel viário que está sendo construído pelo Governo do Estado. Então, no total foram novamente mais de dez cidades visitadas neste último final de semana no Estado de Rondônia. A média tem sido esta: entre oito a dez cidades todos finais de semana.

Entro agora, Sr. Presidente, no discurso da Embrapa: nossos elogios e nosso parabéns à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em meio a tantas notícias de crise e de dificuldades pelas quais passa o País, quero hoje trazer aqui uma boa nova: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) acaba de desenvolver um defensivo agrícola natural capaz de combater os nematoides, uma das pragas que mais trazem prejuízos para o agricultor em todo o mundo, não só no Brasil.

Olha só: a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) desenvolvendo produtos que, no primeiro momento, vai atender o Brasil, vai atender Rondônia e, futuramente, vai atender o mundo, porque a Embrapa está com centros de pesquisa também em vários países do mundo, sobretudo os países da África. Isso é muito importante.

Trata-se de um defensivo verde derivado de resíduos da cadeia produtiva de biocombustíveis, matéria-prima barata e com muita oferta. Essa é uma ótima notícia para o campo, para o agronegócio brasileiro, porque os nematoides atacam as raízes de vários tipos de plantas, entre as quais a soja e o algodão, causando perdas de R\$35 bilhões por ano ao agricultor brasileiro.

Eles podem ser combatidos de muitas maneiras, que vão desde a rotação de culturas até o uso de distintas tecnologias. Contudo, a aplicação de um nematicida natural, como o desenvolvido pela Embrapa, afeta menos o equilíbrio ambiental do que a aplicação dos pesticidas provindos da petroquímica e, por isso, possui uma grande vantagem, além de ser mais barato. E são várias as formas de uso do produto no campo. Entre elas, destaco a nanotecnologia, que permite a sua liberação ao longo do tempo, com menos aplicações do defensivo. Isso vai ser uma verdadeira revolução no campo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, beneficiando o Brasil e Rondônia em particular, que é um Estado que vem contribuindo muito para a agricultura nacional.

A estimativa do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Estado de Rondônia, em 2017, é de R\$8,5 bilhões, o maior dos últimos nove anos. O montante é 10% superior ao de 2016, que foi de R\$7,7 bilhões.

Na safra atual, o café – visitei algumas lavouras de café neste final de semana e também tirei algumas fotos lá, já floradas, completamente floradas devido à chuva que deu – volta a ser o principal produto agrícola do Estado em valor, com 34%, seguido pela soja, com 30%, e o milho, com 18% do valor total de lavoura. Esses números, por si mesmos, demonstram o impacto que essa nova tecnologia pode ter para os agricultores de Rondônia e de todo o Brasil.



Quero destacar ainda que, em recente seminário na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, especialistas discutiram estratégias para estimular as tecnologias verdes no Brasil. E a Embrapa saiu na frente.

Na ocasião, o Vice-Presidente da Associação Brasileira de Controle Biológico, Dr. Ari Gitz, apontou as mudanças de hábito e o desejo dos consumidores de adquirirem alimentos livres de químicos como principais motivadores para o mercado de biodefensivos, que já movimenta US\$4 bilhões por ano no mundo. No Brasil, são 56 empresas e 195 produtos registrados.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante não apenas de uma tecnologia que vai beneficiar enormemente o agronegócio nacional, como também deparamos com uma excelente oportunidade de desenvolver novos negócios e expandir o mercado de defensivos verdes em nosso País.

Por isso, precisamos valorizar mais a Embrapa. Ela é uma verdadeira vitrine de soluções tecnológicas em desenvolvimento, que atua conforme a demanda, responde o problema e repassa a solução ao mercado.

Lá em Rondônia, Sr. Presidente, a Embrapa desenvolveu também uma variedade de café, o BRS Ouro Preto, o café clonal desenvolvido pela Embrapa e também com o apoio dos próprios produtores. Esse café eu falo que é o bicho. Ele está produzindo até 160 sacas por hectare. Vai ser o futuro do Estado de Rondônia, como já é hoje. Em valor agregado, o café já é, na área da lavoura, o principal produto de Rondônia.

Ela não só faz parcerias com empresas que têm necessidades específicas, como também atua no desenvolvimento de tecnologias com empresas que têm demandas de grande escala. Além disso, repassa licenças para uso de tecnologias.

Parabênizo, portanto, a Embrapa, não apenas pelo desenvolvimento dessa tecnologia verde de combate aos nematóides das plantas, mas por todo o trabalho que vem realizando desde a sua criação, gerando mais produtividade no campo, riqueza para a nossa gente, para os nossos agricultores, para os nossos produtores, para o agronegócio brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Parabéns à Embrapa brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e me somo a V. Ex^a também pelos elogios a essa grande empresa, a Embrapa, que completou este ano 44 anos de relevantes serviços prestados ao Brasil e ao agronegócio brasileiro.

Convido, pela ordem de oradores inscritos, o nobre Senador José Medeiros, PSD, Mato Grosso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, eu quero fazer um registro aqui de uma morte. É até um pouco inusitado pelo fato de não ser brasileiro e ser uma pessoa internacional, mas eu creio que muitos brasileiros cresceram, principalmente na década de 1970 e até antes, vendo o comediante Jerry Lewis alegrar, de forma extraordinária, as tardes de segunda-feira, enfim, as tardes brasileiras e do mundo inteiro. Fazia um humor extraordinário e, mais, um humor sem a camisa de força da religião política, sem essa história de querer jogar para a galera, sem a camisa de força do politicamente correto.



Então, eu creio que o mundo perdeu um pouco da sua alegria, porque ele foi, no século passado e neste, o pai da comédia. E, lógico, a vida não pode ser só trabalho, a vida tem que ser também cultura e lazer, e ele fazia aquilo de forma extraordinária.

Eu creio que V. Ex^a deve ter acompanhado muito bem a carreira, porque era uma pessoa que eu diria que ele era o Mazzaropi internacional. Nós tivemos aqui o Mazzaropi, e o Jerry Lewis foi uma pessoa que alegrou o mundo.

Mas, Sr. Presidente, pelos discursos inflamados que ouvi na semana passada, alguns nobres colegas desta Casa estão certos de que o povo tem memória curta. Refiro-me a alguns ilustres membros do Partido dos Trabalhadores, que, movidos pelo mais absoluto cinismo – perdoem-me a palavra, mas não há outra para qualificar. Eu procurei, confesso que fui ao Google tentar achar uma analogia, um sinônimo, para não usar uma palavra tão dura, mas é este o termo: cinismo –, subiram a esta tribuna para vociferar contra possíveis cortes orçamentários executados pelo atual Governo. Cortes esses, Sr. Presidente, que se tornam inevitáveis agora, justamente devido ao assombroso e ao inacreditável rombo nas contas públicas deixado pelo governo da ex-Presidente Dilma Rousseff, sustentado até o último minuto por esses Parlamentares.

Pois bem, Senhoras e Senhores, dei-me ao trabalho de fazer uma brevíssima pesquisa sobre os cortes orçamentários na saúde e na educação acontecidos nos últimos anos. E o resultado: parece que a hipocrisia e a histeria de agora, travestidas de sincera preocupação com o povo brasileiro, não se manifestaram no começo do ano passado, quando o PT, já nos estertores de seu desastroso governo, promoveu cortes de mais de R\$21 bilhões na programação orçamentária daquele ano, sendo mais de 6 bilhões na saúde e na educação. Mas que memória curta! Há pouco mais de um ano, essas mesmas vozes, agora combativas e estridentes, estavam silentes e envergonhadas, cúmplices do desgoverno da ex-Presidente.

E quem está dizendo que é desgoverno não sou eu. O ex-Presidente Lula, ontem, disse em palanque que, se Dilma estivesse ali naquele momento, ele iria dizer na cara dela que ela errou. Portanto, quem diz que a Dilma fez um desgoverno não sou eu, é o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

O dinheiro estava acabando, e não havia mais como continuar com a farra fiscal promovida por eles. Após anos, portanto, de ganância desenfreada e total irresponsabilidade fiscal, principalmente, com desvios de recursos para aliados e campanhas políticas, essas vozes agora, finalmente, despertam para a opinião pública, tentando enganar mais uma vez o nosso povo com o discurso vazio do panfleto e da demagogia barata.

Em 2016, após produzirem o maior déficit público e a maior recessão econômica da história, os mesmos que hoje gritam histrionicamente contra cortes orçamentários, nada falaram contra os R\$2,3 bilhões a menos para a saúde ou os R\$4,2 bilhões retirados da educação no apagar das luzes.

E só o fizeram, Sr. Presidente, porque não havia mais de onde tirar – dinheiro não dá em árvore –, pois já haviam zerado os cofres da Nação. E agora ressurgem raivosos e falsamente indignados a bradar contra algo que não somente provocaram, mas fizeram de maneira muito mais cruel e com indisfarçável desfaçatez. Por que eu estou usando o termo "desfaçatez" aqui? Porque eles usam a velha cartilha de Lenin lá do início do século passado: acusem-nos do que você faz e xingue-nos do que você é.

A Senadora Gleisi Hoffmann, Presidente do Partido dos Trabalhadores, que foi Chefe da Casa Civil do governo, ou melhor, do desgoverno da ex-Presidente Dilma, e que ajudou a criar



tudo esse rombo agora fala que estão desmontando o Estado brasileiro. Se há algo fácil de ser desmontado é o discurso da nobre Senadora.

Em 2015, o Governo já havia cortado R\$9,42 bilhões do orçamento do Ministério da Educação, reduzindo-o de R\$48,8 bilhões para R\$39,4 bilhões.

Em 2016, já agonizante, promoveu um corte ainda mais duro, reduzindo o limite de empenho das despesas discricionárias do MEC para pouco mais de R\$30,1 bilhões.

Discursos como o da Senadora Fátima Bezerra, que, agora, de dedo em riste, acusa o Governo de promover uma dura e austera redução de recursos da educação, caem no vazio e no ridículo ao trazermos esses números de um recentíssimo passado para o qual não desejamos voltar.

Nesse sentido, Sr. Presidente e meus caros colegas Senadores, não dá mais para ouvirmos inertes esses falsos profetas do apocalipse, cuja demagogia e indignação seletiva são evidentes. Promoveram o maior rombo da história nas contas públicas e, quando o dinheiro simplesmente acabou, não hesitaram em cortar duramente recursos da saúde e da educação. E tem mais uma: ganharam dinheiro com esse rombo que provocaram na educação.

Eu não sei se vocês já ouviram falar de um grupo econômico chamado Kroton. Isso é totalmente brasileiro e uma criação tupiniquim muito semelhante àquele conglomerado monopolista da carne, da proteína animal, que virou a maior empresa do mundo, chamado JBS.

Pois bem. Antes de ser criado o Fies, foi criado um grupo chamado Kroton, que comprou praticamente todo o setor privado da educação brasileira. E aí lançaram o Fies. Mensalidades que eram bem mais baratas passaram... Pelo curso de Medicina, por exemplo, há lugares que cobram até R\$11 mil. Aí soltaram o Fies. O lucro dessas empresas explodiu. As ações desse grupo chegaram a valorizar 22.000%. Mas, por uma feliz coincidência, o avião, esse jatinho que vocês veem o Lula encostando toda hora é da Kroton; aliás, de seu dono. E dá-lhe dinheiro! Dá-lhe dinheiro! E hoje falta dinheiro, e eles culpam os outros.

Não custa lembrar também, agora na área da saúde, que os surtos de dengue e zika que sofremos à época, em boa parte devidos à falta de recursos para prevenção e combate ao mosquito transmissor, ou as inúmeras universidades públicas sucateadas do País, é nosso dever, como membros do Congresso Nacional, alertar a população para que não caia nesse engodo novamente.

Por que eu trouxe esta fala hoje, Senador Elmano Férrer? Simplesmente para fazer um contraponto.

Como o Lula está fazendo comícios antecipados, ele resolveu escolher a área da educação. E até está copiando o Donald Trump, mas alguém das redes sociais tem que dizer: "Olha, quando você vai soltar um tuíte, o tuíte é assunto por assunto. São 140 caracteres". E ele resolve fazer discurso no Twitter. E está batendo na educação, como se o PT nunca tivesse estado ali no Palácio do Planalto.

E esse contraponto precisa ser feito, senão, daqui a pouco, eles tomam o governo de novo e tornam a sucatear este País, porque eles já fizeram isso. Fizeram isso em relação à Petrobras. Fizeram uma campanha em cima da Petrobras, dizendo que iam protegê-la e, depois, a tomaram para si. A grande verdade foi essa. Eles diziam: "Olha, estão querendo entregar a Petrobras!" Aí, depois, nós ficamos sabendo o que aconteceu.

Então, esse discurso, quando a Senadora Fátima Bezerra sobe aqui à tribuna para falar da educação, que a educação vai mal, é bom a gente vir aqui complementar que a educação vai mal – e vai mal há muito tempo –, mas os indicadores da educação não melhoraram com a ganância promovida na época em que eles estiveram no poder. Os números relativos aos nossos gastos são



parecidos com os de países de Primeiro Mundo, como Estados Unidos, Finlândia e tantos outros países que gastam com educação, só que os indicadores, os nossos números de qualidade não refletem isso. Mais dinheiro não significou mais qualidade na educação.

Senador Elmano Férrer, eu trabalhei na educação por algum período da minha vida – quase dez anos militando na educação. O que eu sinto é que boa parte dos recursos fica pelo meio do caminho; que nós produzimos muito pouco conhecimento no País, e são incentivados muitos trabalhos científicos querendo descobrir a importância das bromélias. Não que eu tenha algo contra a pesquisa da bromélia. Eu sou a favor de que se pesquise tudo, mas que o dinheiro gasto e a produção de conhecimento agreguem valor para o País.

Eu vejo países tão novos quanto o nosso que, até bem pouco tempo – quando eu digo pouco tempo, quero dizer menos de 200 anos –, tinham suas economias muito parecidas com a nossa, a sua educação muito parecida com a nossa, e hoje o Brasil está bem atrás desses países. Querem ouvir o nome de um país cuja economia era similar à do Brasil? A sua educação à do Brasil? Estados Unidos. Há menos de 200 anos, não havia diferença nenhuma entre a riqueza dos países. Eram países iguais. Agora, comparemos hoje os norte-americanos e o Brasil. Estamos numa distância imensa, e onde foi que nos perdemos?

E boa parte disso se deve justamente à educação, porque nós abdicamos de produzir conhecimento. Há tempos que estamos enrolados nos cabelos das pernas, discutindo, numa verborragia política. As universidades viraram guetos partidários, as escolas estão virando guetos partidários, porque antigamente só dentro das universidades e em alguns locais eram tratadas essas questões políticas, mas isso não comprometia ainda a nossa qualidade. Agora, não. Nossas escolas estão virando verdadeiras bancadas políticas de um lado e de outro. Isso é perda de tempo. Eu me lembro de que eu era do centro acadêmico e fui para um congresso da UNE em São Paulo, Senador Jorge Viana, e lá, discutindo os variados temas, foi chamado um palestrante que, à época, era Ministro da Educação do governo paralelo do PT. Ele subiu lá – e nós todos, quem não era do PT, era do PCdoB, do PMDB, enfim – e lançou uma provocação. Ele falou: "Olha, nossa educação está muito aquém de onde ela precisa estar para que o País possa se desenvolver. Nós estamos aqui, vamos ter também o Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, mas eu queria fazer uma pergunta para vocês: o que vocês estão fazendo aqui em pleno período de aula? Se a educação vai mal, há culpa do País, há culpa do Ministério da Educação, parte é culpa dos professores, mas vocês, como alunos, precisam ser revolucionários. Quer ver uma boa revolução que você faz e você pode fazer na educação do Brasil? Aprenda e produza conhecimento pelo professor ou apesar do professor, aprenda e produza conhecimento pela escola ou apesar da escola. E aí eu pergunto para vocês: por que vocês estão fazendo política aqui em pleno ano letivo? Por que vocês estão aqui? Vocês devem ter se preparado, perdido uma semana de aula se preparando para virem para este congresso; devem ter gasto aí um ou dois dias de viagem, porque vieram de todos os cantos do País; na volta, perdem mais uma semana. Vocês perdem a semana de aula durante o congresso, e vão perder mais uma semana de aula na volta. Eu não estou desestimulando vocês a fazerem política, mas aprendam mais do que façam política e, depois, vocês vão ser bons políticos."

Ele acabou com minha carreira de militância dentro da universidade à época. Eu deixei o centro acadêmico e fui estudar, fui terminar meu curso. Aliás, já estava para ser jubilado, porque eu já estava há quase oito anos lá só fazendo política dentro da universidade. Eu percebi que o fim de um aluno na universidade não são as atividades paralelas: é você sair dali e fazer valer o



dinheiro que a população está investindo em você. Não é para ficar fazendo militância o tempo inteiro; pode até fazer, mas o objetivo principal é você se ocupar e sair dali um bom profissional. E essa reflexão – eu creio – nós precisamos fazer.

Victor Hugo dizia: "Jovens, não venham para a política, mas, se vierem, por favor, envelheçam rápido, amadureçam rápido". E talvez ele estivesse um pouco nessa linha do Senador, à época Ministro, Cristovam Buarque.

É por isso que eu tenho sempre dito aqui: em toda campanha, os governos se esmeram, tanto que Lula começou agora a campanha dele pela Bahia falando de quê? Falando de educação, porque é um discurso que cola. Qual pai não quer o seu filho bem preparado, com alicerce para enfrentar o mercado de trabalho ou para empreender? Todos sabem que não existe país que vá para frente se não tiver uma boa educação.

Agora, volto a falar: não dá para aceitar o discurso, aqui, da Senadora Fátima Bezerra, de dizer que o mundo da educação acabou agora. A Presidente Dilma precisou fazer os cortes que eu já disse aqui, cortes duríssimos na educação, porque não há bom pagador sem haver dinheiro.

E o fato é que o Brasil está passando por uma crise tremenda, tanto nos Municípios quanto nos Estados; tanto é que esta Casa, o Congresso Nacional aprovou o piso dos professores. Eu conversava com alguns prefeitos, e um dizia: "Eu quero muito; se eu pudesse, pagaria mais do que o piso, mas não tenho condições de pagar esse piso". E aí, a partir dessa discussão do piso, foi criado aqui um sentimento de que o Senado Federal não mais iria criar despesas para os Municípios sem dizer de onde viria o dinheiro. Essas discussões nós precisamos tratar.

Agora, é óbvio que se tem que fazer o contraponto a essa luta política de dizer: "Olha, estão cortando dinheiro da educação". Estão cortando porque tinha acabado o dinheiro. "Olha, estão acabando com o programa Ciência sem Fronteiras." Eu disse aqui: aquele programa precisava de ajustes tremendos,...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... porque estava virando um programa de turismo sem fronteira. O Ministério não tinha métricas para saber o que os estudantes estavam fazendo; não havia exigência nenhuma, só havia o dinheiro para irem. Eles não tinham obrigação de nada.

Não dá para a gente criar um País só de bondades, só de direitos. Nós precisamos ter a contrapartida. O País precisa investir, mas precisa ter o retorno, até porque, fazendo aquela máxima de um político norte-americano, o dinheiro público não é seu para dar; por isso, temos que ter as contrapartidas. Para que o País possa avançar, precisamos investir na educação, sim, mas precisamos investir, inclusive, em qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Elmano Férrer deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Se V. Ex^a puder assumir, Senador José Medeiros, desejando obviamente uma boa semana para V. Ex^a, eu vou, como orador inscrito, fazer uso da tribuna.

Obrigado.



(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, que agora passou para a categoria de atleta. Ele disputou a Meia Maratona do Rio e está aqui como um dos principais representantes do atletismo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sobrevivi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sobreviveu.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Pois é, eu não ia falar desse episódio – desse episódio, não, desse assunto –, mas, de alguma maneira, a gente, depois de um certo número de outonos, ou janeiros, ou primaveras, tem que procurar também cuidar um pouquinho. Sabe que sempre gostei de esporte e tal, mas praticar um esporte como o de corrida é mais complicado. Há um desgaste muito violento ou muito bruto.

Eu fiz a minha primeira maratona, de fato, ontem, lá no Rio, e foi uma experiência fantástica. Vou fazer uns concertos, porque também extrapolei os limites e, de alguma maneira, me dei mal no final. Mas foi muito interessante. Consegui um bom tempo. Consegui chegar, mas não dosei bem os cuidados que deveria ter tido, e, no finalzinho, as energias quase se foram.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senador. E serve de exemplo para todos nós aqui, porque a gente chega ao Senado e vai ficando mais gordinho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, não, mas eu...

No Acre, também, criamos muitos parques – quando fui Prefeito, Governador. Eu corro, caminho, e isso estimula muita gente. Não se tinha esse hábito. Eu acho que isso é um bom auxílio para uma melhor qualidade de vida e também para uma melhor saúde. E, talvez, a gente vai dando o exemplo, pensa que não, vai divulgando e mais gente vai experimentando e vai ficando.

Agora, eu fiquei impressionado com a festa que é, com o ambiente, o clima, é muito saudável, muito interessante e, por mais que eu tenha chegado quase me acabando, sem energia nenhuma, já estou esperando a próxima, me organizando para fazer, porque agora eu acho que vou dosar melhor a minha energia, vou tomar um pouco mais de água, porque eu também negligenciei a hidratação e me custou caro. Poderia ter feito um tempo bem melhor, dez minutos a menos, eu acho, por conta de tudo que eu tive de desempenho até os dois últimos quilômetros. Estava brincando e, depois, nos dois últimos é que eu senti o peso.

Mas, Senador José Medeiros, que preside a sessão, Presidente desta sessão, eu queria fazer um apanhado – não ia entrar no mérito da corrida, mas já o fiz. Na sexta-feira, eu visitei uma grande empresa de cosméticos no Rio de Janeiro, porque eu sou Relator de um projeto que visa estabelecer um regramento para eliminarmos, no que pudermos, o uso de animais na busca de novos produtos cosméticos no Brasil. É uma lei muito interessante e eu fui conhecer o maior laboratório nesse sentido e que não usa animais nos testes, o da L'Oréal, e foi uma experiência rica. Ainda quero fazer o mesmo com o laboratório da Natura e, com isso, ter um maior



embasamento da Natura em São Paulo, para que eu possa melhor fazer meu relatório. E acho que é uma matéria da maior importância para nós termos uma boa regulamentação.

A Europa já banuiu o uso de animais no desenvolvimento de produtos cosméticos e nós, no Brasil, estamos fazendo uma legislação, que eu espero seja contemporânea, seja atualizada, porque a indústria de fármacos e a de cosméticos são as duas indústrias que mais crescem no mundo.

Eu fui Relator do projeto de ciência e tecnologia aqui, no Senado, a nova Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação, e fui Relator também do projeto de acesso à biodiversidade e conhecimento tradicional. Isso me orgulha muito. Somado com a relatoria do Código Florestal, para mim, foi um presente, um presente que marcou definitivamente essa minha passagem no Senado até aqui, sem tirar o mérito de outras iniciativas. Mas essas são muito importantes, porque eu vivo numa região que tem 20% da biodiversidade do Planeta, está bem inserida na base, ou deveria estar bem inserida a Amazônia na base da indústria cosmética e da indústria de fármacos. Lamentavelmente, por falta de decisão política, por falta de visão política, por falta de visão estratégica e por falta de entender a Amazônia como uma vantagem comparativa, o nosso País não tem nada implementado na Amazônia e não faz uso dessa vantagem comparativa que é ter 20% da biodiversidade do Planeta nesse território brasileiro. Imagine se isso fosse usado para servir de base como a principal base da indústria de fármacos no mundo! Um remédio, para ser desenvolvido... um medicamento de alta complexidade, para ser lançado no mercado, tem que ter um investimento de US\$10 bilhões. Quando se chega a um medicamento final para alguma doença mais complexa, o investimento feito é de US\$10 bilhões.

Imagine: todos nós sabemos que boa parte da base dos medicamentos para doenças mais complexas está na natureza. Nós temos 20% da biodiversidade. Se fizéssemos uma associação dessa indústria de fármacos com a biodiversidade e da indústria cosmética com a biodiversidade, a Amazônia passaria a ser um dos lugares mais interessantes do mundo. Quem vive na Amazônia passaria a morar em uma região muito forte do ponto de vista econômico, coisa que não acontece hoje.

Mas já temos avançado muito. No Acre, desde a época de Chico Mendes, nós temos apontado esse caminho, e eu não vou desistir de alertar, de chamar, de procurar demonstrar que esse é o único caminho para que a gente possa preservar a floresta, fazendo uso inteligente dela, fazendo um manejo dos seus produtos, mas usando essa multiplicidade de produtos que a biodiversidade nos oferece.

Mas, Sr. Presidente, eu queria também fazer uma associação – no caso da minha ida lá ao Rio, para visitar esse laboratório e participar da meia maratona – e dar a minha impressão, porque hoje de manhã, no Bom Dia Brasil... Eu acordei muito cedo. Aí você fica um pouco machucado ainda, porque o corpo reage ao abuso que você dá nele, do esforço, e ele reage um pouco. Então, hoje ainda estão um pouquinho doloridas as pernas, mas tudo bem. Estou me sentindo muito melhor até do que antes da meia maratona.

Mas é assustador você chegar a uma das cidades mais bonitas do mundo, ex-capital do nosso País, uma das cidades pela qual todos nós, brasileiros, temos uma verdadeira paixão, que é o Rio de Janeiro, e vê uma cidade tomada pelo medo, pelas ameaças, pelas mortes dos policiais. São quase... Foram 97 ou 98 policiais mortos, assassinados este ano, no Rio de Janeiro. Isso não existe! Só para se ter uma ideia, em São Paulo foram 20, em Pernambuco foram dez.

E aí, hoje de manhã, assistindo ao noticiário bem cedo, eu vi que o Exército estava desenvolvendo com as polícias uma operação, procurando armas e prendendo líderes de facções



criminosas. Coincidentemente – e aí eu não estou fazendo nenhuma relação direta com o Paraguai –, hoje de manhã, também com o Presidente Eunício e um grupo de Senadores, eu, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, participei da recepção ao Presidente do Paraguai aqui no Senado Federal.

Ele veio, foi recebido pelo Presidente Eunício. Estivemos aqui no Museu Itamar Franco, na nossa sala nobre. Recebemos... O atual Presidente do Paraguai é muito cortês, fala português com muita desenvoltura, e trataram, ele e o Presidente Eunício, de questões mais formais, protocolares, mas, na conversa informal, eu levantei esse assunto, Presidente José Medeiros. Nós estamos vivendo uma situação que é revoltante e é uma verdadeira guerra: foram 62 mil assassinatos o ano passado no nosso País. E, este ano, os números mostram um crescimento. Sessenta e dois mil mortos num único ano! Você pode juntar todos os atos terroristas que foram implementados nos últimos 20, 30 anos, que não dão um ano de morte por assassinatos no Brasil. Se juntar as guerras que estão ocorrendo no mundo, não chegam nem perto do número de mortes por ano que nós temos no Brasil. E nós não fazemos nada!

Outro dia eu trocava mensagem com Glória Perez, que é autora da novela atual da Globo, A Força do Querer, e ela expõe o mundo real. Existe gente revoltada, porque há lá os traficantes, com fuzil na mão... Há uma das atrizes protagonistas que vira membro de facção no morro... Mas, gente, isso é o mundo que está acontecendo ali, na antiga Capital da República, o Rio de Janeiro. Nós temos é que acordar para isso. Moramos em Brasília, eu moro em Rio Branco e em Brasília, moro no Acre e aqui, porque trabalho aqui, vivo lá, vivo aqui e lá, mas nós não vamos fazer nada? E ela me mandou, outro dia, uma fala do atual secretário de segurança do Rio de Janeiro. Eu ouvi e até agradei. E ele faz uma fala num enterro de um dos policiais. Ele falando: "A sociedade não vai fazer nada? O Congresso não vai fazer nada?" E o secretário tem razão.

Eu fiz reuniões com o Secretário de Segurança do Acre, Emylson Farias; com o Comandante Júlio César, da Polícia Militar; com o Roney, do Corpo de Bombeiros; com o comando da Polícia Civil no Acre, para relatar o que eu ouvi do General Villas Bôas, Comandante do Exército do Brasil; do que eu ouvi do Ministro Raul Jungmann, Ministro da Defesa do Brasil, na Comissão de Relações Exteriores. Nós temos uma fronteira – o Brasil tem uma fronteira de 16 mil quilômetros de extensão – 16 mil quilômetros de extensão! Eu ouvi do Comandante do Exército recentemente, numa audiência na Comissão de Relações Exteriores, ele dizendo: "Nós não temos como garantir o controle das nossas fronteiras." Parece assustador. E alguns Senadores falaram: "Mas como, Ministro?" Ele falou: "Não temos". E ele usou um argumento: os Estados Unidos têm 3,2 mil quilômetros de fronteira com o México; é a maior potência econômica do mundo, a maior potência bélica do mundo, a maior potência também em condições de usar essa tecnologia de satélite, de tudo, para monitoramento, e não dá conta de 3,2 mil quilômetros. Como é que o Brasil vai dar conta de 16 mil quilômetros? E eu pensei comigo: não dá conta também porque não cuida minimamente de suas fronteiras.

Aí, na conversa, hoje, com Presidente do Paraguai, que visitava o Senado, eu falei: "Olha, nós estamos vivendo um crescimento do crime organizado no Brasil, das facções, que agora estão indo para o Nordeste, estão indo para Amazônia, para os presídios, obrigando os presos a aderirem a uma das facções." E aí nós estamos lá no Rio de Janeiro e em São Paulo, na Cracolândia – como eu vi hoje de manhã –, com a polícia indo lá na ponta, nas consequências, tentando resolver o problema. Não vai haver solução se formos só nas consequências do problema. Nós temos que ir à base do problema.



O Brasil é vizinho... E aí não há nada de tentar diminuir os nossos países irmãos, vizinhos: nem Bolívia, nem Paraguai, nem Colômbia, nem Peru, mas nós somos vizinhos dos países que são responsáveis pela produção de mais de 90% da cocaína do mundo; nós somos vizinhos de países – vizinhos de países! – que trabalham fortemente e lamentavelmente por onde passa boa parte do tráfico de armas. Para não achar que eu estou falando algo preconceituoso, que não há nada disso... Eu tenho muitíssimo respeito por Bolívia e Peru, que são os nossos vizinhos lá. Quando Governador, trabalhei muito com eles. Agora, quem não lembra do carregamento de fuzis saindo de Miami direto para o aeroporto do Galeão, no Rio, e que foi pego no Rio? Quantos carregamentos vindos dos Estados Unidos passam por ali?

Os Estados Unidos é o país que mais produz armas no mundo. Nos Estados Unidos, há perto de 350 milhões de habitantes, cada um tem uma arma em casa – no mínimo, uma arma. Há algumas teorias. Há um ex-dirigente do Facebook que se isolou e que tem uma teoria de que, daqui a 10, 15 anos, nós vamos viver um verdadeiro apocalipse, em que haverá pessoas desempregadas por conta da revolução tecnológica, em que as profissões vão desaparecer. Ele acha que mais da metade da população vai ficar desempregada e que, quando isso acontecer, como as pessoas terão arma em casa e não terão emprego nem renda, elas vão resolver seus problemas saindo com sua arma para ir buscar o que lhes interessa na rua. É um grande executivo americano que tem essa teoria, que eu li nesse final de semana. Tomara que o mundo não chegue perto disso, vamos pensar soluções para isso, porque seria o fim do mundo.

Agora, o certo é que nós estamos vivendo... Nessa semana, nós vivemos esse drama terrível lá de Barcelona. A Espanha está recebendo mais turistas do que a França. A Espanha recebeu mais de 84 milhões de turistas no ano passado. Barcelona, capital da Catalunha, é uma das cidades mais visitadas. E o que é que acontece? Um grupo ligado ao Estado Islâmico pega uma *van* – o nono episódio com essa configuração – e entra nas Ramblas por 600m atropelando, matando, ferindo, destruindo pessoas. Uma coisa terrível, mas isso já tinha sido anunciado no começo do ano.

Eu, a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, a Senadora Kátia Abreu estivemos numa viagem a Israel e tivemos uma conversa com o jornalista Henrique, que é conselheiro do Papa Francisco e que faz programa sobre o Oriente Médio para cinco TVs diferentes, em línguas diferentes. Ele, pelo respeito que tem, já foi levado clandestinamente para conversar com líderes da Al-Qaeda e para falar com um dirigente do Estado Islâmico e conhece profundamente os fundamentos desses grupos terroristas armados que hoje são uma ameaça para o mundo. Ele contava para nós todos ainda no começo deste ano que o Papa Francisco, de quem ele é conselheiro, acha que nós estamos iniciando a Terceira Guerra Mundial. O Estado Islâmico é um pouco sinônimo disso, com o mundo cada vez mais armado, o terrorismo inserido na sociedade, nas pessoas comuns. Não há mais exército, são *drones* fazendo guerra. Os Estados Unidos não mandam mais exército para Síria, mas estão lá no centro da guerra na Síria usando *drone*, aviões controlados à distância, com um poder de grande destruição. E a reação que vem do outro lado é o Estado Islâmico criando um terror. E, lá no começo do ano, esse jornalista dizia que os líderes do Estado Islâmico tinham falado: "Olha, não queremos mais soldados para vir para o Oriente Médio. Fiquem nos países, criem suas células, peguem um carro, um caminhão, qualquer veículo, uma Kombi, uma *van* e saiam matando gente nas cidades". Já ocorreram nove episódios de lá pra cá – nove! – exatamente como ele disse que os líderes do Estado Islâmico estavam orientando.



Eu gravei essa entrevista, essa palestra que ele deu a nós um grupo de Senadores e propus um requerimento para a Comissão de Relações Exteriores aqui do Senado, junto com a Senadora Ana Amélia, para que se traga esse jornalista, para que ele fale um pouco para onde está indo essa nova tendência do terrorismo mundial.

Quando eu vi esse episódio em Barcelona, eu fiquei muito triste, muito sentido. Foram crianças, pessoas absolutamente inocentes, pegando um pouquinho de folga, passeando um pouco, que viraram vítimas do mundo do ódio, do mundo do enfrentamento, do mundo da intolerância. É muito triste, mas eu confesso que eu digo: "Meu Deus, isso se repetiu de novo, como ele disse". E o meu receio é que isso se repita muitas outras vezes.

Nós estamos vivendo no mundo inteiro...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...
essa situação, Presidente.

Agora, aqui no nosso País, o Brasil não entra em guerra com nenhum outro país há mais de 140 anos. O nosso País tem um povo bom, o nosso País tem um clima bom. Claro que aqui em Brasília hoje, eu até fiz uma postagem sobre... Senador José Medeiros, eu não sei se você sabe, mas a Brasília original é lá no Acre, que é a Brasileia hoje, onde nasceu o meu pai, onde é a origem da minha família. Brasileia era Brasília até 1943. Eu fiz uma postagem na minha página, que deu até polêmica, pois havia gente que dizia que não era, mas realmente é. O fundamento é este: em 1943, Juscelino e o pessoal começaram a discutir sobre trazer a capital para cá, e não dava para criar uma Brasília tendo uma Brasília lá no Acre; aí pediram para trocar o nome do Município lá no Acre para ficar Brasília aqui. E há Brasília de Minas, mas Brasília de Minas é Brasília de Minas. Lá, onde nasceu meu pai, era só Brasília. Então, minha conexão com Brasília é muito forte. Eu não sei por que, no fundo... A minha família tem origem lá em Brasília, hoje eu estou aqui em Brasília como Senador. Eu nunca pensei nisso, mas, de alguma maneira, isso é uma coisa bem interessante, que me faz pensar. Em Brasília, lá, quando foi para sair o nome, eles falaram: "Bem, o que é que vamos fazer?" Aí eles misturaram Brasília com hileia, Brasileia, como aí ficou sendo chamado. Hileia é floresta. Então, é uma espécie de Brasília da floresta a Brasileia nossa, na fronteira com a Bolívia e com o Peru, cidade onde meu pai nasceu, origem da minha família. Então, a Brasília original é lá no Acre, e a Brasília de todos nós é aqui. Nós moramos aqui em Brasília, nós trabalhamos aqui.

Eu vim do Rio de Janeiro esse fim de semana, nós estamos vivendo o terror. E eu conversei com o Presidente do Paraguai, que visita o Brasil hoje, e falei: "Será que não era hora de ter uma cooperação direta do Congresso brasileiro com o Congresso do Paraguai, do Congresso brasileiro com o Congresso da Bolívia, do Congresso brasileiro com o Congresso do Peru, do Congresso brasileiro com o Congresso da Colômbia, e fazermos uma legislação que atenda aos países?" Esses países vizinhos nossos, essas nações irmãs também não querem a convivência com o tráfico nem de drogas nem de armas

O certo é que o nosso País tem um Código Penal de 1940, e não fazemos nada aqui. Como é que o Secretário de Segurança do Rio vai poder enfrentar isso? É claro que tem que haver inteligência, tem que haver homens e mulheres nas forças de segurança, mas a polícia prende e a lei solta, Sr. Presidente, Senador José Medeiros.

(Soa a campanha.)



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Uma pessoa encontrada com fuzil, com arma ponto 50, que fura qualquer bloqueio da polícia, pega aí alguns poucos meses e é solta. Ora, uma pessoa que está com uma arma desse calibre não está para brincar, nem para fazer gracinha, nem para pôr na estátua do Michael Jackson, como fizeram lá no Rio. Ela está para matar, está para assumir o papel da sociedade e do Estado.

Nós temos que fazer uma lei mais dura, nós temos que ter uma lei mais dura. Estou apresentando um conjunto de medidas para quem for pego com fuzil, para quem se associar a organizações criminosas, para quem for líder de organizações criminosas. "Ah, mas já há, já é crime hediondo." Não há escapatória. Temos que ter presídios de segurança máxima para excluir esses chefes de quadrilha de crime organizado para que eles não fiquem comandando de dentro de presídios, onde existe uma mistura perversa.

O Brasil tem 630 mil presos; 40% em situação provisória...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... sem um julgamento. E aí o que acontece? Há uma situação em que se coloca o chefe de uma facção criminosa misturado com um cidadão que, por conta de um conflito com o vizinho, está pagando uma pena no presídio. Quando se misturam essas duas coisas, havendo líderes de facções criminosas, eles dominam o presídio, eles obrigam as pessoas a se filiarem. Eu ouvi do Alto Comando das Forças Armadas que havia 3 mil filiados a uma dessas facções criminosas e que agora são 14 mil. São 14 mil, um exército! E não fazemos nada!

Nós temos que ter – não resolve, mas ajuda muito – uma legislação mais dura, mais firme, porque, daqui a pouco, a sociedade vai exigir olho por olho, que é o pior dos mundos e não vai resolver nada. Nós temos que ter uma lei mais dura, um sistema prisional que não seja resultado desta discussão que existe hoje: há um grupo querendo soltar todo mundo que está preso e há um outro querendo prender todo mundo. Nós temos que ter uma mediação, um bom senso de ter leis mais duras para proteger as pessoas de crimes contra a vida. Quem tirar a vida de alguém tem que penar na cadeia. Isso tem que ser assim para poder a vida ter algum valor. Quem estiver envolvido em organizações criminosas tem que ter uma pena maior; quem tirar a vida, quem ameaçar um policial tem que ter uma pena maior. Aí nós vamos ter uma lei que auxilie as forças de segurança. Hoje, a lei prejudica o trabalho das forças de segurança. E nós não fazemos nada! O Código Penal é de 1940. Isso é lamentável!

Eu estou aqui como Senador e vou seguir cobrando. Não podemos ficar aqui fazendo só discursos. Cobrando! Vamos colocar na Ordem do Dia o novo Código Penal, a mudança do Código Penal. Alguns, por questões e opções religiosas, não querem discutir o novo Código. Vamos separar algumas coisas e aquilo que for polêmico, que puder ser debatido depois, vamos debater depois, mas não vamos fechar os olhos para 62 mil assassinatos.

No meu Estado, nós estávamos encontrando a paz. Agora, as organizações criminosas... É um Estado que faz fronteira com a Bolívia e com o Peru. Por lá, passam muitos dos traficantes que usam aquela região do Acre, de Rondônia, de Mato Grosso, do Amazonas para a entrada de drogas e armas no Brasil. E nós estamos pagando um preço também, porque as organizações criminosas resolveram ficar próximo às fronteiras.

Eu, particularmente, acho que não deve haver dúvidas. Vamos para a causa dos problemas. Vamos pôr o Exército, as Forças Armadas agindo não no meio da rua, mas na fronteira, junto com a Polícia Federal, junto com a Polícia Rodoviária Federal, junto com as polícias militares e as



polícias civis dos Estados, fazendo uma ação conjunta com a Força Nacional, onde o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estejam dando suporte para essas ações. Eu penso – inclusive, se tivermos que fazer alguma mudança na legislação – que isso é fundamental. Volto a repetir: são 16 mil quilômetros de fronteira no Brasil, e, sem uma ação apoiada por nós, com orçamento adequado das Forças Armadas numa ação conjunta com as forças estaduais, nós vamos ficar contando os mortos, nós vamos ficar contando os jovens destruídos, as famílias destruídas, porque a droga vai entrar na casa das pessoas como entra hoje.

O medo já faz parte da vida dos brasileiros, e isso é terrível. Para quem tem a oportunidade de viajar, de sair do Brasil, quando sai, a...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... coisa que mais faz diferença entre alguns lugares lá fora e este País tão bonito como o nosso é a falta de segurança que vivemos hoje, independentemente desses atos de terrorismo do Estado Islâmico. É muito ruim um País tão bonito como o nosso, bonito por natureza, com um povo bom, com tantas possibilidades de produção de alimentos, com um potencial fantástico, estar atravessando essa crise política e econômica e, hoje, viver ameaçado, com medo, como os brasileiros estão vivendo.

No meu Estado, a violência ocorre hoje muito mais em consequência dessas questões dos grupos das facções criminosas do que dos homicídios comuns, que são lamentáveis. Isso aumentou muito em tudo quanto é lugar do Brasil, porque nós estamos tendo uma guerra de facções criminosas. E só há uma solução: as Forças Armadas agirem, pelo menos, próximo a esses países. É preciso combinar as Forças Armadas brasileiras com as paraguaias; a polícia militar de Mato Grosso do Sul com a dos Estados vizinhos; o mesmo entre Acre e Cobja, no Pando, e a região de Madre de Dios e Pucallpa, no Peru. Aí nós vamos ter uma ação cooperada nas áreas de fronteira, certamente vamos salvar mais vidas e vamos atuar na causa do tráfico de armas e de drogas nas fronteiras do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria relatar nesta segunda-feira, desejando uma boa semana, uma abençoada semana a todos que trabalham aqui, no Senado, a nós todos que trabalhamos aqui. Que Deus possa nos iluminar!

E, é claro, através da Rádio e da TV Senado, quero também mandar um abraço para o povo do meu Estado. Eu não fui ao Acre nesse final de semana, estou aqui desde ontem e, só no próximo final de semana, eu vou fazer o trabalho que faço todos os finais de semana no meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu que agradeço, Senador Jorge Viana. Parabéns pelo seu discurso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu não paro de tomar água. Estou aqui tentando me hidratar, porque perdi três quilos na corrida ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Nosso novo atleta aqui.

Não havendo mais oradores inscritos...

O Senador Hélio José pede inscrição.



Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Jorge Viana, nosso atleta, meus cumprimentos pelos quilos perdidos, tudo em nome da saúde. Convide-me e, quem sabe, você consegue me tirar do sedentarismo. É muito importante para todo o Brasil sair do sedentarismo.

Parabéns!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Vamos correr no parque.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza. É importante.

Quero cumprimentar o Presidente desta sessão, nosso nobre Senador José Medeiros, cumprimentar nossos Senadores e Senadoras, cumprimentar nossos ouvintes da Rádio Senado.

Eu venho aqui hoje trazer comentários sobre alguns assuntos importantes.

A CPI da Previdência, nobre Senador José Medeiros, de que V. Ex^a também é partícipe e de que sou o Relator, já realizou a 27^a audiência pública hoje. Acabei de vir de lá, porque, daqui a pouco, teremos aqui uma sessão solene em comemoração ao Dia do Advogado, a partir das 17h, e eu não poderia me ausentar a essa proposição que foi, inclusive, apresentada por mim.

Na CPI da Previdência, tivemos uma importante oitiva na semana passada, na quinta-feira passada precisamente, do nosso nobre Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, do nosso Secretário de Previdência, Marcelo Caetano, do Presidente do INSS, Leonardo Gadelha, e do Presidente da Previc, Dr. Fábio Henrique.

Foi uma audiência pública bastante esclarecedora e importante para a CPI, que já caminha, com a prorrogação que houve da apresentação do relatório para o dia 6 de novembro, prazo final de aprovação do relatório da CPI, para seus trabalhos finais de audiências públicas, restando agora ouvir o nosso Ministro da Casa Civil, o nosso Ministro da Fazenda, o nosso Ministro do Planejamento sobre as propostas de reforma da previdência e também os Parlamentares pró e contra.

Estamos provavelmente acertando uma agenda de três Parlamentares favoráveis, entre eles o Relator da PEC da Previdência e o Presidente da PEC da Previdência, e três Parlamentares que são críticos à proposta, para que possamos concluir os trabalhos.

Esperamos que, até o final – hoje numa reunião que tivemos com a consultoria do Senado – do mês de setembro, início de outubro, já tenhamos a boneca inicial do relatório final, que esperamos apresentar no dia 15 de outubro, dando, portanto, prazo mais que suficiente para que V. Ex^a, Presidente, e outros que são membros da CPI possam colaborar com esse importante relatório esclarecedor da proposta de reforma da previdência e das questões relativas à previdência.

Afinal, o povo brasileiro, os trabalhadores que nos ouvem, os aposentados, as donas de casa, os servidores públicos não são bode expiatório com relação à questão da previdência. São pessoas que pagam rigorosamente todo mês as suas contribuições e que não podem ser vítimas de possíveis faltas de gestão ou de leis frouxas que permitem que hoje – como estava conversando esses dias, nobre Presidente, com um ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) – fique um tempo médio de mais de 20 anos para as causas que são judicializadas poderem ser pagas à Previdência. Isso é um absurdo, não há Previdência que subsista a tal situação.

Então, cabe ao Senado Federal, cabe à Câmara dos Deputados, cabe a nós, Senadores da República, e aos Deputados Federais apresentarmos leis e aprimoramentos da nossa legislação que



permitam que os processos sejam mais céleres, para que possamos, de fato, fazer com que os grandes devedores da Previdência, que são os frigoríficos, que são os bancos, que são os sistemas de educação, que são os sistemas de transporte deste País, paguem a Previdência e não fiquem empurrando com a barriga, levando para Justiça até sem motivo, porque a lei dá brechas para isso, e fiquem causando rombos à Previdência desnecessários.

Então, eu acho que o trabalho tanto da CPI quanto de cada Parlamentar desta Casa é garantir que, se, de fato, é necessário que se faça uma reforma da previdência, ela venha ao encontro para garantir que os reais devedores paguem e que não venha você, um servidor público, Presidente, igual a mim, que sou servidor público concursado, não cabe a nós servidores públicos, pagar. Nós já tivemos a nossa reforma da previdência feita em 2013, 2012, 2014, com as devidas regras de transição, e somos taxados como bois de piranha para sermos sacrificados em mais uma reforma para contemplar o desmando e a falta de gestão que, muitas vezes, acontece.

Então, estamos ouvindo todos os setores exatamente para podermos ver propostas que, de fato, ponham o dedo na ferida e que façam as correções devidas com relação à Previdência, com relação à seguridade social. Para que o público que está nos ouvindo saiba, seguridade social envolve e abarca Previdência Social, saúde e assistência social. São três questões que têm uma série de fontes que, muitas vezes, não são consideradas para o recolhimento e pagamento das devidas contribuições – no caso, as contribuições não são repassadas para a questão da Previdência. Há uma série de questões como a DRU e outras questões que influenciam na arrecadação de previdência que nós precisamos discutir com a profundidade necessária, além de fazer as correções nas contas que, porventura, tenham vindo de forma errônea.

Hoje foi muito importante na CPI da Previdência. Nós relatamos lá que o próprio Jorge Rachid, xerife e grande Secretário da Receita Federal do Brasil, reconhece que esse Refis, algumas isenções desnecessárias só acentuam as dificuldades da Previdência, Presidente.

Então, são esses tipos de situações que precisamos trabalhar no sentido de realmente apresentarmos uma proposta adequada para o Brasil.

Eu gostaria de convidar todos os nossos ouvintes, essa é última fala de hoje, creio – parece que não há mais pessoas inscritas para hoje –, porque, daqui a pouco, promoveremos uma grande audiência pública em comemoração ao Dia do Advogado. Gostaria de que todos pudessem assistir e acompanhar pela TV e Rádio Senado.

Muito obrigado. Era isso que eu tinha que relatar aqui hoje, nobre Presidente José Medeiros. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu que agradeço, Senador Hélio José.

Não havendo mais nenhum inscrito, encerramos esta sessão.

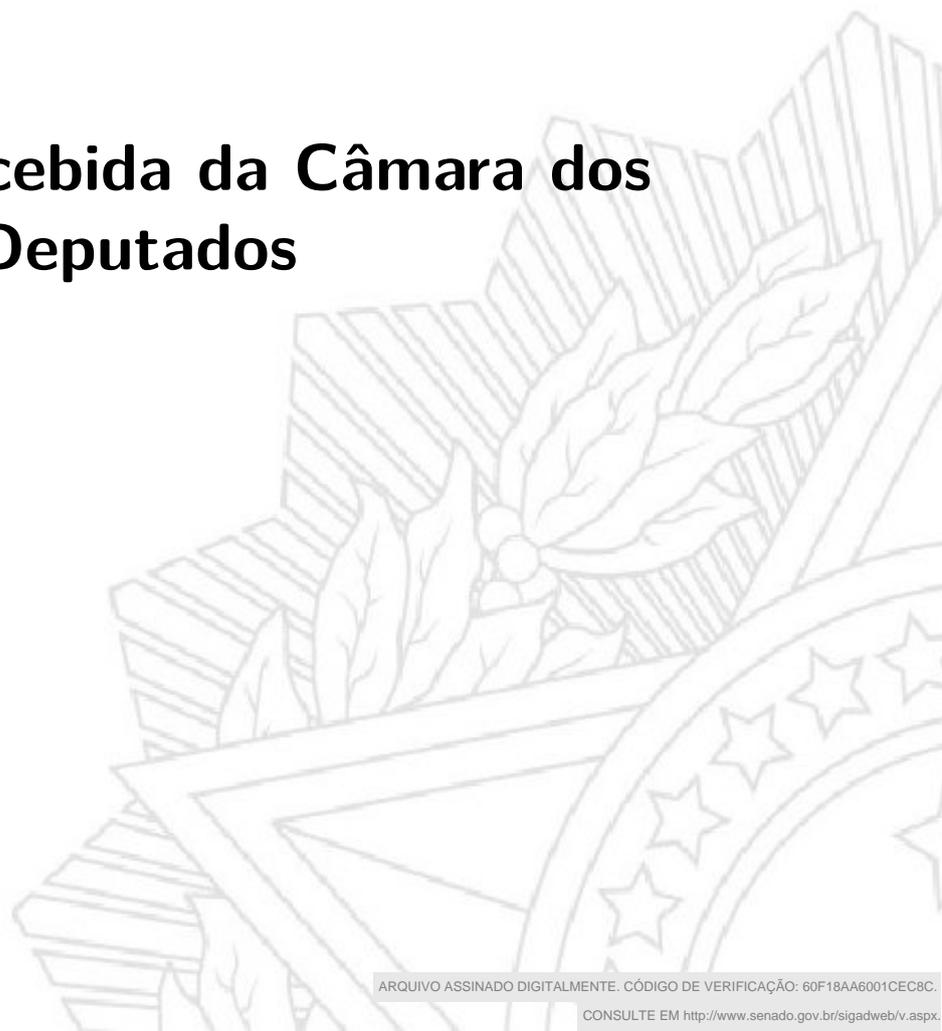
(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 119ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 6, DE 2017, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2014

(nº 3.376/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de posse ou porte, de tráfico e de comercialização ilegal de armas de fogo, na forma em que especifica, no rol dos crimes hediondos.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DOCUMENTOS:

- Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado

- Texto aprovado pelo Senado

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/118695a3-e1a0-44d3-b063-2398d8274746>



Página da matéria



Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 3.376-A de 2015 do Senado Federal (PLS nº 230/2014 na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir os crimes de posse ou porte, de tráfico e de comercialização ilegal de armas de fogo, na forma em que específica, no rol dos crimes hediondos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, os de posse ou porte, de tráfico e de comercialização ilegal de armas de fogo, a saber, fuzil, metralhadora e submetralhadora, utilizadas na prática de crime, todos tentados ou consumados.”(NR)



2

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de agosto de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 50, DE 2017

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 289

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Os méritos do Senhor André Luiz Azevedo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de agosto de 2017.



EM nº 00188/2017 MRE

Brasília, 2 de Agosto de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 349 - C. Civil.

Em 17 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**

CPF.: 642.132.507-68

ID.: 10459 MRE

1961 Filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasce em 16 de setembro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1983 Pedagogia, Inglês, pela Universidade Santa Úrsula/RJ
1989 Ciência Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
1992 CPCD - IRBr

Cargos:

1993 Terceiro-Secretário
1998 Segundo-Secretário
2005 Primeiro-Secretário
2008 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1993-96 Divisão de Integração Regional, assistente
1996 Ministério de Planejamento e Orçamento, Sec. Planejamento e Avaliação, assessor
1996-97 Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-00 Consulado-Geral em Miami, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
2000-03 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
2003-06 Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
2006 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2006 Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário em missão transitória (10 meses)
2006-09 Embaixada em Abuja, Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado
2009-11 Consulado Geral em Paris, Cônsul-Geral Adjunto
2011-2013 Embaixada em Riade, Ministro-Conselheiro, comissionado
2013 Embaixada na Monróvia, Embaixador

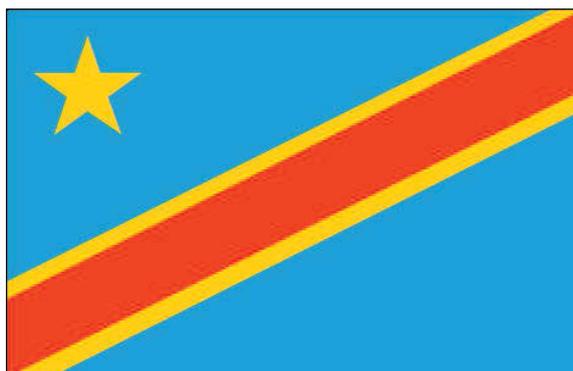
Condecorações:

1997 Ordem ao Mérito, Itália, Cavaleiro

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Junho de 2017**Dados Básicos**

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.860 km ² (1,5 vezes o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (2017 est.)	82,243 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Francês (oficial), Lingala, Kituba, Swahili e Tshiluba (línguas nacionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo: 50%; Protestantismo: 35%, Islamismo: 5%, outras: 5%.
SISTEMA DE GOVERNO	República Unitária Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Joseph Kabila Kabange (desde jan/2001. Eleito em 2006 e reeleito em 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Bruno Tshibala (desde abr/2017)
CHANCELER	Léonard She Okitundu (desde dez/2016)
PIB nominal (2016 est.)	US\$ 39,82 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhão/FMI 2016)
PIB PPP (2016 est.)	US\$ 66,01 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI 2016)
PIB nominal per capita (2016 est.)	US\$ 473,32 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI 2016)
PIB PPP per capita (2016)	US\$ 784,66 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI 2016)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2016)	2,5% (2016 est.), 6,91% (2015); 9,1% (2014); 8,5% (2013); 7,1% (2012); 6,9% (2011); 7,1% (2010); 2,8% (2009)
IDH (PNUD, 2015)	0,435 (176ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	59 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015)	77,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2016)	3,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco congolês
EMBAIXADOR EM KINSHASA	Paulo Uchôa Ribeiro Filho (desde mai/2013)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mutombo Bakafwa Nsenda (desde nov/2015)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RDC (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → RDC	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	57,28	58,56	64,13	188,54	61,45	89,52	56,21	82,55	51,33
Exportações	53,43	53,78	50,81	81,47	45,73	72,58	37,21	42,09	41,43
Importações	3,84	4,78	13,31	107,06	15,72	16,94	19,00	40,46	0,99
Saldo	49,59	49,00	37,5	-25,59	30,01	55,64	18,21	1,63	31,52



Apresentação

Com vasta extensão territorial, que corresponde a 27% do tamanho do território brasileiro, a RDC é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia. Apresenta vínculos políticos, sociais e econômicos com as regiões central, austral e oriental do continente e possui fronteira comum com 9 vizinhos (República Centro-Africana, Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Angola e República do Congo).

O território congolês, cortado pela Linha do Equador, detém a segunda maior cobertura de floresta tropical no mundo (após o Brasil), o que representa cerca de 50% de toda a extensão florestal do continente africano. É rico em recursos minerais de alto valor, como ouro, diamantes e cobalto, além das chamadas "terras raras", usadas como insumos na produção de tecnologia de ponta. Conta com o maior potencial hídrico e energético do continente africano (cerca de 100 mil megawatts, quase inexplorados) e com as mais extensas áreas agricultáveis não exploradas da região (estimadas em cerca de 80 milhões de hectares).

O último censo nacional na RDC ocorreu em 1984. Atualmente, o governo congolês e organismos internacionais estimam a população do país em mais de 80 milhões de habitantes, o que o elevaria à posição de 4º mais populoso país africano (atrás de Nigéria, Egito e Etiópia).

Após o fim do período de transição (2003-2006), a RDC experimentou dez anos de paulatina estabilização (2006-2015), durante os quais a economia congoleza cresceu significativamente, à taxa média de 6,7% ao ano. Nesse contexto, relatório do Banco Mundial avaliou que o país poderia vir a converter-se em motor do crescimento regional. Em 2016, contudo, devido à deterioração do cenário político congolês, a economia do país apresentou taxa de crescimento de apenas 3,9%.

Tendo em conta a centralidade do país e sua importância geopolítica, o Brasil avalia que a estabilização definitiva da RDC deverá apresentar efeitos muito positivos para a sustentabilidade da paz e para as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico na região dos Grandes Lagos e em todo o continente africano.



Perfis biográficos

JOSEPH KABILA KABANGE

Presidente

Joseph Kabila Kabange nasceu em 04/06/1971, em Fizi, Província do Kivu do Sul, situada no leste da RDC. Devido às atividades políticas de seu pai, Laurent Kabila, que combatia o regime de Mobutu Sese Seko, cursou o ensino médio no liceu francês de Dar-es-Salaam, Tanzânia, onde também passou por treinamento militar.

Lutou ao lado do pai na guerra de 1996-97 contra o regime Mobutu, que seria derrubado em maio de 1997, quando Laurent Kabila assumiu o poder. Em 1998, fez estágio militar na Universidade de Defesa de Pequim. No mesmo ano, retornou à RDC e foi nomeado general e subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 2000, assumiu a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em janeiro de 2001, aos 29 anos de idade, assumiu a Presidência da República após o assassinato de seu pai. Em outubro de 2006, foi eleito Presidente da República para um mandato de cinco anos, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas realizadas no país. Em dezembro de 2011, foi reeleito Presidente no primeiro turno, para novo mandato de cinco anos.

Seu mandato deveria ter sido encerrado após a eleição de um sucessor, em pleito que ocorreria em dezembro de 2016. Como o pleito tem sido postergado, o atual mandato de Kabila como presidente da RDC tem sido prolongado.

BRUNO TSHIBALA NZENZE

Primeiro-ministro



Bruno Tshibala Nzenze nasceu em 20 de fevereiro de 1956. Graduiu-se como advogado pela Universidade Marien-Ngouabi. Tshibala começou sua carreira política como estudante em 1980, quando se filiou a um partido de esquerda, de oposição ao regime Mobutu. Juntamente com Étienne Tshisekedi, foi um dos criadores do partido União pela Democracia e pelo Progresso Social (UDPS), em 1982.

Em novembro de 2016, Tshibala, então secretário-geral da UDPS, foi mantido preso, por 20 dias, acusado de haver organizado manifestações em Kinshasa. Na sequência da morte de Étienne Tshisekedi, devido a desentendimentos com outros membros da UDPS, Tshibala foi excluído do partido. Atualmente, é um político independente. Em abril de 2017, Tshibala foi nomeado pelo PR Kabila como primeiro-ministro, o que, no entanto, não foi bem acolhido pelas forças de oposição.

Relações bilaterais

O Brasil reconheceu a independência da RDC em 17/8/1960. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1968 e, em 1972, no contexto do histórico périplo do então chanceler Mário Gibson Barbosa à África, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa. A RDC (então Zaire) figura, por sua vez, entre os primeiros países da África Subsaariana a abrir embaixada residente em Brasília (1974). Em razão do ambiente de conflito que vigorou no país durante a década de 1990, bem como de restrições orçamentárias enfrentadas pelo Brasil, a Embaixada em Kinshasa foi fechada em 1997. Somente foi reaberta em 2004, o que deu início a novo ciclo de aproximação entre os dois países.

Dentre as últimas visitas de alto nível entre os dois países, devem-se mencionar a do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (novembro de 2010); a do então ministro da Cooperação Internacional e Regional da RDC, Raymond Tshibanda (agosto de 2011); a do então ministro do Meio Ambiente da RDC, Bavon Mputu Elima (setembro de 2013); a do então ministro da Defesa Celso Amorim (março de 2014); a do então ministro da Economia e Comércio da RDC, Jean-Paul Begepole (novembro de 2014); e a do então ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira (agosto de 2015).

Em seus esforços de promoção do desenvolvimento socioeconômico nacional, o governo congolês identifica no Brasil um modelo a ser seguido. A ausência de vínculos coloniais e a percepção de similaridades entre os dois países (o clima tropical, a vastidão territorial, a extensão de suas respectivas coberturas florestais, a abundância de



recursos naturais e os desafios impostos pelas desigualdades sociais) têm contribuído para que Kinshasa nutra expectativa de poder compartilhar a experiência brasileira na solução de problemas em áreas como saúde, agricultura, conservação e uso sustentável de florestas e integração do território.

A visita do então chanceler Amorim a Kinshasa (2010), realizada no contexto do anúncio de contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC, constituiu marco no processo de reodinamização do relacionamento bilateral, em particular em suas vertentes de cooperação técnica e humanitária e de diálogo político (durante a visita foi assinado memorando de entendimento que estabeleceu mecanismo de consultas políticas entre os dois países).

A visita do então ministro Mauro Vieira à RDC (2015) incluiu a capital Kinshasa e a cidade de Goma, sede do comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO). Em Kinshasa, além do diálogo político, foram exploradas novas oportunidades de adensamento das relações do Brasil com a RDC, em particular no âmbito econômico-comercial e na área de cooperação. Por sua vez, a visita a Goma constituiu gesto de apoio à MONUSCO e ao comando militar da Missão, que, entre maio de 2013 e dezembro de 2015, foi exercido pelo general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz. A MONUSCO, maior missão de paz da ONU, possui importância especial por ser a única munida da chamada "Brigada de Intervenção", unidade estabelecida, em março de 2013, pelo Conselho de Segurança, em bases excepcionais, com mandato inédito para uso ofensivo da força.

No plano político, por fim, registre-se que Kinshasa tem apoiado iniciativas brasileiras em foros multilaterais. Apoiou, igualmente, as candidaturas brasileiras à direção de organismos multilaterais (FAO e OMC). Os dois países apresentam interlocução privilegiada no tratamento multilateral de temas afetos ao meio ambiente e à gestão florestal, dada a convergência natural das posições dos dois países nessas questões. Têm sido discutidas possibilidades de concertação entre o Brasil, a RDC e a Indonésia, uma vez que, juntos, detêm mais de 50% da cobertura de florestas tropicais do mundo.

Cooperação entre Legislativos

Em 2015, intensificou-se movimento de aproximação entre os legislativos do Brasil e da RDC, consubstanciado em troca de visitas de representantes daquele poder. Do lado congolês, o senador Jean-Claude Mokeni, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e Presidente do Grupo de Amizade Brasil-RDC, realizou visita ao Brasil, em junho de 2015, na qual tratou de formas de estreitar as relações econômicas bilaterais e a cooperação. Na ocasião, o senador Mokeni manteve encontro com o senador Aloysio Nunes, então presidente da CRE/Senado. Em seguimento, em julho de 2015, a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) realizou visita a Kinshasa, durante a qual manteve conversas com autoridades congolêsas acerca de justiça social e promoção de direitos de minorias, em especial os afrodescendentes (no Brasil) e as mulheres.

Cooperação bilateral

Ao longo de 2005, na esteira da reabertura da Embaixada brasileira em



Kinshasa, e em preparação para as eleições gerais de 2006 que colocaram fim ao período de transição na RDC, o Brasil e a RDC desenvolveram significativa cooperação em matéria eleitoral. Além de treinamento e capacitação, o governo brasileiro doou 2.950 urnas de lona para a RDC.

Em agosto de 2011, foi realizada, em Brasília, após hiato de 25 anos, histórica reunião da Comissão Mista bilateral (III Sessão), no contexto da visita do então ministro da Cooperação Internacional e Regional congolês Raymond Tshibanda. Como resultado, foram realizados dois projetos de cooperação negociados com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC): apoio ao cultivo de café no Kivu; e capacitação em agroecologia e agricultura familiar (ambos concluídos satisfatoriamente em 2013).

A cooperação humanitária desenvolvida pelo Brasil em benefício da RDC também tem sido significativa nos últimos anos. Além da já referida contribuição em benefício de mulheres vítimas de violência sexual (2010), a qual chegou a beneficiar mais de 500 vítimas, o Brasil contribuiu, em 2009 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), com doações, em dinheiro e alimentos, voltadas a mitigar o risco de insegurança alimentar na RDC.

Desde 2014, o Brasil tem também desenvolvido, em Goma, o projeto "Capoeira pela Paz", que conta com parceria da UNICEF e da ONG monegasca "Amade Mondiale", bem como com a participação dos governos do Canadá e da Suíça. Por meio do ensino da capoeira, o projeto tem contribuído para a reinserção social de crianças egressas de conflitos armados.

No plano da cooperação educacional, a RDC constitui, ademais, o segundo maior receptor individual de bolsas brasileiras no âmbito do programa PEC-G, com mais de 400 estudantes congolêses beneficiados até o momento.

No plano ambiental, ambos os países possuem histórico de cooperação na área de monitoramento florestal, em particular no que concerne ao compartilhamento de imagens satelitais.

Comércio e investimentos

Durante o período de gradativa estabilização da RDC (2006-2015), começaram a surgir oportunidades para o incremento das ainda incipientes relações econômico-comerciais (infraestrutura, energia, venda de aeronaves e ônibus e negócios no setor agrícola são áreas com interesses concretos que já começam a ser mapeados). Há, por sua vez, claro interesse congolês na captação de investimentos brasileiros. Durante sua visita à Bahia (novembro de 2014), o então ministro da Economia e do Comércio, Jean-Paul Begepole, buscou apresentar oportunidades de investimento no país que poderiam mostrar-se atrativas para pequenas e médias empresas brasileiras.

De 2012 a 2016, contudo, o intercâmbio comercial de bens entre o Brasil e a RDC sofreu retração de 16,5% em valor, de US\$ 61,5 milhões para US\$ 51,3 milhões, refletindo a queda generalizada do comércio exterior brasileiro com a África (-53% no período). Em 2016, a RDC foi o 21º parceiro comercial do Brasil na África (0,41% do total das trocas comerciais brasileiras com o continente); o 22º destino das exportações nacionais na região (participação de 0,53% sobre as vendas totais para o continente) e o 14º exportador para o mercado brasileiro (participação de 0,22% sobre o total das



importações provenientes da África). A queda do intercâmbio comercial resultou da redução de 9,4% das exportações brasileiras para a RDC (de US\$ 45,7 milhões em 2012, para US\$ 41,4 milhões em 2016) e, sobretudo, da queda acentuada de 37,0% das compras nacionais provenientes desse país (de US\$ 15,7 milhões, para US\$ 9,9 milhões).

Entre 2012 e 2016, as vendas brasileiras para a RDC concentraram-se, predominantemente, em produtos da cadeia alimentícia e farmacêutica, ao passo que as importações nacionais provenientes desse mercado concentraram-se, essencialmente, em minérios e combustíveis. Em 2016, os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil para a RDC foram carnes e miudezas comestíveis; açúcar; preparações à base de carne; produtos farmacêuticos; malte e produtos da moagem, perfazendo 84,2% do total das vendas brasileiras para o país africano. No mesmo ano, os principais grupos de mercadorias adquiridos pelo Brasil foram cobre; combustíveis; metais comuns; enzimas preparadas; que representaram 100% das importações brasileiras provenientes desse mercado. O cobre constitui o principal produto exportado pela RDC para o Brasil, com participação superior a 50% do total das vendas.

O saldo da balança comercial com a República Democrática do Congo tem sido tradicionalmente favorável ao Brasil (51º maior superávit comercial brasileiro em 2016), em função, sobretudo, da magnitude das exportações brasileiras para esse parceiro. Os significativos déficits contabilizados pela parte brasileira em 2006 (-US\$ 113 milhões), 2007 (-US\$ 139 milhões) e 2011 (-US\$ 25 milhões) podem ser considerados como atípicos, tendo em vista que sua ocorrência se deu, exclusivamente, por conta das maciças aquisições brasileiras de petróleo bruto, nos três anos em questão. Entre 2012 e 2016 o superávit brasileiro com a RDC cresceu 5%, de US\$ 30 milhões para US\$ 31,5 milhões.

As importações globais da RDC concentram-se em itens do agronegócio, máquinas e equipamentos, produtos farmacêuticos, veículos automotores e manufaturas de ferro ou aço, segmentos nos quais o Brasil é competitivo e com potencial de expandir suas vendas para o mercado congolês. Ao analisar o perfil das exportações congolêses, a Divisão de Inteligência Comercial do Itamaraty identificou os seguintes produtos como bons potenciais de negócios para vendas brasileiras: motocicletas; veículos de transporte; tratores; caminhões; ônibus; arroz; calçados; máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios; leite em pó; açúcares de cana; e registros e válvulas para a indústria.

Atualmente, não há registros de investimentos bilaterais de lado a outro. Contudo, empresas como Eletrobrás, Andrade Gutierrez, Vale e Marcopolo têm negociado ou já chegaram a negociar oportunidades de investimentos na RDC.

ASSUNTOS CONSULARES

A Embaixada em Kinshasa é a única representação brasileira na RDC e tem jurisdição sobre todo o território do país. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, estimada em menos de 100 pessoas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS



Em 28 de março de 2017, foi assinado acordo de reestruturação da dívida soberana da RDC com o Brasil. A dívida da RDC era de US\$ 1,5 milhão, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados. O acordo prevê o abatimento de 54%. Lança também cronograma de pagamentos para a liquidação do restante devido. O objetivo de normalização das relações financeiras é visto, tanto pelo Brasil quanto pela RDC, como uma nova base para que as relações bilaterais sejam elevadas a patamar de maior atividade, sobretudo em questões econômicas e comerciais.

Política interna

Regime Mobutu

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de exploração colonial. À frente do movimento de independência destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do incipiente parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de primeiro-ministro da nova nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul deram início a um período de tensão crescente. De modo a proteger seus cidadãos e defender os interesses de grandes mineradoras, a Bélgica enviou tropas à sua ex-colônia. Dias depois, a ONU também enviou missão ao país.

A crise agravou-se quando o presidente Kasavubu decidiu demitir Lumumba de seu cargo, que reagiu declarando a inconstitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o parlamento. Aproveitando-se da conjuntura de crescentes tensões, o recém-nomeado comandante do exército, Joseph Desiré Mobutu, liderou um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba foi preso e posteriormente assassinado. O presidente Kasavubu, que se tornou refém da trama tecida por Mobutu, foi deposto alguns anos depois, em 1965. Foi assim instituído regime de partido único, com estrutura de poder centrada em Mobutu. Em 1971, Mobutu mudou o nome do país para Zaire. Em 1972, mudou seu próprio para Mobutu "Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga", que, traduzido para português, seria "O Todo Poderoso Guerreiro que, Por Sua Força e Inabalável Vontade de Vencer, Vai de Conquista em Conquista, Deixando Fogo em Seu Rastro".

A era Mobutu teve duração de mais de trinta anos (1965-1997) e foi marcada pela corrupção em larga escala. As riquezas afluentes das imensas jazidas minerais e o suporte concedido pelos EUA, que, em plena Guerra Fria, viam em sua figura uma liderança anticomunista no coração da África, permitiram a Mobutu exercer completo domínio sobre as Forças Armadas e a economia congoleza.

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime Mobutu. Durante a década de 1990, no contexto pós-Guerra Fria, desenvolveu-se crescente tensão em meio às forças armadas e tornaram-se frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

A partir de 1996, o país foi palco de grandes conflitos regionais, que



colocaram fim ao regime Mobutu.

Guerras regionais (1996-2003)

Entre 1996, ano que marcou o colapso da República do Zaire, e 2003, tiveram lugar dois conflitos regionais com epicentro na RDC: a Primeira Guerra do Congo (1996-97) e a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), também conhecida como "Guerra Mundial Africana".

Iniciada em contexto de grave crise do regime Mobutu (1965-97), a Primeira Guerra do Congo (1996-97) é também considerada um prolongamento da Guerra Civil de Ruanda (1990-94). Na sequência da formação do governo tutsi em Ruanda, milícias rebeldes hutu (as Interahamwe) emigraram para a RDC e passaram a utilizar campos de refugiados ruandeses como base para assaltos ao território ruandês. Algumas dessas milícias também formaram aliança com militares da RDC para depor o regime Mobutu. Com a justificativa de combater os rebeldes hutu, Ruanda e Uganda iniciaram intervenção militar conjunta na RDC e, posteriormente, formaram aliança com forças rebeldes lideradas por Laurent-Désiré Kabila. Em 1997, Mobutu abandonou o então Zaire, e Kabila, que havia marchado até Kinshasa, autoproclamou-se Presidente da RDC.

A Segunda Guerra do Congo (1998-2003) ficou também conhecida como "Guerra Mundial Africana", por haver envolvido pelo menos 9 países do continente e cerca de 20 grupos armados de maior expressão. Após a guerra de 1996-97, Désiré Kabila conclamou todas as tropas estrangeiras a deixarem a RDC. Ruanda e Uganda, contudo, continuaram apoiando grupos rebeldes no leste do país e, em 1998, começaram nova intervenção conjunta, no contexto de confrontos envolvendo grupos rebeldes rivais e tropas governistas. Em reação, Angola, Zimbábue e Namíbia enviaram militares para defender o novo governo de Kinshasa. Posteriormente, o Chade aderiu à aliança em apoio ao governo da RDC, e o Burundi, em menor medida, passou a apoiar forças pró-Ruanda e Uganda. A Líbia e o Sudão passaram, alegadamente, a travar guerra própria contra tropas de Uganda na RDC. A partir de 1999, foram firmados sucessivos acordos de paz entre as partes beligerantes e, em 2003, a formação de governo de transição na RDC ensejou a repatriação das tropas estrangeiras.

Organismos internacionais calculam que o prolongado quadro de instabilidade e conflito na RDC iniciado em 1996 teria produzido mais de 5,4 milhões de mortos, cifra que o eleva à categoria de maior tragédia humanitária após a II Guerra Mundial.

Transição política e estabilização (2003-2016)

Com o fim dos conflitos regionais, teve início processo de transição política auspiciado pela ONU (2003-06). Em 2006, a realização de eleições gerais no país pôs fim ao período de transição e deu início à chamada III República do Congo. Desde então, a RDC experimentou dez anos de crescente, ainda que limitada, estabilização (2006-2015), durante os quais a economia congoleza cresceu acentuadamente, à taxa média de 6,7% ao ano.

Não obstante a realização de eleições gerais em 2006, a RDC continuou enfrentando recorrentes ciclos de conflito no leste do seu território, onde a atuação de grupos armados (estimados entre 45 e 60), a violência contra civis, o recrutamento de



crianças-soldado e a violência sexual permaneceram endêmicos. Nos últimos anos, dentre as principais ameaças de segurança no leste da RDC, destacam-se a oferecida pelo grupo rebelde 23 de Março (M23) e a chamada "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu".

Guerra do Kivu e Guerra contra o M23

Entre 2004 e 2009, teve lugar, nas províncias Kivu do Norte e Kivu do Sul, no leste da RDC, a chamada "Guerra do Kivu". Além das Forças Armadas da RDC, foram combatentes as Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), milícia ruandesa formada por hutus, e o Congresso Nacional para Defesa do Povo (CNDP), milícia ruandesa formada por tutsis. Acordo de paz assinado entre o governo da RDC e o CNDP em 23/3/2009 pôs fim ao conflito.

Em abril de 2012, ex-integrantes do CNDP formaram o grupo rebelde M23, em alusão ao acordo de paz de 2009, o qual, na visão dos rebeldes, não estaria sendo cumprido. Então considerado como a principal ameaça de segurança na RDC, entre abril de 2012 e agosto de 2013, o M23 conquistou e passou a controlar parte do território da província de Kivu do Norte, causando o deslocamento forçado de 200 a 500 mil congoleses.

Diante da deterioração do conflito no leste da RDC, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu, em março de 2013, brigada de intervenção no âmbito da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Sob o comando do General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, a força militar da MONUSCO passou a apoiar, com êxito, ações das Forças Armadas da RDC contra grupos rebeldes no leste do país. O M23 foi derrotado militarmente e rendeu-se em novembro de 2013. Foi então firmada a Declaração de Nairóbi (dezembro de 2013), que selou a paz a partir de compromissos, entre outros, com anistia, repatriação e reintegração de cerca de 1500 rebeldes do M23 exilados em Uganda e Ruanda.

Contudo, diante de conhecidos atrasos na implementação da Declaração, têm crescido receios de que o M23 volte a mobilizar-se. Em janeiro de 2016, o governo passou a alegar que comandante do M23 detido em Uganda, Sultani Makenga, teria fugido e retornado ao país juntamente com 200 homens armados. Em fevereiro de 2017, foi confirmado pela ONU o ressurgimento do M23 no leste da RDC. Segundo Kinshasa, a penetração de elementos do grupo pelas fronteiras com Ruanda e Uganda seria o maior obstáculo ao apaziguamento definitivo do M23.

Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu

Iniciada em agosto de 2016, a chamada "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu" consiste em uma sublevação de grandes proporções, que atinge as províncias de Kasai-central, Kasai, Kasai-oriental e Lomani. Sucessivas descobertas de valas coletivas na província do Kasai acenderam o alerta, na comunidade internacional, de que o conflito possa degenerar para quadro de genocídio. Em março de 2017, dois investigadores da ONU enviados para avaliar a "Rebelião" foram encontrados mortos. O conflito na região prosegue e estima-se que tenha resultado em mais de 3.300 mortos e em contingente superior a 1 milhão de deslocados internos.

Prolongamento do terceiro mandato de Kabila



Desde fins de 2015, o cenário político congolês tem-se caracterizado por tensão política causada por impasses no processo sucessório do atual presidente Joseph Kabila Kabange.

No poder há mais de 15 anos, Kabila assumiu a presidência interinamente, por meio de eleição indireta, na esteira do assassinato de seu pai e então presidente Laurent-Désiré Kabila, em janeiro de 2001. Foi, em seguida, eleito (novembro de 2006) e reeleito (novembro de 2011), para mandatos de cinco anos.

Uma segunda reeleição ao cargo de presidente é vedada por cláusula pétrea da atual Constituição congoleza (art. 220), de fevereiro de 2006. Contudo, o 3º mandato do presidente Kabila tem sido prolongado em função da não realização de eleições originalmente previstas para novembro de 2016.

O governo congolês alega que a não realização das eleições de 2016 se deve a longos atrasos observados em três etapas vistas como precursoras do pleito presidencial: (i) a realização de censo demográfico (o último censo realizado na RDC teve seus resultados publicados em 1984); (ii) a atualização do registro eleitoral (estima-se que, desde as eleições de 2011, cerca de 5 milhões de jovens congolezes teriam atingido a idade mínima para tornarem-se eleitores); e (iii) a organização de eleições provinciais e locais, as quais estavam originalmente previstas para 2012, mas jamais ocorreram.

Em janeiro de 2015, foi aprovada na Assembleia Nacional proposta de emenda constitucional que, entre outros dispositivos, condicionava a realização de eleições à previa condução de censo nacional e à atualização do registro de eleitores.

Em setembro de 2015, a Suprema Corte da RDC emitiu decisão para que a Comissão Eleitoral Nacional Independente formulasse novo calendário eleitoral, de forma a acomodar a necessidade de que as eleições nos níveis subnacionais ocorressem antes do pleito presidencial.

Diálogo entre governo e forças de oposição

A partir de 2015, na medida em que o prolongamento do terceiro mandato Kabila tornou-se crescentemente provável, vem-se registrando crescente mobilização das forças de oposição. Em setembro de 2015, sete partidos políticos anunciaram sua deserção da base governista. Centradas em Kinshasa, grandes manifestações populares repelidas pelas forças de segurança com elevado número de presos e mortos, ocorreram em janeiro de 2015 e em setembro e novembro de 2016.

Tendo em conta que a alternância de poder na RDC jamais ocorreu por meio de eleições, os diversos atores envolvidos com a consolidação da paz no país e na região dos Grandes Lagos têm redobrado esforços para arregimentar consenso quanto a mapa do caminho para a sucessão de Kabila. Com o objetivo de pressionar o governo congolês para seguir no caminho da transição de poder no país, UE e EUA passaram a aplicar sanções contra bens de autoridades do governo.

Pressionado pela oposição e por atores externos, o governo congolês anunciou, em novembro de 2015, o início de um novo "diálogo nacional", voltado a angariar consenso da comunidade política congoleza quanto aos seguintes tópicos: cadastro eleitoral, calendário eleitoral, financiamento dos pleitos eleitorais; garantia de segurança ao processo eleitoral; e papel da comunidade internacional no processo



eleitoral. As discussões contaram com a facilitação da ONU e da União Africana (UA). Nesse contexto, em outubro de 2016, os participantes do diálogo chegaram a acordo que previu: (i) a realização de novas eleições gerais até abril de 2018; (ii) a permanência de Kabila e outras autoridades de nível subnacional em suas funções até a realização do pleito de 2018; e (iii) a formação de novo governo de união, por meio da nomeação de primeiro-ministro ligado à oposição após novembro de 2016.

Como acordado, em meados de dez/2016, o então PM Matata Ponyo foi destituído e, para seu lugar, foi nomeado Samy Badibanga, vinculado ao partido União pela Democracia e pelo Progresso Social (UDPS), uma das principais forças de oposição. A nomeação, contudo, não agradou a UDPS e outros partidos da oposição, que desejavam que Etienne Tshisekedi, líder da UDPS e presidente do Conselho Nacional de Acompanhamento do Acordo de São Silvestre (CNSA), fosse nomeado primeiro-ministro.

Nesse contexto, a Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO) assumiu, no âmbito doméstico, a liderança dos esforços de mediação entre governo e oposição. Em 31/12/16, foi assinado o chamado Acordo de São Silvestre, baseado no consenso de outubro de 2016, mas com as seguintes inovações: (i) renovação do compromisso de Kabila de não modificar a Constituição ou candidatar-se a um novo mandato; e (ii) realização das eleições-gerais ainda em 2017. Kabila, contudo, não abriu mão da prerrogativa de nomear primeiro-ministro de sua escolha, ainda que a partir dos políticos da oposição.

Ao longo de 2017, os protestos populares foram gradualmente perdendo força. Em janeiro de 2017, o octagenário Etienne Tshisekedi deixou a RDC para fazer tratamento de saúde na Bélgica. Seu falecimento, em fevereiro de 2017, representou duro golpe contra a articulação das forças de oposição. Bruno Tshibala, que até março de 2017 atuou como secretário-geral adjunto da UDPS, abandonou o partido. Em abril de 2017, foi nomeado primeiro-ministro. Seu nome, contudo, não agradou a oposição.

Apesar da violência na Bacia do rio Kasai, o governo congolês sustenta que o registro eleitoral deverá ser concluído em julho de 2017. Observadores internacionais, contudo, lançam dúvidas sobre a capacidade do país de realizar eleições até o final de 2017.

Política externa

Apesar de sua relativa estabilização a partir do fim da II Guerra do Congo (1998-2003), a RDC jamais recuperou o peso regional exercido pelo antigo Zaire e continua a ter seu pleno desenvolvimento dificultado por quadro de recorrente instabilidade interna. O realinhamento de influências regionais e o renovado engajamento da comunidade internacional na estabilização da RDC, nos últimos anos, que conduziram à assinatura do Acordo-Quadro para a Paz e Segurança da RDC, em 2013, passaram a gerar otimismo cauteloso com relação ao futuro do país e aos efeitos positivos que sua estabilização duradoura poderia apresentar sobre todo o continente. A crise política interna observada a partir de 2015, contudo, gerou nova onda de instabilidade no país, sobretudo a partir da não realização das eleições presidenciais previstas, inicialmente, para novembro de 2016, e o recrudesimento dos conflitos na



região da bacia do Kasai.

Entorno regional

A política externa da RDC permanece vinculada à complexa instabilidade da política interna, que extrapolou as porosas fronteiras do país, afetando toda a região dos Grandes Lagos. De um lado, devido à continuidade da instabilidade na RDC, cerca de 480 mil congolese permanecem refugiados em países vizinhos como Uganda, Ruanda, Tanzânia e Burundi, gerando pressão sobre os recursos governamentais desses países. De outro lado, mais de 450 mil nacionais de países vizinhos já cruzaram as fronteiras da RDC em busca de refúgio, motivados, somente para citar crises mais recentes, pelo conflito civil no Sudão do Sul e pela deterioração da situação política no Burundi. O envolvimento de ugandenses e, sobretudo, ruandeses em milícias armadas no leste do país, comprovada por relatórios da ONU, confere complexidade ainda maior a esse cenário e dificulta significativamente a coordenação entre a RDC e seus vizinhos na busca de uma solução duradoura para a crise no país. Essa coordenação constitui um dos principais eixos da política externa congolese.

A guerra civil em **Ruanda** levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), por meio do qual o CNDP se converteria em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, se uniria ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabriram-se as respectivas Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares liderados pelo chefe militar do extinto CNDP, Bosco Ntaganda, rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do presidente congolês, Joseph Kabila, de deter Bosco Ntaganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se a partir de então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o governo de Ruanda ao M23, o que foi sistematicamente negado por Kigali.

Embora a RDC e **Uganda** tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda



bilateral positiva, há ainda divergências pendentes entre os dois países, com destaque para a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente e o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Albert, que tem levado, frequentemente, a episódios de tensão entre os dois países. Além disso, relatórios da ONU de outubro de 2012 e janeiro de 2014 indicaram o envolvimento de Uganda na exploração ilegal de minérios na RDC.

A crise do M23 despertou nos países vizinhos, sobretudo nos membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (**SADC**), o receio de que a RDC pudesse novamente tornar-se palco de uma reedição dos grandes conflitos regionais da década de 1990 e do início dos anos 2000. O reengajamento de membros da SADC como a África do Sul, Angola e Tanzânia no tratamento dos problemas de segurança da RDC contribuiu para o surgimento de nova postura assertiva voltada a pôr fim à instabilidade no país. Essa nova postura está na origem da criação da Brigada de Intervenção da MONUSCO (mar/2013), formada pela contribuição de tropas de África do Sul, Tanzânia e Maláui. Sensíveis à necessidade de fortalecimento do Estado congolês, em especial no que concerne às necessidades de garantia da estabilidade das fronteiras compartilhadas, de contenção de fluxos migratórios gerados pela extrema pobreza e pelas frequentes ondas de instabilidade regional e de aproveitamento do potencial energético congolês, esses países contribuíram para conferir lógica positiva ao encaminhamento da crise.

Nos últimos anos, o envolvimento da **África do Sul** na busca por uma solução para a crise política na RDC tem sido particularmente destacado. Além de o país ser um dos principais contribuintes de tropas para a MONUSCO, o comando da operação está, desde 2015, com general sul-africano. O país ainda tem sido ativo no treinamento das forças armadas e policiais da RDC, cujo nível de profissionalização é considerado como um dos mais baixos do continente africano. Além disso, a África do Sul é a segunda maior fonte de importações para a RDC, atrás apenas da China, e tem elevado sua participação em investimentos no país, com destaque para o projeto hidrelétrico de Grande Inga, sobre o qual os dois países firmaram acordo em 2013.

As relações com **Angola**, embora densas, são marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima entre os dois países, bem como à presença de refugiados angolanos e congolezes que deixaram seus respectivos países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis que assolaram a região. No que tange à questão marítima, assinala-se que a RDC tem solicitado a extensão de suas águas territoriais nos termos da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar, o que poderia resultar na redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países e teria consequências sobre a jurisdição da produção "offshore" do enclave angolano de Cabinda. A questão da imigração entre os dois países, por sua vez, esteve no cerne de grave crise diplomática ocorrida em 2009, quando Kinshasa expulsou cerca de 50 mil angolanos da RDC, em retaliação à política angolana para imigrantes congolezes, que já havia levado à expulsão de 170 mil nacionais da RDC entre 2007 e 2009. Após esse momento crítico, as relações bilaterais passaram por sensível melhora. Nos últimos anos, Angola tem sido ativa na promoção do diálogo político, bem como no treinamento de



forças policiais na RDC, embora Luanda tenha indicado que poderá retirar sua cooperação caso não haja avanços na implementação do acordo entre governo e oposição para as eleições presidenciais de 2017 e persistam os episódios de violência pelo país.

Além dos países da SADC, destaca-se o protagonismo da **República do Congo (Brazzaville)** na promoção do diálogo nacional na RDC, em particular a atuação pessoal do presidente Denis Sassou Nguesso, que visitou Kinshasa em setembro de 2016, por ocasião da inauguração do diálogo. Por ser receptora de grande número de refugiados provenientes da RDC, a República do Congo acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho. Especula-se que o antigo projeto de uma ponte ligando as duas capitais, separadas somente pelo rio Congo, embora desejável do ponto de vista econômico, tenha sido sucessivamente adiado por razões de segurança.

Países desenvolvidos e em desenvolvimento

O relacionamento com as grandes potências constitui outra importante vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, investimentos diretos que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A **China** tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Mais de 40% das exportações congoleesas têm como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Grande parte dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga destina-se ao mercado chinês. Por outro lado, à diferença de investimentos originários de outras potências, os chineses têm investido maciçamente em infraestrutura, em especial em facilidades ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, como estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pela China nos demais países africanos. Em 2009, foi firmado acordo entre os dois países que previu investimentos chineses da ordem de US\$ 6,2 bilhões em infraestrutura local, tendo como contrapartida a concessão de áreas de exploração mineral ("minerals for infrastructure deal").

Além da China, têm significativa presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora densas, as tradicionais relações com a **Bélgica e a França** vêm perdendo terreno para os países em desenvolvimento e os EUA, que mantêm forte presença na RDC em razão da operação de mineradoras norte-americanas, bem como da assistência militar prestada às FARDC. Apesar disso, a RDC, maior país francófono do mundo, continua a conferir grande importância ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos. A esse respeito, vale lembrar que Kinshasa foi sede, em 2012, da Cúpula da Organização Internacional da Francofonia. A UE é, também, um grande fornecedor de apoio financeiro e de cooperação para o país, além de haver enviado a missão EUPOL, para treinamento da polícia congoleesa, no âmbito do programa de reforma do setor de segurança congolês auspiciado pela MONUSCO.

Mais recentemente, contudo, a eclosão de episódios de violência em



províncias da RDC banhadas pela bacia do rio Kasai estremeceu as relações do país com os países ocidentais, que acusam setores do governo de Kabila de contribuir para violações de direitos humanos em território congolês. Além disso, a falta de vontade política, segundo a percepção desses países, por parte do governo congolês, teria impedido a realização de eleições em novembro de 2016 e, agora, estaria criando obstáculos à implementação do Acordo de São Silvestre. Em maio de 2017, a UE decidiu aplicar sanções contra nove nacionais da RDC, dos quais oito pertencem a altos escalões administrativos e militares. As sanções impuseram restrições a viagens e a movimentação de bens e de ativos financeiros dos destinatários. Poucos dias depois, os EUA anunciaram a adoção de sanções similares contra o chefe da Casa Militar da Presidência da RDC, por seu suposto envolvimento em execuções extrajudiciais, na perseguição a opositores, bem como na obstrução do trabalho de observadores da ONU.

Temas multilaterais

A dimensão dos conflitos regionais das décadas de 1990 e 2000, bem como a facilidade com que se alastraram para países próximos, despertaram a atenção da comunidade internacional para a instabilidade política na região dos Grandes Lagos e para a necessidade da presença multilateral na busca por uma solução duradoura para as crises nessa região. No que se refere à RDC, tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente no país desde a assinatura do Acordo de Lusaka, em 1999. A MONUSCO é, atualmente, a maior e a mais cara operação de paz da ONU, dispendo de 17.000 militares e policiais, cerca de 4.100 civis, e um orçamento de US\$ 1,31 bilhão. No plano regional, a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL), criada em 2008 e composta por doze países africanos, tem tido protagonismo na busca por uma solução para a instabilidade na RDC, em coordenação com os países vizinhos.

A Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC) foi criada em 1999, com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaka, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e a Agremiação Congoleza pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abarcar, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos “capacetes azuis” frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram, com pedras, escritórios da ONU em Goma, capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da resolução 1843, que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a Missão abordasse prioritariamente a crise na região dos Kivu, concentrando sua atuação, progressivamente, no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção



de civis na região.

A resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança. O Brasil não participa da Missão, embora tenha tido papel ativo nas negociações que levaram a sua criação.

Em fevereiro de 2013, foi dado o passo recente mais importante para a solução da crise política na RDC, com a assinatura, em Adis Abeba, do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos (Acordo-Quadro PSC). Com onze países signatários (África do Sul, Angola, Burquina Faso, Congo, RCA, RDC, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia), sob os auspícios da ONU, da UA, da SADC e da CIRGL, o acordo lista série de compromissos nos planos nacional, regional e internacional, voltados à pacificação da região. O Acordo-Quadro PSC é visto como a referência central para uma solução sustentável para a crise, uma vez que prevê tratamento abrangente e integrado para os problemas de segurança na região dos Grandes Lagos.

Em linha com suas obrigações derivadas do Acordo-Quadro PSC, o CSNU aprovou, em março de 2013, a criação em bases excepcionais, no âmbito da MONUSCO, da já referida Brigada de Intervenção (FIB), composta de 3 mil efetivos egressos dos exércitos da África do Sul, do Maláui e da Tanzânia. A FIB foi dotada de mandato inédito para uso ofensivo da força, com vistas a “garantir a proteção de civis e a neutralizar o M23 e outros grupos armados com atuação no país”. Desse modo, pela primeira vez, o CSNU passou a permitir que uma de suas forças militares pudesse enfrentar diretamente o inimigo. Em meados daquele ano, o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz assumiu o comando militar da MONUSCO. Com seu mandato reforçado, a Missão obteve importantes vitórias sobre milícias no leste da RDC, como o grupo M23, que, em dezembro de 2013, negociou sua rendição com o governo congolês.

Em março de 2017, foi anunciado que o CSNU reduzirá, progressivamente, o orçamento e os efetivos da MONUSCO nos próximos anos. A decisão deveu-se, sobretudo, à orientação do novo governo dos EUA de cortar suas contribuições para missões de paz. No contexto da renovação do mandato da Missão, o Embaixador dos EUA chegou a acusar a MONUSCO de alinhamento com o regime da RDC, que qualificou como “predatório”. Tomada logo após o anúncio do assassinato dos especialistas independentes da ONU, a decisão também sugere uma mudança na estratégia da Organização em relação à RDC. Com o recrudescimento do conflito na região da bacia do Kasai, nos últimos meses, e o registro de novos atos de violência no leste do país, a ONU passou a defender mais enfaticamente uma solução política para a crise na RDC, sobretudo por meio do cumprimento do Acordo de São Silvestre.

Em março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgou, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo” Thomas Lubanga Dyilo culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças



menores de 15 anos, entre 2002 e 2003. A decisão foi saudada pela comunidade internacional como medida fundamental no combate à impunidade na RDC. Além de Lubanga, o ex-Vice Presidente da RDC Jean-Pierre Bemba, acusado de crimes cometidos na República Centro-Africana, foi condenado pelo TPI em março de 2016

Atualmente, também se encontra em julgamento pelo TPI o chefe militar do já referido CNDP, extinta milícia armada da Província do Kivu do Norte, Bosco Ntaganda. Procurado pelo TPI desde 2006, Ntaganda havia sido integrado às Forças Armadas da RDC (FARDC) como parte dos acordos para a desmobilização dos grupos armados após a guerra civil. No entanto, a decisão do Presidente Kabila de detê-lo e julgá-lo na própria RDC, após pedido do TPI, levou à deserção de Bosco das FARDC em abril de 2012, junto com cerca de outros 800 militares fiéis ao CNDP, o que levou à formação do M23 e à eclosão de guerra contra o movimento. Em março de 2013, Ntaganda entregou-se voluntariamente na Embaixada dos EUA em Ruanda para ser julgado pelo TPI.

Economia

Não obstante seu grande potencial econômico, anos de conflitos internos deterioraram gravemente a economia e os padrões de vida do país. Hoje, a RDC situa-se entre os países mais pobres do mundo. Em 2016, o PIB per capita da RDC, foi de US\$ 473, o 4º menor entre 230 países estimados, à frente apenas de Somália, República Centro-Africana e Burundi. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a RDC figurou na 176ª posição, entre 188 países. Seu PIB nominal, em 2016, foi de cerca de US\$ 40 bilhões, similar ao do estado brasileiro do Pará, e o 10º maior no continente africano.

A agricultura e o extrativismo vegetal ainda são as principais atividades econômicas, responsáveis por 46,3% do PIB e pelo emprego para cerca de 75% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por 32,9% do PIB, seguido do setor industrial (incluído o setor de mineração), com 20,8%. A RDC é o maior exportador mundial de minério de cobalto (87% do comércio internacional); o maior produtor de cobre na África e 6º maior do mundo (2,8% do total mundial); e o 3º maior produtor mundial de diamantes (17%), após Rússia e Botsuana. Grande parte da exploração e do comércio de recursos naturais, contudo, é feita de forma ilegal, particularmente pela fronteira leste do país.

Com o fim do período de transição (2003-2006), a RDC viveu período de 10 anos de progressiva estabilização política e recuperação econômica. Entre 2006 e 2015, o país apresentou, a cada ano, taxa de crescimento do PIB superior a 6% (exceto 2009, devido à crise financeira mundial). Nesse período, a RDC logrou, por meio de comedimento fiscal e política de câmbio fixo em dólar, reduzir a taxa de inflação, que, até 2011, se mantinha com dois dígitos, para cerca de 1,5%, tanto em 2013 quanto em 2014. Crescentes exportações de minérios vinham sendo acompanhadas por expressivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coréia do Sul.

A partir de 2016, contudo, a deterioração da estabilidade política ocasionada pelo impasse relativo à sucessão presidencial novamente impactou a economia. A taxa de crescimento do PIB, que fora de 6,9%, em 2015, e superior a 9%, em 2014, despencou para 2,5%, em 2016. Para 2017, o crescimento previsto é de apenas 1,8%. Já



a inflação aumentou 11% em 2016, impulsionada pela crise cambial e pelo aumento na massa de moeda circulante entre o fim de 2015 e o fim de 2016. Além da imprevisibilidade política, a debilidade institucional e insuficientes investimentos na modernização da infraestrutura constituem entraves ao desenvolvimento.

As contas públicas apresentam-se saudáveis, marcadas pelo equilíbrio fiscal. Em 2016, o déficit do setor público foi de apenas 0,3% do PIB. Contudo, a capacidade de arrecadação fiscal na RDC é ainda precária, resultado da grande economia informal do país e de uma presença ainda restrita por parte do Estado em todo o território nacional. Em relatório sobre a conjuntura econômica do país em 2016, o Banco Mundial recomendou que, com vistas a retomar ciclo de crescimento, o governo da RDC modernize meios para arrecadação de impostos sobre o consumo e suspenda políticas de isenção fiscal.

Os principais mercados de destino para as exportações da RDC em 2015 foram: China (48%); Zâmbia (17,2%); Coreia do Sul (5,4%); e Bélgica (5,2%). As principais origens das importações em 2015 foram: China (22,2%); África do Sul (16,1%); Zâmbia (8,3%); Bélgica (7,5%); Zimbábue (5,6%); Índia (5,1%); e França (4,3%).

O dívida externa atingiu US\$5,331 bilhões em 2016, apresentando aumento de US\$0,2 bilhão em relação a 2015. A taxa de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês) recebida pelo governo correspondeu a 8% do PIB da RDC em 2015.

O investimento estrangeiro direto, que vinha sendo responsável pelo equilíbrio das contas externas da RDC, somou mais de US\$22 bilhões entre 2010 e 2015. Embora as estatísticas mais recentes não estejam disponíveis, estima-se que o fluxo de capitais para o país tenha sofrido forte retração em 2016.

Cronologia histórica

Séc. XIII	Tem início o chamado "Império do Congo".
1482	O navegador português Diogo Cão tornou-se o primeiro europeu a visitar o Congo.
1870	Tem início a colonização do Congo como propriedade privada do rei belga Leopoldo II.
1908	Congo passa a ser administrado pelo Reino da Bélgica.
1960	RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo. Na sequência, tem início guerra civil no país.
1961	Assassinato de Patrice Lumumba.
1965	General Mobutu depõe o presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder. Inicia-se a Era Mobutu (1965-1997).
1971	Congo passa a denominar-se Zaire.
1990	Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.
1991	Após os tumultos em Kinshasa por soldados não remunerados,



	Mobutu concorda com um governo de coalizão com líderes da oposição, mas mantém o controle do aparelho de segurança e importantes ministérios.
1993	Grupos anti-Mobutu rejeitam autoridade do governo central e são criados dois governos rivais no país.
1996	Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda disseminam-se pelo leste do país.
1996	Tem início a "Primeira Guerra do Congo" (1996-97). Coalizão de milícias rebeldes lideradas por Laurent-Désiré Kabila, na maioria da etnia tutsi, capturam grande parte do leste do Zaire, aproveitando-se de período em que Mobutu estava no exterior para tratamento médico.
1997	Coalizão de grupos rebeldes expulsa Mobutu.
1997/mai	Mobutu é impelido a deixar o país após as tropas rebeldes haverem assumido o controle de Kinshasa. Laurent-Désiré Kabila torna-se o novo presidente da nação, que passa a se chamar República Democrática do Congo.
1998/ago	Rebeldes apoiados por Ruanda e Uganda se levantam contra Kabila e avançam em Kinshasa. Angola, Zimbabwe e Namíbia enviam tropas para ajudar a repelir os rebeldes. Tem início a "Segunda Guerra do Congo" (1998-2003), também chamada de "Guerra Mundial Africana".
1999	Assinado o Acordo de Lusaka, que previu cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.
2000	Composta de 5.500 homens, Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo (MONUC) inicia suas operações no país, com mandato para monitorar o cessar-fogo de Lusaka.
2001	Assassinato de Laurent Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então comandante das Forças Armadas, assume a presidência.
2002	Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam acordo de paz em que Ruanda deve retirar tropas do leste do Congo e a RDC desarmar e prender militantes hutus ruandeses acusados de assassinato da minoria tutsi no genocídio de Ruanda de 1994.
2002/jan	Erupção do vulcão no Monte Nyiragongo devasta a cidade de Goma.
2002/abr	São mantidas conversas de paz na África do Sul. Kinshasa assina acordo de compartilhamento de poder com rebeldes apoiados por Uganda. Os rebeldes do RCD, apoiados por Ruanda, rejeitam o acordo.
2002/jul	RDC e Ruanda assinam acordo de paz, segundo o qual Ruanda retiraria suas tropas do leste da RDC, ao passo que o



	governo congolês se compromete com o desmantelamento de grupos rebeldes hutu-ruandeses envolvidos no Genocídio de Ruanda de 1994.
2003	Tem início período de transição auspiciado pela ONU. O presidente Kabila assina uma constituição de transição. É formado um governo interino, com mandato para liderar o país até a realização de novas eleições gerais.
2004	Tem início, no leste do país, a chamada "Guerra do Kivu" (2004-2009), que opôs forças governistas a tropas rebeldes de origem tutsi-ruandesa, lideradas por Laurent Nkunda.
2005	Nova Constituição, com texto aprovado pelos ex-beligerantes, é aprovada pelo Parlamento. Os eleitores apoiam a Constituição, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.
2006	Thomas Lubanga torna-se o primeiro suspeito de crimes de guerra a enfrentar as acusações no TPI, na Haia, acusado de forçar crianças a combater.
2006	Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos observadores internacionais.
2007	RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional "Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos".
2007	Laurent Nkunda e seus seguidores estabelecem o Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP).
2008	Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as Forças Armadas da RDC (FARDC) e o CNDP. Em outubro, os rebeldes capturam a principal base do exército de Rumangabo. O governo congolês acusa Ruanda de apoiar o general Nkunda, o que é negado pelo governo ruandês.
2008	Uganda, o governo do Sul do Sudão e RDC lançam ataque conjunto contra as bases do Exército de Resistência do Senhor (LRA), no nordeste da RDC.
2008/abr	As FARDC começam a combater milícias hutu-ruandesas que haviam sido suas aliadas em anos anteriores.
2009/jan	Lançamento da operação militar conjunta dos governos da RDC e de Ruanda contra o CNDP. A campanha dura cinco semanas. Nkunda é destituído do comando do CNDP, capturado e preso em Ruanda. O governo congolês passa a ser pressionado para prender Bosco Ntaganda, novo comandante do CNDP, procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) desde 2006.
2009/mar	Assinado acordo de paz entre o governo da RDC e o CNDP



	que estabeleceu o fim dos confrontos, a transformação do CNDP em partido político, a anistia e a integração de 6.000 ex-combatentes do CNDP às FARDC.
2010	Comemorações marcam os 50 anos de independência da RDC.
2010/mai	CSNU aprova a transformação da MONUC na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), uma das cinco missões de paz da ONU criadas com o termo "estabilização" no nome, juntamente com SFOR (Bósnia, 1996), MINUSTAH (Haiti, 2004), MINUSMA (Mali, 2013) e MINUSCA (RCA, 2014).
2010/jun	A operação Rwenzori, em Uganda, contra os rebeldes islamistas do ADF-NALU, leva 90 mil a se refugiarem na província de Kivu do Norte.
2012/abr	O governo da RDC determina a prisão de Bosco Ntaganda, em função de processo por crimes de guerra no TPI. Ex-integrantes do CNDP fundam o movimento rebelde "23 de Março" (M23) e começam nova rebelião. Tem início, assim, a chamada "Guerra contra o M23" (2012-2013).
2012/out	O CSNU anuncia sua intenção de impor sanções contra líderes do movimento rebelde M23 e violadores do embargo de armas da RDC. Um painel da ONU diz que Ruanda e Uganda estão fornecendo armas e apoio ao M23.
2012/nov	O M23 captura brevemente a cidade de Goma. Pressionados a deixar a cidade pela comunidade internacional, os rebeldes passam, posteriormente, a mantê-la sitiada.
2013/fev	Assinado, em Adis Abeba, o Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos (Acordo-Quadro PSC).
2013/mar	Bosco Ntaganda se rende na embaixada dos EUA em Ruanda e é transferido para o Tribunal Penal Internacional em Haia para enfrentar acusações de crimes de guerra.
2013/mai	O general brasileiro Santos Cruz assume, a convite da ONU, o Comando da Força Militar da MONUSCO.
2013/jul	A Brigada de Intervenção da MONUSCO (FIB/MONUSCO), com força de 3.000 membros, é empregada para combater e desarmar rebeldes no leste.
2013/out	O M23 é derrotado militarmente em campanha mantida pelas FARDC com o apoio da FIB/MONUSCO. Em novembro, o grupo apresenta sua rendição.
2013/dez	É assinada a Declaração de Nairóbi, que prevê a transformação do M23 em partido político, a anistia aos rebeldes, exceto nos casos de violações ao direito humanitário, e o início de processo de Desmobilização, Desarmamento,



	Repatriação, Reintegração e Ressocialização (DDRRR).
2014/abr	Tem início a operação militar "Sukola" (limpeza) contra o grupo rebelde ADF-Nalu, a qual levou à fuga forçada de seu líder, Jamil Mukulu.
2015/jan	Dezenas de mortos em protestos contra as mudanças de lei eleitoral propostas, que a oposição alega terem sido destinadas a permitir que o presidente Kabila permaneça no poder.
2016/mar	Jean-Pierre Bemba, ex-Vice Presidente da RDC, é condenado pelo TPI por crimes cometidos na República Centro-Africana.
2016/mai	O ex-governador da província de Katanga, Moïse Katumbi, declara intenção de concorrer à presidência. Posteriormente, enfrenta prisão, mas deixa o país para tratamento médico.
2016/ago	Tem início a chamada "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu", sublevação contra o governo de Kinshasa, de grandes proporções, que atinge as províncias de Kasai-central, Kasai, Kasai-oriental e Lomani.
2016/out	No contexto de diálogo nacional, os partidos de oposição solicitam que, caso as eleições presidenciais fossem adiadas, fosse nomeado novo primeiro-ministro de partido da oposição. Em dezembro, Samy Badibanga assume como novo PM. Seu nome, contudo, não é bem recebido pela oposição.
2016/dez	É assinado o acordo de São Silvestre entre o governo da RDC e forças de oposição, o qual prevê a realização de eleições presidenciais ainda em 2017, além da nomeação de político da oposição para o cargo de primeiro-ministro.
2017/fev	É comprovado pela ONU o ressurgimento do M23 no leste da RDC.
2017/mar	Dois investigadores da ONU enviados para avaliar a "Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu" são encontrados mortos.
2017/mar	O CSNU anuncia a redução progressiva do orçamento e dos efetivos da MONUSCO.
2017/abr	PR Kabila nomeia Bruno Tshibala como novo PM.
2017/mai	A UE anuncia sanções contra nacionais da RDC ligados a altos escalões administrativos e militares.
2017/jun	Os EUA anunciam sanções contra o chefe da Casa Militar da Presidência da RDC.

Cronologia das relações bilaterais

1960	Brasil reconhece a independência da RDC
1968	Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.
Abr/1972	Brasil abre sua Embaixada em Kinshasa.



Nov/1972	Visita à RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza.
1974	RDC instala sua Embaixada em Brasília.
1980	Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral (Comista), em Brasília.
Fev/1987	Missão de autoridades da RDC ao Brasil.
1988	Realização da II Reunião da Comista.
1997	Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.
2004	Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005	Visita ao Brasil do Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba.
Out/2006	Tem início a missão do Exército Brasileiro junto à RDC, destinada a prover segurança à Embaixada brasileira.
Out/2006	Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC.
Out/2006	Visita ao Brasil do presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras.
Mai/2007	Visita ao Brasil do presidente da CEI.
Jul/2008	Missão ao Brasil de três técnicos congolezes da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária.
Mai/2009	Visita à RDC do ministro da Defesa Nelson Jobim.
Mai/2009	Visita ao Brasil do ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo.
Nov/2009	Técnica da ABC realiza visita a Kinshasa a fim de discutir retomada da cooperação técnica com a RDC.
Set/2010	Ministro Celso Amorim mantém encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU.
Out/2010	Governo brasileiro realiza contribuição de US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio a atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC.
Nov/2010	Visita do ministro Celso Amorim a Kinshasa.
Ago/2011	Visita ao Brasil do ministro da Cooperação Internacional e Regional da RDC Raymond Tshibanda e realização da III Comista.
2013	Concluídos satisfatoriamente dois projetos de cooperação negociados com a ABC, nas áreas de cultivo de café no Kivu e agroecologia e agricultura familiar
Mai/2013	O general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz assume o comando militar da MONUSCO
Set/2013	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente da RDC, Bavon Mputu Elima.



2014	Tem início, em Goma, o projeto de cooperação "Capoeira pela Paz" voltado a promover a reinserção social de crianças egressas de grupos armados, por meio do ensino da capoeira.
Mar/2014	Visita a Kinshasa do ministro da Defesa Celso Amorim.
Nov/2014	Visita ao Brasil do ministro da Economia e Comércio da RDC, Jean-Paul Begepole.
Jun/2015	Missão de parlamentares congolezes ao Brasil.
Ago/2015	Visita a Kinshasa e Goma do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira.

Atos bilaterais

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo Comercial.	28/02/1973	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural.	28/02/1973	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica.	28/02/1973	Em Vigor
Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.	09/11/1972	Em Vigor



Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a República Democrática do Congo (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes e miudezas comestíveis de aves	9.315	25,0%	9.316	22,1%	10.451	25,2%
Miudezas comestíveis de animais, frescas ou congeladas	2.893	7,8%	5.191	12,3%	5.632	13,6%
Carnes suínas, frescas ou congeladas	854	2,3%	1.476	3,5%	5.004	12,1%
Produtos de confeitaria sem cacau, inclusive chocolate branco	4.896	13,2%	4.767	11,3%	4.208	10,2%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	0,6	0,0%	0	0,0%	2.625	6,3%
Açúcar refinado	114	0,3%	84	0,2%	2.064	5,0%
Caramelos, confeitos, sem cacau	1.416	3,8%	1.610	3,8%	1.847	4,5%
Gomas de mascar, sem cacau	2.359	6,3%	2.518	6,0%	1.826	4,4%
Enchidos de carne, miudezas ou sangue	1.670	4,5%	1.284	3,1%	1.536	3,7%
Farinhas de cereais	48,0	0,1%	169	0,4%	1.528	3,7%
Subtotal	23.566	63,3%	26.416	62,7%	36.721	88,6%
Outros	13.644	36,7%	15.683	37,3%	4.709	11,4%
Total	37.210	100,0%	42.099	100,0%	41.430	100,0%

Composição das importações brasileiras originárias da República Democrática do Congo (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cobre e ligas de cobre, em formas brutas	0	0,0%	31.185	77,1%	5.180	52,3%
Óleos de petróleo refinados	0	0,0%	0	0,0%	3.916	39,5%
Produtos intermediários da metalurgia do cobalto	3.629	19,1%	2.926	7,2%	704	7,1%
Enzimas preparadas	0	0,0%	26,6	0,1%	105	1,1%
Subtotal	19.002	100,0%	40.468	100,0%	9.905	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	19.002	100,0%	40.468	100,0%	9.905	100,0%



República Democrática do Congo						
Importação do País e Participação Brasileira em 2016						
Participação Brasileira no Mercado Mundial acima de 1,17%						
SH6	Produto	Importações do país		Exportações Brasileiras	Part. Brasileira (%)	
		Do Mundo	Do Brasil		Mercado do País	Mercado Mundial
		US\$ mil	US\$ mil	US\$ mil		
Total geral		3.700.583	41.430	185.235.399	1,12%	1,17%
Produtos selecionados		1.624.552	16.272	25.598.483	1,00%	1,29%
1	300490 Medicamentos terapêuticos ou profiláticos	321.574	2.625	620.552	0,82%	0,21%
2	271012 Óleos de petróleo e preparações	141.437	0	1.151.445	0,00%	0,23%
3	730890 Construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	71.664	0	90.272	0,00%	0,27%
4	871120 Motocicletas	60.486	0	107.796	0,00%	1,33%
5	20714 Carnes de frango, congelados	57.525	8.644	5.945.000	15,03%	40,94%
6	843149 Partes de máquinas de terraplanagem e nivelamento	52.945	0	56.979	0,00%	0,30%
7	640299 Calçados de borracha ou plástico - sapatos	51.822	1	385.667	0,00%	1,34%
8	100199 Trigo e mistura de trigo com centeio	47.078	0	115.059	0,00%	0,36%
9	630900 Artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e similares, usados	43.614	0	93	0,00%	0,00%
10	852580 Câmeras de televisão, fotográficas e de vídeo	43.050	0	4.141	0,00%	0,01%
11	853710 Quadros para comando ou distribuição de energia elétrica	37.797	0	205.003	0,00%	0,36%
12	847490 Máqs. e apars. para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios	33.561	0	68.426	0,00%	1,13%
13	520852 Tecido algodão estampado	32.974	0	10.979	0,00%	0,43%
14	841381 Bombas para líquidos e partes	31.591	0	78.431	0,00%	0,45%
15	110100 Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	30.040	0	2.967	0,00%	0,07%
16	40221 Leite em pó	23.489	0	80.653	0,00%	1,09%
17	190190 Preparações alimentícias de farinhas, sêmolas, amidos, féculas	23.048	0	8.041	0,00%	0,12%
18	170114 Açúcares de cana	23.044	0	8.279.525	0,00%	68,23%
19	850610 Pilhas e baterias de pilhas, elétricas	22.551	0	12.814	0,00%	0,36%
20	851762 Aparelhos de comutação e roteamento para TV	22.365	0	61.475	0,00%	0,05%
21	251910 Carbonato de magnésio natural - magnesita	22.308	0	1	0,00%	0,00%
22	250300 Enxofre de qualquer espécie	20.478	0	1.993	0,00%	0,08%
23	848180 Registros e válvulas para a indústria	19.788	0	692.110	0,00%	1,47%
24	151190 Óleos de dendê	19.679	0	1.808	0,00%	0,01%
25	670490 Perucas de pêlos ou de matérias têxteis	16.828	0	0	0,00%	0,00%
26	240220 Cigarros	16.500	0	3.698	0,00%	0,02%
27	870423 Veículos automóveis para transporte de mercadorias - caminhões	15.927	0	254.895	0,00%	1,79%
28	850423 Transformadores de dielétrico líquido	15.906	0	130.887	0,00%	2,61%
29	20329 Carnes de suíno, congeladas	15.597	5.002	1.289.697	32,07%	11,12%
30	870899 Partes e acessórios, para automóveis	15.575	0	414.766	0,00%	0,50%
31	690890 Ladrilhos e artigos de cerâmica	15.402	0	293.559	0,00%	2,32%
32	390210 Polipropileno	15.119	0	348.697	0,00%	1,66%
33	210690 Preparações alimentícias, complementos alimentares	15.053	0	315.419	0,00%	0,94%
34	850440 Conversores elétricos estáticos	14.443	0	76.267	0,00%	0,15%
35	100640 Arroz quebrado (trinca de arroz)	14.435	0	81.031	0,00%	5,61%
36	870323 Automóveis	14.430	0	2.907.358	0,00%	1,06%
37	870120 Tratores rodoviários para semi-reboques	14.430	0	684.456	0,00%	2,51%
38	110710 Malte não torrado	14.128	0	4.145	0,00%	0,13%
39	870410 Caminhões para serem utilizados fora de rodovias	13.863	0	64.449	0,00%	1,73%
40	842951 Carregadoras e pás carregadoras, autopropulsores	13.767	0	198.685	0,00%	2,55%
41	854449 Condutores elétricos, para tensão	13.496	0	126.555	0,00%	0,53%
42	151620 Gorduras e óleos vegetais	13.326	0	5.300	0,00%	0,15%
43	870510 Caminhões-guindastes	13.267	0	25.325	0,00%	0,83%
44	200290 Sucos de tomates preparados ou conservados	13.066	0	2.569	0,00%	0,09%
45	852872 Aparelhos receptores de televisão em cores	12.987	0	410	0,00%	0,00%
46	843143 Partes de máquinas de sondagem ou de perfuração	12.936	0	12.450	0,00%	0,12%
47	870210 Ônibus microônibus	12.874	0	232.255	0,00%	1,74%
48	851761 Estações base de telecomunicações	12.749	0	69.440	0,00%	0,93%
49	860210 Locomotivas diesel-elétricas	12.407	0	20.267	0,00%	1,88%
50	961900 Artigos higiênicos para bebês	12.133	0	54.673	0,00%	0,37%

Fonte: ITO Trademap - June 2017.

-- Setores a consolidar no mercado congolês --



Ofício da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal



00100 122591/2017-01
01 01.01. 71
(2101R)



A publicação
Em 21/08/17.
Publ.:

Brasília, 14 de agosto de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Federal, Eunício Oliveira
Senado Federal
70165-900- Brasília-DF

Assunto: **Lista de projetos prioritários da pauta de segurança pública**

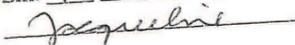
Senhor Senador,

A **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL – ADPF** vem a Vossa Excelência entregar uma lista de projetos prioritários da pauta de segurança pública no Senado Federal, que são de interesse da associação. Solicitamos que tais projetos sejam considerados na reunião de líderes que ocorrerá nesta terça-feira (15/08), convocada por Vossa Excelência, no qual serão definidas as matérias prioritárias de segurança pública em articulação com a pauta da Câmara dos Deputados.

Segue a lista em anexo.

Respeitosamente,


Dr. Carlos Eduardo Miguel Sobral,
Presidente da ADPF

Presidência do Senado Federal
Recebi o Original
Em: 14/08/17 Hs: 0:30

Em mão



Anexo I
Lista de Projetos Prioritários no Senado Federal

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2011

- o Assunto: Sigilo de informações, dados e documentos nas investigações policiais.
- o Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – aguardando designação de relator.

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2012

- o Assunto: Altera os Códigos Penal e de Processo Penal para prever e regular o ato de indiciamento e inseri-lo no rol das causas interruptivas da prescrição.
- o Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – aguardando designação de relator.

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2015

- o Assunto: Criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.
- o Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – aguardando designação de relator.

Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2015

- o Assunto: Realização de concursos públicos para a Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal.
- o Autor: Senador Omar Aziz (PSD/AM)
- o Tramitação: CCJ – aguardando designação de relator.

Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2011

- o Assunto: Determina que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido dentre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos.
- o Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros
- o Tramitação: CCJ – aguardando designação de relator.



Proposta de Emenda à Constituição nº 101, de 2015

- o Assunto: Determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, e dá outras providências.
- o Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) e outros
- o Relator: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – matéria com a relatoria.

Projeto de Lei da Câmara nº 07, de 2016

- o Assunto: Direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.
- o Autor: Deputado Sergio Vidigal (PDT/ES)
- o Relator: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)
- o Tramitação: CCJ –incluída na pauta da reunião.

Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2011

- o Assunto: Possibilita a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo.
- o Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – aguardando designação do relator.

Projeto de Lei do Senado nº 765, de

- o Assunto: Institui o Fundo Nacional de Combate à Corrupção – FNCC.
- o Autor: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)
- o Relator: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – matéria com a relatoria.

Projeto de Lei do Senado nº486, de 2013

- o Assunto: Investigações policiais de delitos informáticos.
- o Autor: Senador Vital do Rêgo (fora de exercício)
- o Relator: Senador Humberto Costa (PT/PE)
- o Tramitação: CCJ – pronta para a pauta na comissão.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2017

Acrescenta § 5º ao art. 59, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor que os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Acrescenta § 5º ao art. 59, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor que os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.



SF/17061.79590-86

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 59.**

.....

§ 5º Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º, inciso I, alínea “b” da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, revogou o § 4º do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A redação revogada é a mesma que agora pretendemos restabelecer, na forma de acréscimo de um novo § 5º ao art. 59 da CLT.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Nos termos do artigo 58-A e parágrafos da CLT, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 horas semanais.

O referido regime submete-se a certas regras, específicas dele, como, por exemplo, a proibição da prestação de jornada extraordinária, conforme estabelece o artigo 59, parágrafo 4º, da CLT. A

A medida visou incentivar a oferta de emprego e a atender à necessidade de políticas voltadas para a busca do pleno emprego, princípio ordenador da ordem econômica estabelecida na Constituição.

O § 4º do art. 59 da CLT foi revogado pela Reforma Trabalhista, e havia sido inserido na CLT pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, editada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Não faz sentido, considerando-se que no período em que a norma foi editada o Brasil também passava por um período recessivo, suprimi-la justamente agora, quando uma crise econômica ainda mais grave assola nosso País.

Num cenário de mais de 14 milhões de desempregados são necessárias medidas que estimulem o emprego e não que inibam novas contratações.

Neste sentido é que esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



SF/17061.79590-86



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 59

- parágrafo 4º do artigo 59

- Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017 - Reforma Trabalhista - 13467/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13467>

- Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2164-41-2001-08-24 - 2164-41/01

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2164-41>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2017

Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Dá nova redação ao § 4º do art. 71, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para determinar que a ausência, ainda que parcial, de fruição do intervalo intrajornada enseja o pagamento integral do período suprimido, com acréscimo de cinquenta por cento e natureza salarial.



SF/17837.43133-69

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 71.**

.....

§ 4º Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A nova redação dada ao § 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, pela





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (Reforma Trabalhista) estabelece que “a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.”

A redação revogada havia sido aprovada ainda na gestão do Presidente Itamar Franco, pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994.

O novo texto busca uma compensação pelo período mínimo oferecido ao trabalhador pelo empregador, que premia a infração à norma trabalhista, uma vez que é vedada a concessão de período inferior ao estabelecido em lei, e muito pior a sua não concessão.

Trata-se de um estímulo a prática da ilicitude que este Congresso Nacional deve corrigir imediatamente, evitando-se tratamento desumano para com os trabalhadores brasileiros.

Pelo acima exposto, espera-se contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
 - parágrafo 4º do artigo 71
- Lei nº 8.923, de 27 de Julho de 1994 - LEI-8923-1994-07-27 - 8923/94
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8923>
- Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017 - Reforma Trabalhista - 13467/17
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13467>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2017

Institui regime temporário de preferência de tramitação processual dos processos judiciais e administrativos fiscais relativos a créditos tributários de natureza previdenciária.

AUTORIA: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017



Institui regime temporário de preferência de tramitação processual dos processos judiciais e administrativos fiscais relativos a créditos tributários de natureza previdenciária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais de execução fiscal e os demais referidos no *caput* do art. 38 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que tenham por objeto crédito tributário de natureza previdenciária, pelo prazo de dez anos a partir da entrada em vigor desta lei.

Art. 2º Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos fiscais que tenham por objeto crédito tributário de natureza previdenciária, pelo prazo de dez anos a partir da entrada em vigor desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

JUSTIFICAÇÃO

Segundo levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o estoque da dívida ativa previdenciária chegou a 432,9 bilhões de reais em janeiro de 2017 e vem crescendo a um ritmo de aproximadamente 15% ao ano. O montante da dívida representa quase três vezes o valor, divulgado pelo Governo, do déficit da Previdência Social em 2016 (151,9 bilhões de reais).

Na lista bilionária de devedores da Previdência Social, os 100 maiores devedores possuem débitos que ultrapassam, conjuntamente, 50 bilhões de reais. Se forem considerados apenas os débitos exigíveis, assim entendidos os que não estão parcelados, garantidos ou suspensos por decisão judicial, é de 33 bilhões de reais o montante devido apenas pelos 100 maiores devedores.

Apesar do crescimento estimado em 15% ao ano do estoque da dívida ativa previdenciária, o que representa um aumento de 57,37 bilhões de reais em 2016, a recuperação de créditos previdenciários pela PGFN no mesmo período limitou-se a cerca de 4 bilhões de reais.

Em um momento em que se discute a Reforma da Previdência, é dever do Congresso Nacional buscar soluções para que a cobrança das dívidas previdenciárias se torne mais efetiva. A baixa eficiência da cobrança forçada da dívida ativa não tem afetado apenas as contas da Previdência Social, mas produz graves distorções nos mercados, prejudicando a livre concorrência, uma vez que cria vantagens econômicas e competitivas indevidas para os devedores da previdência em comparação com as empresas que cumprem pontualmente com suas obrigações fiscais.

Nesse contexto, apresentamos a presente proposta que busca criar um regime temporário de preferência de tramitação processual dos processos judiciais e administrativos fiscais relativos a créditos tributários de natureza previdenciária. Proposta para vigorar pelo prazo de 10 anos, a expectativa é que a medida reduza significativamente o tempo médio de cobrança das dívidas previdenciárias. O aumento da eficiência da cobrança dessas dívidas, por sua vez, além de reforçar o caixa da Previdência Social,



SF/17976-47824-09





3

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

é capaz de desestimular o inadimplemento das contribuições, à medida que os devedores sejam efetivamente executados e constrangidos a pagar, tornando-se desinteressante dever para a Previdência.

Pelas razões expostas, esperamos poder contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.830, de 22 de Setembro de 1980 - Lei de Execução Fiscal - 6830/80

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1980;6830>

- artigo 38





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2017 (Complementar)

Regula o art. 146-A da Constituição Federal.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017 –
COMPLEMENTAR**

Regula o art. 146-A da Constituição Federal.

Art. 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer, por lei específica, os seguintes critérios especiais para o adequado cumprimento de obrigações tributárias principal ou acessória, com o objetivo de coibir práticas que possam interferir com o regular funcionamento do mercado:

I – manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento de sujeito passivo;

II – controle especial do recolhimento do tributo, de informações econômicas, patrimoniais e financeiras, bem como da impressão e emissão de documentos comerciais e fiscais;

III – instalação compulsória de equipamentos de controle de produção, comercialização e estoque;

IV – antecipação ou postergação do fato gerador;

V – concentração da incidência do tributo em determinada fase do ciclo econômico;

VI – adoção de alíquota específica, por unidade de medida, ou *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

VII – adoção de regime de estimativa, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório;



§1º Enquadram-se no campo de aplicação desta lei complementar, especialmente os setores da atividade econômica em que:

a) o tributo seja componente relevante na composição de preços de produtos ou serviços;

b) a estrutura da cadeia de produção ou comercialização prejudique a eficiência do controle das diferentes formas de evasão fiscal.

§2º As alíquotas previstas no inciso VI adotarão como parâmetro preços obtidos por levantamento, ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, devendo os critérios para sua fixação e revisão ser previstos em lei do respectivo ente tributante;

§3º Na hipótese do inciso VII, ao fim do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes.

Art. 2º Os critérios especiais previstos nesta lei complementar:

I - poderão ser adotados isolada ou conjuntamente, em função da natureza, gravidade dos atos que tenham ensejado a aplicação do regime especial de fiscalização;

II – deverão ser motivados, mediante demonstração dos efeitos sobre o mercado dos atos que se pretenda coibir, bem como da necessidade, adequação e suficiência das medidas adotadas para evitá-los ou suprimi-los.

III – deverão observar as seguintes regras, nas hipóteses dos incisos I, II e VII do art. 1º:

a) intimação prévia do sujeito passivo para exercício do direito de defesa, em prazo não inferior a quinze dias, e assegurada a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, que deverá ser apreciado em até noventa dias, sob pena de imediato cancelamento do regime diferenciado;



b) aplicação individual pela autoridade administrativa, por até doze meses, admitida prorrogação por decisão fundamentada;

IV – não excluem regimes gerais ou especiais de tributação com eles não conflitantes;

IV – não se aplicam a tributos incidentes sobre a renda, o lucro, a movimentação financeira ou o patrimônio, ressalvada a competência suplementar da União para dispor sobre a matéria, em relação aos tributos de sua competência;

V – poderão ser objeto de acordo específico para aplicação conjunta em operações que envolvam interesse de mais de uma unidade federada.

Parágrafo único. Na vigência de regime diferenciado aplicado na forma do inciso III deste artigo e respeitado o devido processo legal nele previsto, a autoridade administrativa poderá determinar a alteração da situação do sujeito passivo no cadastro de contribuintes do respectivo ente federado, para as seguintes modalidades:

I – suspensão, enquanto não comprovada a cessão das causas de suspensão, nas hipóteses de:

a) negativa injustificada de exibição de livros e documentos em papel ou eletrônicos de manutenção obrigatória ou de prestação de informações relacionadas à apuração do tributo, quando intimado;

b) negativa injustificada de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as suas atividades;

c) realização de operações sujeitas à incidência tributária, sem autorização do agente regulador e/ou órgão fiscalizador competente;

d) persistência na conduta que motivou a aplicação do regime diferenciado, em pelo menos 3 (três) meses dos 6 (seis) últimos períodos de apuração.



II – cancelada, em sendo constatadas:

a) evidências de que a pessoa jurídica tenha sido constituída para a prática de fraude fiscal estruturada, inclusive em proveito de terceiras empresas;

b) evidências de que a pessoa jurídica esteja constituída por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;

c) produção, comercialização ou estocagem de mercadoria roubada, furtada, falsificada, adulterada ou em desconformidade com os padrões estabelecidos pelo agente regulador e/ou órgão fiscalizador competente;

d) utilização como insumo, comercialização ou estocagem de mercadoria objeto de contrabando ou descaminho.

Art. 4º Ficam mantidos os critérios especiais de tributação instituídos pela União anteriormente à vigência desta Lei Complementar, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, observado o disposto no art. 2º, no que couber.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O art. 146-A foi incluído no texto constitucional por meio da Emenda Constitucional n. 42, de 19/12/2003, como forma de permitir o controle, pelas Administrações Tributárias Federal, Estadual e Municipal, dos procedimentos de caráter tributário adotados pelos contribuintes que possam repercutir nos preços de produtos e serviços, desequilibrando o mercado.

De fato, há muito se observam práticas prejudiciais ao mercado como, por exemplo, adulteração de produtos, utilização abusiva de medidas judiciais para afastar a tributação, sonegação e o não pagamento sistemático de tributos. O tema é relevante, tendo em vista que afeta inúmeros setores da economia. Exemplifique-se com o de combustíveis. A utilização de liminares, por empresas detidas por “laranjas”, além de outros expedientes, provocou o ingresso no mercado de inúmeros “players” que se valeram de medidas aparentemente legais, mas cujo objetivo era ilícito: concorrer deslealmente no mercado. Mais recentemente, empresas têm se valido do não pagamento sistemático de tributos para fraudar a concorrência.

Como resultado das inúmeras práticas tendentes a evitar o pagamento de tributos devidos, que não raramente estão associadas a crimes como contrabando e falsificação, estima-se que, apenas nos setores de cigarros e combustíveis, sujeitos a cargas tributárias elevadas em comparação com outros produtos¹, cerca de R\$ 8 bilhões sejam sonegados anualmente². Com isso, perdem não apenas o Estado e a sociedade, mas também as empresas concorrentes que atuam regularmente e ficam em posição de

¹ A carga tributária do cigarro gira em torno de 80%; a da gasolina em torno de 53% (<http://www.fiepr.org.br/sombradoimposto/veja-o-quanto-voce-paga-de-imposto-1-14466-115735.shtml>).

² Fontes: ETCO – Instituto de Ética Concorrencial (<http://www.etc.org.br/destaque/crime-sem-fronteiras-em-reportagem-especial-revista-istoe-detalha-como-opera-o-contrabando-no-brasil/>) e SINDICOM – Sindicato dos Distribuidores de Combustíveis (<http://combustivellegal.com.br/denuncie/faq/>).



desvantagem competitiva frente àquelas que não pagam os tributos devidos. Há, efetivamente, casos em que o valor dos tributos supera a margem de lucro do produto, impossibilitando a competição entre pagadores e sonegadores.

Em matéria fiscal, a par de outros, deve ser considerado o princípio da neutralidade tributária concorrencial, segundo o qual não pode a lei prever, para situações similares, cargas impositivas diferentes. Também não pode a Administração Pública deixar de coibir práticas de natureza tributária que levem, no plano dos fatos, a distorções concorrenciais.

Ocorre que os meios tradicionais de controle fiscal têm se mostrado insuficientes para combater estruturas empresariais organizadas para sonegar tributos. E a adoção de medidas heterodoxas destinadas a forçar o pagamento de tributos tem sido questionada judicialmente, com amparo em antigas Súmulas do Supremo Tribunal Federal³ que impedem a utilização das chamadas “sanções políticas”, isto é, meios coercitivos indiretos para a cobrança de tributos, mediante restrições ao livre desenvolvimento de atividade econômica.

Diante disso, o art. 146-A da Constituição Federal foi concebido para permitir a instituição de regimes especiais de tributação que impeçam a utilização de tributo como instrumento de desequilíbrio concorrencial.

Após a inclusão de tal dispositivo na Constituição e também em razão dele, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal evoluiu para admitir restrições à livre iniciativa, quando necessárias e adequadas (proporcionais) para proteger outros interesses legítimos como os dos que são atingidos em seu direito de concorrer em igualdade de condições.

³ Súmula 70. “É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.”
Súmula 323. “É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.”
Súmula 547. “Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.”



Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar norma que impõe a regularidade fiscal como condição à manutenção do registro especial para a fabricação de cigarros, inclusive à luz do art. 146-A da Constituição Federal, assentou que: *“Não há que se falar em sanção política se as restrições à prática de atividade econômica objetivam combater estruturas empresariais que têm na inadimplência tributária sistemática e consciente sua maior vantagem concorrencial. Para ser tida como inconstitucional, a restrição ao exercício da atividade econômica deve ser desproporcional e não-razoável.”* (RE 550.769/RJ, voto do Relator Ministro Joaquim Barbosa). A propósito pontuou o Ministro Ricardo Lewandowski que *“...estamos diante de um caso absolutamente excepcional, estamos diante de uma macrodelinquência tributária reiterada.”*

Ou seja, uma vez demonstrado que o mercado está sendo afetado gravemente, pode o Estado instituir sistemas especiais de fiscalização e arrecadação com o objetivo de coibir práticas abusivas de empresas que se formam com a única finalidade de não pagar tributos, no todo ou em parte, e com isso, obter vantagem concorrencial. Se assim ocorrer não se estará em face de exceção ao disposto nas súmulas comentadas e sim diante de sua inaplicabilidade ao caso, pois de sanção fiscal não se tratará.

As medidas tomadas para proteger a livre concorrência, entretanto, devem ser proporcionais. Justificam-se quando não houver meio menos gravoso de evitar as práticas mencionadas e desde que as medidas adotadas para coibi-las sejam as necessárias ao alcance dessa finalidade. Não podem, a esse pretexto, alcançar objetivos meramente arrecadatórios. Nesse contexto, é fundamental que a lei complementar de que trata o art. 146-A da Constituição Federal seja estruturada de modo a combater os desequilíbrios concorrenciais tributários, sem aumentar tributos.



Ressalte-se que a prática tem demonstrado que o instrumental de que dispõe atualmente o Poder Público para coibir práticas anticoncorrenciais não tem sido eficaz. Assim, no âmbito judicial, as execuções fiscais são propostas quando não há patrimônio a responder pelo débito. Demais medidas, como cautelares fiscais e outras também não tem surtido os efeitos desejados.

O que realmente pode impedir a proliferação dessas práticas ilícitas são as medidas administrativas tomadas tão logo elas surjam, de sorte a possibilitar a suspensão ou cancelamento da respectiva inscrição fiscal; a perda do registro para funcionamento, quando for o caso; a interdição do estabelecimento; a aplicação dos regimes especiais de fiscalização e arrecadação; e outros que se mostrem necessários.

Entretanto, até que a lei complementar referida venha a tratar do assunto, apenas a União tem competência para fazê-lo, conforme ressalvado na parte final do art. 146-A da Constituição. Isso se explica pela necessidade de uniformizar a legislação. Na ausência de lei complementar, cada um dos 27 Estados (incluindo o Distrito Federal) e dos de 5570 Municípios poderia legislar de forma conflitante sobre o assunto no respectivo território.

Esse quadro de anomia é preocupante, pois impostos com o ICMS e o ISS são incluídos diretamente no preço de mercadorias e serviços, de modo que a sua eventual redução por parte de um competidor pode ter efeitos concorrenciais perversos e desorganizar o mercado.

Nesse contexto, o projeto que ora se apresenta busca definir os critérios especiais pagamento de tributos e prestação de informações cabíveis para prevenir desequilíbrios concorrenciais, bem como estabelecer limites e condições para a sua utilização, de forma a impedir o uso indiscriminado pelas autoridades fiscais, com fins meramente arrecadatários.



Dessa maneira, não só a União, como também os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar, no âmbito dos respectivos territórios, medidas eficazes dotadas de sólida fundamentação constitucional que as coloque a salvo de questionamentos jurídicos e manobras dilatórias por empresas inescrupulosas e, assim, lhes permita reforçar a capacidade de fiscalização e arrecadação tributária.

Diante do exposto, contamos com o apoio do Congresso Nacional para aperfeiçoar e aprovar esta matéria, fundamental para permitir o efetivo combate a estruturas empresarias que têm na inadimplência sistemática e consciente a sua principal vantagem concorrencial.

Sala das Sessões,

Senadora **Ana Amélia**
(PP-RS)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 146-

- Emenda Constitucional nº 42, de 2003 - Reforma Tributária - 42/03

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2003;42>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 656, DE 2017

Com fundamento no artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2017.

AUTORIA: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

DESPACHO: Deferido



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Senador Valdir Raupp)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA,

Com fundamento no artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2017, de minha autoria.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2017.

Senador VALDIR RAUPP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 657, DE 2017

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. RAUL JUNGSMANN, informações referentes à anunciada privatização do satélite geostacionário brasileiro.

AUTORIA: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



*à Comissão
Diretora para
decisão.*



Aprovado em
RQS
00657/2017 *7/08/2017*

(C. Viana)

Em 13/8/2017

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE VIANA

Requerimento nº 657, de 2017

(REQUERIMENTO Nº 26, DE 2017)

*à Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional*

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS Nº 6551/2017
Em 17/08/17



SF/17878.86638-80

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações, Sr. GILBERTO KASSAB, e a sua Excelência, o Ministro de Estado da Defesa, Sr. RAUL JUNGMANN, as seguintes informações referentes à anunciada privatização do satélite geostacionário brasileiro.

Ao Ministro da Ciência e Tecnologia:

- a) Quais as justificativas para tal privatização de 57% da capacidade operacional desse grande ativo estratégico do Brasil?
- b) Essa privatização não afetará programas de defesa nacional e as políticas públicas, como o da expansão da Banda Larga?
- c) Os interesses da Ciência e Tecnologia do Brasil, já gravemente lesados pelos cortes orçamentários, não serão negativamente afetados também por tal decisão. Por quê?

Ao Ministro da Defesa:

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 6551/2017
Fls. 01

- d) No que tange especificamente à Defesa Nacional, a privatização do satélite geostacionário, ainda que parcial, não afetará as comunicações sensíveis concernentes à área militar. Já foram feitas avaliações nesse sentido?

Página: 1/4 17/08/2017 10:54:42

d4184f9f68c0ed1fc280fe8b9b1f5ca2ff2aac

Recebido em 13/08/17
Hora: 13:28

Carmília Milleria Brito Ventura
Estagiária-SISF





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE VIANA

- e) Os interesses da Defesa do Brasil, já gravemente lesados pelos cortes orçamentários, não serão negativamente afetados também por tal decisão. Por quê?
- f) É da conveniência da segurança nacional do Brasil compartilhar tal ativo estratégico?



SF/17878.86638-80

Justificação

Conforme anuncia a imprensa nacional, no dia 27 de setembro, o Brasil poderá retroceder no que seria uma grande conquista para as telecomunicações e para a segurança nacional. É nessa data que vai acontecer o leilão de 57% da capacidade civil total disponível no Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), em dois lotes, um com 35% da capacidade e outro com 22%.

Ora, o grande objetivo do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações é promover comunicações seguras para o sistema de defesa nacional, para as comunicações estratégicas do governo e promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Esse satélite vai aumentar, por exemplo, a oferta de acesso à banda larga nas regiões mais remotas do país, por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Assim seu grande objetivo sempre foi o de prover o Estado brasileiro de capacidade estratégica em telecomunicações, algo fundamental no mundo moderno.

Resultado de um acordo bilateral firmado, em 2013 entre a França, a Telebrás e a Agência Espacial Brasileira (AEB), o projeto tinha sido pensado, portanto, com foco no atendimento de governo, educação, saúde pública e serviços de cidadania. Está inserido também em iniciativas como as Cidades Inteligentes, pontos públicos de internet sem fio e a garantia de conectividade em locais não atendidos por operadoras.



2



Página: 2/4 17/08/2017 10:54:42

d4184ff9f68c0ed1fc280fe8b9bf5ca2ff2aac





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE VIANA

Embora o projeto inicial fosse ter no satélite 100% brasileiro, seguro para as comunicações governamentais e de defesa, pouco antes de seu lançamento, em fevereiro, o governo de Michel Temer anunciou o leilão de 80% de sua capacidade.

Entretanto, algumas instituições, como O Clube de Engenharia, instituição que reúne engenheiros e técnicos, são contrárias à privatização. Elas pressionaram o governo pela via judicial e um novo edital foi preparado. Foram feitas modificações, incluindo a diminuição da capacidade licitada de 79% para 57%. A data do leilão também foi remarçada.

O argumento do Clube da Engenharia e de outras instituições é o seguinte: depois da privatização do setor, quando todos os satélites nacionais passaram para as mãos de empresas estrangeiras, é grande a importância de se ter um primeiro satélite nacional, já que as multinacionais controlam os cerca de 50 outros satélites que prestam serviços no território brasileiro.

Para Marcio Patusco, diretor técnico do Clube e chefe da Divisão Técnica de Eletrônica e Tecnologia da Informação, “provavelmente as reações contrárias pesaram, mas a essência da privatização, e não de atendimento social, permanece”.

Assim, embora o governo tenha recuado parcialmente na venda do satélite nacional, a licitação segue sendo considerada uma enorme perda para o país. “Existe ajuizada uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal pelo não cumprimento das obrigações formuladas por ocasião da aprovação do projeto dentro das condições do PNBL, como o atendimento social, a não exigência de licitação, o não pagamento do valor relativo à posição orbital, entre outros”, avalia Patusco.

Saliente-se que o Clube da Engenharia quer tentar impedir a venda por vias judiciais. Há representação no Ministério Público, uma denúncia junto ao Tribunal de Contas da União, sob a relatoria do Ministro Benjamin Zymler pautado para julgamento que pode acontecer em agosto e uma Ação Popular, que tramita na 13ª Vara Federal.

Em nosso entendimento, tal privatização, ainda que parcial, desse grande ativo estratégico do Estado brasileiro representará perda significativa para o



SF/17878.86638-80



Página: 3/4 17/08/2017 10:54:42

d4184ff9f68c0ed1fc280fe8b9bf5ca2ff2aac





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE VIANA

interesse público, no momento em que todo o mundo busca sair à frente na corrida pelo domínio da internet e das telecomunicações.

Não podemos depender de satélites que são controlados apenas por empresas estrangeiras.

Face ao exposto, julgamos imprescindível promover a Audiência Pública ora proposta, com a finalidade de prover aos integrantes desta Comissão todas as informações relevantes sobre tema tão sensível.

Sala da Comissão, em

de 2017

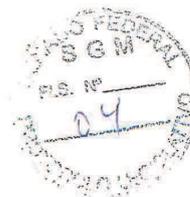

Senador Jorge Viana



SF/17878.86638-80

Página: 4/4 17/08/2017 10:54:42

d4184f9f68c0ed1fc280fe8b9fbff5ca2ff2aac



4





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 17/08/2017 às 09h - 30ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO PRESENTE	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
ACIR GURGACZ	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. VAGO
PEDRO CHAVES PRESENTE	2. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Conferir com o original.
 Em 27/08/2017.

Rodrigo Barbosa de Oliveira
 Secretário Adjunto
 Comissão de Relações Exteriores
 Defesa Nacional

Senado Federal
 Protocolo Legislativo
 RQS nº 655/2017

Página 1 de 1

17/08/2017 11:14:51

Página 6 de 6

Parte integrante do Avulso do RQS nº 657 de 2017.



Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 655, de 2017, da CRE, que requer informações aos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações; e da Defesa. A Presidência determina que se faça nova autuação do referido Requerimento para que a Comissão Diretora possa deliberar separadamente sobre cada solicitação. O Requerimento nº 655, de 2017, da CRE, caso aprovado, será encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações. O Requerimento nº 657, de 2017, da CRE, caso aprovado, será encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa.

Os Requerimentos vão à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 658, DE 2017

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobrás, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, informações sobre o blecaute ocorrido na última quinta-feira no Acre e em Porto Velho, capital de Rondônia.

AUTORIA: Senador Jorge Viana (PT/AC)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobrás, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, informações sobre o blecaute ocorrido na última quinta-feira no Acre e em Porto Velho, capital de Rondônia.

Um apagão de grandes proporções atingiu o Acre na noite desta última quinta-feira, 17, por volta das 20h12min. A falta de energia atingiu também a capital de Rondônia, Porto Velho.

De acordo com informações repassadas por uma atendente do 0800 da Eletrobrás, o problema seria uma das linhas de transmissão que corta os municípios rondonienses e passa pelo Acre.

Até agora chegam relatos que a interrupção no fornecimento de energia elétrica atingiu as localidades de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Epitaciolândia, Brasiléia, Xapuri, Capixaba, Porto Acre, Bujari, Vila Campinas, Vila do V e todo o município de Rio Branco. De acordo com as informações divulgada na imprensa do local, principalmente





o site Ac24horas, a cidade de Cruzeiro do Sul e o Vale do Juruá não foram atingidos.

A Eletrobrás informou que não existe previsão para que o serviço de energia seja restabelecido. Até mesmo os serviços de telefonia e internet de todas as operadoras foram comprometidos e poucas pessoas conseguem efetuar ligações e se conectar à internet.

Os blecautes trazem inúmeros prejuízos. Moradores correm o risco de perder seus eletrodomésticos e alimentos. Comerciantes, muitas vezes, somam perdas gigantescas. A população do Acre merece uma melhor oferta do serviço público de energia elétrica.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE VIANA**



Término de prazo



Encerrou-se no dia 18 de agosto o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^os 586, de 2011; 160, de 2013, e 128, de 2016.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
PODE - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval	SP
Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Elmano Férrer	PI
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS
Zeze Perrella	MG

Bloco Social Democrata - 15 PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB / MG
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalirio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Eduardo Amorim	PSDB / SE
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12 PP-7 / PSD-5

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Lasier Martins	PSD / RS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11 PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ângela Portela	PDT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1 PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Lopes	PRB / RJ
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Pedro Chaves	PSC / MS
Telmário Mota	PTB / RR
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9 PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfê Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

PODE - 2

Alvaro Dias	PR
Romário	RJ

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	22
Bloco Social Democrata	15
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	11
Bloco Moderador	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
PODE	2
S/Partido	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">PMDB - 22 Líder Raimundo Lira - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (140) Simone Tebet (141)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15 Líder Eduardo Amorim - PSDB (72,105,139) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,128) Ataídes Oliveira (78) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (99) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (74,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Moraes - PP (39,122,129) Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,100) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (28,57,63,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,57,63,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,30,116) Ângela Portela (138)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 6 Fernando Bezerra Coelho (101,131) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (19,23,91)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,107,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,70)</p>
<p style="text-align: center;">Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (101,131) José Medeiros (12,14,18,88,130) Davi Alcolumbre (75,87,128) Wilder Moraes (39,122,129) Flexa Ribeiro (133) Sérgio Petecão (10,132)</p>	<p style="text-align: center;">PODE - 2 Líder Alvaro Dias - PODE (17,66,136) Vice-Líder Romário (137)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB</p>
<p style="text-align: center;">Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,22,50,53,79,90,114)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
107. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).



126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
139. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
140. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
141. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).

2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).

3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).

4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).

5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).

6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).

7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1.
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 08/02/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores AtaiDES Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Aírton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,29)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (13)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simote Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. n° 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. n° 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. n° 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
 **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

Notas:

* Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Aírton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁷⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽¹⁸⁾	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,11,14)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,15)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(12,13)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
- A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.
12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
15. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
16. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
17. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
18. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
19. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
VAGO
PODE
VAGO



Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE

Notas:

* Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:**
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE

Notas:

* Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

